

# **Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Selecionados no Estado da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista**

## **Volume 1 – Dinâmica da economia brasileira e considerações sobre os principais resultados da pesquisa**

### **Relatório de Pesquisa**

Uberlândia  
Dezembro/2021

[www.ieri.ufu.br/cepes](http://www.ieri.ufu.br/cepes)

Este Relatório de Pesquisa tem o objetivo de divulgar os resultados das análises desenvolvidas no âmbito do Projeto de Pesquisa *Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Selecionados no Estado da Bahia*.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERI/UFU.

Este é um texto acessível. As imagens possuem textos alternativos. A fonte utilizada não possui serifas para facilitar a leitura por softwares de leitura para pessoas com deficiência visual.

### **Elaboração:**

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Economia e Relações Internacionais

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais – CEPES

[www.ieri.ufu.br/cepes](http://www.ieri.ufu.br/cepes)

### **Organização:**

Ester William Ferreira

### **Revisão de conteúdo:**

Luiz Bertolucci Jr.

### **Projeto gráfico e capa:**

Welber Tomás de Oliveira

Como citar esse trabalho:

CORRÊA, Vanessa P. **Volume 1 – Dinâmica da economia brasileira e considerações sobre os principais resultados da pesquisa quanto aos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista entre 2003 e 2021**. In. FERREIRA, Ester W. (org.). Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Selecionados no Estado da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista. Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) /Instituto de Economia e Relações (IERI) Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dezembro 2021. 96 p.

## Instituições Envolvidas

---

Contratante:

**Prefeitura Municipal de Feira de Santana – BA**

Colbert Martins da Silva Filho

Prefeito

Realização:

**Universidade Federal de Uberlândia**

Prof. Dr. Valder Steffen Júnior

Reitor

**Instituto de Economia e Relações Internacionais**

Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Junior

Diretor

**Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais**

Henrique Daniel Leite Barros Pereira - Coordenador

Ester William Ferreira - Coordenadora do Projeto

Contratada:

**Fundação de Apoio Universitário – FAU**

Rafael Visibelli Justino

Diretor Executivo Pro Tempore

## **Equipe Técnica do Projeto**

---

### **Acompanhamento da execução do projeto**

#### **Representante da Prefeitura Municipal de Feira de Santana - BA**

Carlos Alberto Oliveira Brito  
Secretário Municipal de Planejamento

#### **Coordenadora do projeto e relatora:**

Ester William Ferreira

#### **Subcoordenador e relator:**

Luiz Bertolucci Júnior

#### **Demais relatores:**

Alanna Santos de Oliveira  
Carlos José Diniz  
Henrique Ferreira de Souza  
Rick Humberto Naves Galdino  
Rodrigo Fernandes Gomes da Silva  
Tarcísio Fernandes de Paula  
Vanessa Petrelli Corrêa  
Welber Tomás de Oliveira

#### **Bolsista:**

Laís Benevenuto de Azevedo  
Graduanda do curso de Relações Internacionais do IERI/UFU.

## Apresentação

O presente Relatório de Pesquisa constitui documento integrante da execução do projeto de pesquisa *Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Selecionados no Estado da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista*, demandado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana-BA e desenvolvido pelo CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais – do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, em parceria com a FAU – Fundação de Apoio Universitário.

O referido projeto teve como ponto de partida o estudo comparativo, realizado também pelo CEPES, em 2018<sup>1</sup>, a partir dos dados demográficos e socioeconômicos de seis municípios, entre eles: Feira de Santana-BA.

Nesta direção, os municípios selecionados para o presente estudo – Feira de Santana, Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista – foram definidos pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana com o objetivo de traçar as características do desenvolvimento demográfico, social e econômico a partir do levantamento das similaridades e das diferenças apresentadas por esses municípios baianos no que se refere às temáticas: demografia; dinâmica produtiva; emprego e mercado de trabalho; finanças públicas municipais e comércio internacional. Além da análise e da discussão dos dados inerentes a cada uma dessas temáticas, busca-se, também, compreendê-los à luz das mudanças macroeconômicas vivenciadas pelo país nas décadas recentes, por meio de síntese dos principais resultados apresentados em seis volumes.

O **Volume 1** discute os principais resultados dos demais temas que compõem o Relatório à luz da lógica da dinâmica produtiva dos diferentes municípios analisados. Assim, a discussão parte da evolução do perfil da estrutura produtiva do Estado da Bahia que, a partir da década de 1960, passa a configurar um importante avanço industrial. Nessa análise inicial são destacadas as características que estruturalmente vão se entronizar no estado, como a forte concentração da produção e a profunda relação da economia da Bahia com a dinâmica econômica da região Sudeste-Sul.

---

<sup>1</sup> Título do estudo: Dinâmica Socioeconômica de Municípios Selecionados: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG). Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/regional>

Ainda nesse item, à luz dessa discussão, é levantado o perfil básico dos municípios que estão sendo estudados na presente pesquisa até a década de 1990. Em seguida, é realizada a análise dos modelos de crescimento da economia brasileira entre 2003 e 2021. A compreensão é a de que os dados levantados para estes quatro municípios baianos somente podem ser compreendidos à luz da análise do comportamento da economia brasileira e do que mudou ao longo do tempo em termos do perfil da demanda e da atuação do Estado. Por fim, serão explorados os principais resultados levantados para os interregnos 2003/2010 e 2011/2020 e que foram descritos em cada volume (exceto a parte de demografia, que levou em conta outra periodicidade).

O **Volume 2** detalha os aspectos demográficos relativos aos quatro municípios selecionados, analisando a dinâmica populacional resultante do ritmo de crescimento dos municípios nas Décadas de 2000 e 2010, considerando as informações censitárias e as estimativas populacionais, comparando a dinâmica destes municípios no âmbito das regiões em que se articulam e integram: Territórios de Identidade, Regiões Metropolitanas e Regiões Geográficas Intermediárias. Discute-se, também, a composição da população residente por grupo etário e sexo por meio de diversos indicadores: Razão de Dependência, Razão de Sexo, Idade Mediana, Índice de Envelhecimento, entre outros. Por fim, avalia-se o impacto da migração de curto prazo, observada nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, e da migração de longo prazo, calculada para os anos 2000 a 2010, no tamanho e composição da população censitada em 2010.

No **Volume 3** é analisada a estrutura produtiva dos municípios de Feira de Santana, Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista, entre os anos 2002 e 2018. O desempenho econômico e a composição produtiva desses municípios são examinados por meio dos produtos internos brutos (PIB) municipais e dos valores adicionados brutos (VAB) da agropecuária, da indústria, dos serviços e da administração pública.

O **Volume 4** fornece um conjunto de indicadores que auxiliam no delineamento do mercado de trabalho baiano, compreendendo sua evolução, horizontes, dificuldades e potencialidades, porém, com um recorte territorial específico nos municípios selecionados. O marco temporal definido para o estudo, neste volume, são os anos 2009 a 2019, partindo-se do entendimento que esses anos guardam características e acontecimentos que acabaram por conformar mudanças na estrutura ocupacional no Brasil, tornando-se necessário olhar mais atento nos dados que trazem. São utilizadas as seguintes fontes de informações: i) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); ii) Pnad Contínua (IBGE); e iii) Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Previdência.

O **Volume 5** apresenta a evolução orçamentária dos municípios selecionados e, em termos médios, do conjunto de municípios do Brasil e do Estado da Bahia. São analisados os dados das contas e subcontas das Receitas e Despesas Orçamentárias no período 2000 a 2020, com o objetivo de demonstrar a origem e o destino das variações dos recursos. Ademais, são apresentados indicadores de finanças públicas municipais, que também permitem uma análise comparativa dos municípios estudados, entre 2015 a agosto de 2021. Os dados orçamentários foram obtidos nas publicações anuais do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional – “FINBRA - Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios”.

O **Volume 6** tem o objetivo de demonstrar o panorama do comércio internacional dos municípios estudados, nos anos 2000. Para tanto, primeiro, analisa-se as exportações, as importações e a balança comercial desses municípios entre os anos de 2000 e 2020, e, posteriormente, trata-se dos principais produtos exportados e importados pelos mesmos, nos anos de 2010 a 2020. Os dados utilizados nesse estudo referem-se aos disponibilizados pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT), do Ministério da Economia (ME).

Entende-se que este Estudo constitui importante ação para o conhecimento da realidade dos municípios de Feira de Santana, Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista, podendo subsidiar estudos, projetos e ações por parte de instituições acadêmicas, órgãos públicos, empresas, pesquisadores, profissionais de diversas áreas, estudantes e população em geral com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento desses importantes municípios no Estado da Bahia.

## Sumário

### Volume 1

## Dinâmica da economia brasileira e considerações sobre os principais resultados da pesquisa quanto aos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista entre 2003 e 2021.

1. Introdução .....	12
2. Evolução da dinâmica industrial do Estado da Bahia a partir da década de 1960 e até os anos 2000 e os municípios analisados: Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista. ....	13
2.1 O período da Indústria induzida por políticas públicas: da década de 1960 a meados dos anos 1980 .....	13
2.2 A desaceleração do avanço da indústria na década de 1980 e a emergência do processo de industrialização induzido pela oferta de vantagens particulares aos investidores (o movimento de guerra fiscal) .....	17
2.3 Breves considerações sobre a articulação dos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista à dinâmica descrita: 1960- década de 1980 e década de 1990. ....	21
2.3.1 Salvador e Camaçari .....	21
2.3.2 Feira de Santana e Vitória da Conquista .....	26
3. Os anos 2000: o modelo de crescimento com impactos distributivos e a mudança de direcionamento pós 2015 e o comportamento dos municípios seleccionados nesse interregno. ....	34
3.1 Os modelos de crescimento nos períodos 2003-2014 e posteriormente a 2015. ....	34
3.1.1 Um modelo de crescimento distributivo, mas contraditório – o período 2003-2014 .....	35
3.1.2 O período pós-2015: as mudanças institucionais que entronizam um novo modelo de crescimento e que definem uma menor intervenção do Estado .....	49
4. Considerações sobre a dinâmica econômica dos municípios seleccionados durante os anos 2000, levando em conta os dados levantados pela pesquisa. ....	56
4.1 Produção e Emprego .....	59
4.1.1 Considerações sobre a produção e o emprego na Bahia .....	59
4.1.2 Produção e emprego em Salvador e Camaçari .....	63
4.1.3 Produção e emprego em Feira de Santana e Vitória da Conquista .....	65
4.2 Exportações .....	69
4.2.1 Considerações sobre as exportações brasileiras por grandes regiões .....	69
4.2.2 Exportações de Camaçari e Salvador .....	71



4.2.3	Exportações de Feira de Santana e Vitória da Conquista .....	74
5.	Observações finais.....	78
	Referências bibliográficas.....	91

## Volume 1

### **Dinâmica da economia brasileira e considerações sobre os principais resultados da pesquisa quanto aos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista entre 2003 e 2021.**

#### **RESUMO**

Este volume discute os principais resultados dos demais temas que compõem o Relatório à luz da lógica da dinâmica produtiva dos diferentes municípios analisados. Assim, a discussão parte da evolução do perfil da estrutura produtiva do Estado da Bahia que, a partir da década de 1960, passa a configurar um importante avanço industrial. Nessa análise inicial são destacadas as características que estruturalmente vão se entronizar no estado, como a forte concentração da produção e a profunda relação da economia da Bahia com a dinâmica econômica da região Sudeste-Sul. Ainda nesse item, à luz dessa discussão, é levantado o perfil básico dos municípios que estão sendo estudados na presente pesquisa até a década de 1990. Em seguida, é realizada a análise dos modelos de crescimento da economia brasileira entre 2003 e 2021. A compreensão é a de que os dados levantados para estes quatro municípios baianos somente podem ser compreendidos à luz da análise do comportamento da economia brasileira e do que mudou ao longo do tempo em termos do perfil da demanda e da atuação do Estado. Por fim, serão explorados os principais resultados levantados para os interregnos 2003/2010 e 2011/2020.

**Palavras-chave:** Economia brasileira; modelos de crescimento econômico; Bahia; Feira de Santana; Camaçari; Salvador; Vitória da Conquista.

### **Dynamics of the Brazilian economy and considerations on the main results of the survey regarding the municipalities of Salvador, Camaçari, Feira de Santana and Vitória da Conquista between 2003 and 2021**

#### **ABSTRACT**

This volume discusses the main results of the other themes that make up the Report in light of the logic of the productive dynamics of the different municipalities analyzed. Thus, the discussion starts from the evolution of the profile of the productive structure of the State of Bahia which, from the 1960s onwards, started to configure an important industrial advance. In this initial analysis, the characteristics that will structurally become enthroned in the state are highlighted, such as the strong concentration of production and the deep relationship between Bahia's economy and the economic dynamics of the Southeast-South region. Also in this item, in light of this discussion, the basic profile of the municipalities that are being studied in this research until the 1990s is raised. Then,

an analysis of the growth models of the Brazilian economy between 2003 and 2021 is carried out. is that the data collected for these four municipalities in Bahia can only be understood in light of the analysis of the behavior of the Brazilian economy and what has changed over time in terms of the profile of demand and the performance of the State. Finally, the main results raised for the 2003/2010 and 2011/2020 intervals will be explored

**Keywords:** Brazilian economy; economic growth models; Bahia; Feira de Santana; Camaçari; Salvador;Vitoria da Conquista.

## **Dinâmica da economia brasileira e considerações sobre os principais resultados da pesquisa quanto aos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista entre 2003 e 2021.**

*Vanessa Petrelli Corrêa<sup>2</sup>*

### **1. Introdução**

O objetivo deste Volume é apresentar um resumo dos principais resultados das diferentes partes que compõem o Relatório de Pesquisa à luz da lógica da dinâmica produtiva dos diferentes municípios analisados: Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista.

Para tal, iniciamos a discussão apresentando, na segunda seção, a evolução do perfil da estrutura produtiva do Estado da Bahia que, a partir da década de 1960, passa a configurar um importante avanço industrial. O intuito dessa breve análise inicial é o de mostrar as características que estruturalmente vão se entronizar no estado, como a forte concentração da produção e a profunda relação da economia da Bahia com a dinâmica econômica da região Sudeste-Sul. Ainda nessa seção, à luz dessa discussão, será brevemente levantado o perfil básico dos municípios que estão sendo estudados na presente pesquisa até a década de 1990.

Considerando a questão de que a economia da Bahia é fortemente dependente da dinâmica da Economia brasileira e, mais especificamente, das regiões Sudeste Sul, a seção 3 deste volume envolverá a análise dos modelos de crescimento da economia brasileira entre 2003 e 2021. A compreensão é a de que os dados levantados para os municípios que analisaremos só podem ser compreendidos à luz da análise do comportamento da economia brasileira e do que mudou ao longo do tempo em termos do perfil da demanda e da atuação do Estado.

Por fim, considerando o que foi explanado nas seções 2 e 3, a seção 4 analisa os principais resultados levantados para os interregnos 2003-2010 e 2011-2020 e descritos em cada uma das partes do relatório (exceto a parte de demografia), sendo que separamos a análise pelos municípios considerados. O intuito dessa seção não é o

---

<sup>2</sup>Professora Titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

de apresentar todos os dados que estão apresentados detalhadamente ao longo do Relatório de Pesquisa, e sim considerar os principais resultados, que tornem possível traçar um cenário mais geral para os diferentes municípios.

Ainda assim, em termos metodológicos, é importante comentar que o município de Salvador tem uma dinâmica particular, pelo fato de ser a capital do estado, concentrando aí fortemente a administração pública estadual. Além disso, é um município de forte concentração populacional, o que o distancia dos demais. Ademais, ele é o centro da Região Metropolitana de Salvador, da qual o município de Camaçari faz parte. Nesses termos, a dinâmica de Camaçari e de Salvador estão intrinsecamente ligadas, o que nos levará a analisar os dois municípios em conjunto, ainda que destacando seus números e características particulares.

O perfil do município de Feira de Santana também tem relação com o avanço da industrialização no estado e com a mudança da estrutura produtiva que se processa na Bahia, que afetará a sua própria estrutura produtiva. Ainda assim, a sua história e localização também serão fatores a explicar o seu perfil, sendo que o analisaremos nesse contexto. O último município a ser analisado é o de Vitória da Conquista, que está menos diretamente ligado à mudança da estrutura produtiva do estado, processada a partir da década de 1960.

## **2. Evolução da dinâmica industrial do Estado da Bahia a partir da década de 1960 e até os anos 2000 e os municípios analisados: Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista.**

### **2.1 O período da Indústria induzida por políticas públicas: da década de 1960 a meados dos anos 1980**

O avanço do processo de industrialização na Bahia tem seus primeiros determinantes na década de 1950, com a descoberta e exploração de petróleo no Recôncavo baiano. Esse movimento gerou impactos de crescimento econômico e também populacional sobre Salvador e alguns municípios de seu entorno. No entanto, o processo realmente vai adiante a partir da década de 1960, quando a região recebeu alguns investimentos industriais incentivados pela SUDENE e, mais especialmente, quando são efetuados esforços desenvolvimentistas a partir do Estado, para

complementar a matriz industrial brasileira, a partir da implantação de indústrias para a produção de insumos básicos e bens intermediários.

Dentre os incentivos utilizados pelo Estado para a atração de indústrias destaca-se o sistema de incentivos fiscais 34/18/Finor, que foram fortemente alocados no Estado da Bahia. O estado era, à época, o maior produtor de Petróleo do país e já tinha uma refinaria (Landulpho Alves), sendo esse um fator para que atraísse indústrias. Assim, a Bahia se insere na matriz industrial brasileira, com a chamada “especialização regional”, e o avanço das indústrias no estado à época se centrou no setor químico, especialmente na petroquímica, e na metalurgia, que iriam oferecer insumos básicos para a indústria de transformação da Região Sudeste. Ademais, a proximidade do estado com o Centro-Sul do país facilitava essa articulação (PESSOTI & SILVA, 2011).

Foi esse esforço de implantação de indústrias na Região Nordeste, via políticas públicas, que levou à implantação do Centro Industrial de Aratu (entre Candeias e Simões Filho), no final da década de 1960. Em seguida, foi implantado o Complexo Petroquímico de Camaçari, na década de 1970.

Dessa forma, entre as décadas de 1960 e 1980, se observa um importante avanço da industrialização no estado, sendo que as indústrias se concentram em Salvador, mas mais especificamente em seu entorno que irá formar a Região Metropolitana de Salvador. Os principais municípios desse entorno, envolvidos no processo de industrialização são: São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, Dias d’Ávila e Camaçari

De fato, a atração de indústrias de bens intermediários envolveu a incorporação desses espaços próximos a Salvador, na medida em que a capital do estado tinha forte concentração de serviços e infraestrutura. No entanto, como o espaço na capital já se encontrava bastante ocupado, os municípios próximos, que já tinham alguma infraestrutura, foram utilizados para a implantação dos distritos industriais, que iriam atrair grandes empresas e seriam o foco das políticas de fomento. Nesse arranjo, seria possível utilizar a infraestrutura de Salvador e, ao mesmo tempo, incorporar novos espaços, já que essas localidades estavam no entorno da capital.

A proximidade, por outro lado, foi um fator a limitar a expansão própria desses municípios, uma vez que se estabeleceu uma relação direta entre eles e Salvador, no que se refere à própria moradia de seus trabalhadores, especialmente os de mais altas rendas.

Na verdade, nessa fase que vai do final da década de 1960 a meados dos anos 1980, esses municípios acabaram se tornando “cidades periféricas”. A população que efetivamente acabava por conformar os moradores passava a ser formada, paulatinamente, por trabalhadores informais, ocupando irregularmente o território.

Paralelamente, Salvador passou a abrigar os assalariados de melhor poder aquisitivo dessas indústrias, isso ocorrendo no período acima citado.

Note-se que o perfil da industrialização induzida que se implantou gerou os impactos acima de incentivo ao setor terciário, mas os impactos foram mais limitados do que poderiam ter sido. De fato, na medida em que as indústrias que se estabeleceram geravam bens intermediários para as indústrias das regiões Sudeste-Sul, evoluiu, paralelamente, toda a logística de escoamento da produção, através do avanço, especialmente, do modal rodoviário.

Ocorre que esse avanço, ao mesmo tempo em que facilitava o escoamento da produção, gerava a possibilidade do direcionamento inverso: o do envio de bens finais produzidos nas regiões Sudeste-Sul para os estados da Região Nordeste, dentre eles a Bahia. Esses bens finais são tanto industriais quanto agrícolas, sendo seus preços mais competitivos, acabando por concorrer com o sistema agroindustrial da Bahia, no Recôncavo, afetando fortemente a região e o Sertão. O que se observa é que a maioria dos municípios do interior fica estagnado, não participando do processo de industrialização que se instaura, e de seus impactos.

Nesse contexto é que se deve analisar a mudança da dinâmica que se observa (ou não) nos municípios baianos, no mesmo período em que avança a industrialização no Brasil e que, de forma reflexa, avança a industrialização na Bahia.

Ao mesmo tempo em que se observa o avanço da industrialização baiana, se destacam duas características que vão acabar sendo estruturais para o estado desde então:

- a) Um dos elementos centrais desse processo de industrialização é o de que o mesmo se concentrou fortemente no entorno de Salvador, que congrega também a concentração da geração do PIB do estado. Para se ter uma ideia, cerca de 80% do PIB estadual é gerado entre os municípios de São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filhos, Dias d'Ávila e Camaçari (PMS, 2015). Ou seja; a presença da Petrobrás, a criação do Centro Industrial de Aratu e a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari tiveram vínculos relativamente restritos com os demais setores da economia estadual. Essa dinâmica ainda

persiste, sendo que, no estado, poucos municípios adicionais aos vinculados à região metropolitana de Salvador se somam para a concentração da produção, dentre eles estão os municípios de Feira de Santana e de Vitória da Conquista.

- b) Um segundo elemento importante do processo de industrialização que se efetiva e relativo às indústrias que se implantaram entre as décadas de 1960 e 1980 está ligado ao fato de que essas indústrias produzem bens intermediários para as regiões Centro-Sul do país e estão, assim, intrinsecamente ligadas à dinâmica dessas regiões.
- c) Uma terceira característica que também é resultante do processo acima é a forte concentração da população em poucos municípios, especialmente em Salvador. De fato, tendo em vista a estagnação dos espaços que ficam alijados do processo de industrialização, nessa primeira fase de avanço mais forte da industrialização (até a década de 1980), ocorre um forte movimento migratório dessas localidades para os municípios mais dinâmicos, especialmente Salvador, o que é um elemento importante de vulnerabilidade, tendo em vista o grande contingente populacional que irá se instalar na capital e em alguns poucos municípios mais dinâmicos. Isso porque essa população migrante tem baixa instrução e dificuldade de acesso a emprego.

Observando esse processo da história econômica da Bahia, profundamente ligado ao processo de industrialização brasileiro é que destacamos também a articulação dos municípios que iremos analisar ao contexto acima nesse primeiro período que estamos descrevendo. Os municípios são: **Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista.**

Em primeiro lugar, devemos observar que Salvador e Camaçari fazem parte, essencialmente, de uma dinâmica que tem que ser analisada em conjunto, já que o segundo município faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em segundo lugar, destacamos que o município de Feira de Santana também está vinculado, em parte, à dinâmica da Região Metropolitana de Salvador, que congrega forte concentração de atividades industriais do estado e da dinâmica de serviços. Isso ocorre porque Feira não apresenta grande distância da RMS, mas a análise de Feira de Santana tem especificidades importantes, que serão analisadas a seguir e que se referem ao histórico papel de entreposto de comércio que esse município desde sempre desempenhou e porque sua localização se situa no entroncamento de várias vias de acesso rodoviário que se desenvolveram para facilitar o escoamento da



produção da RMS. Isso potencializará seu papel de entreposto e de zona de passagem, como veremos adiante. Nesses termos, o avanço da indústria que ocorre, também em Feira, tem relação com a dinâmica da RMS, mas envolve mais que isso. Na verdade, Feira de Santana se apresentará como um dos municípios mais dinâmicos e populosos do estado, fazendo parte dos 10 maiores municípios que congregam grande parte da produção do PIB estadual.

Em terceiro lugar, o comentário é o de que Vitória da Conquista tem uma dinâmica distinta, se comparada aos três primeiros municípios citados, por não participar tão diretamente do processo de mudança estrutural a partir do processo de industrialização que ocorre de forma concentrada na região da RMS e engloba Feira de Santana. O avanço da industrialização em Vitória da Conquista é tímido. No entanto, é importante comentar que há semelhanças com Feira de Santana, na medida em que esses dois últimos municípios são dois importantes centros comerciais e de serviços e são zonas de passagem, o que lhes confere um dinamismo particular.

Um comentário central é o de que, na Bahia, se desenvolveram cidades que polarizaram algumas regiões do estado, e as que estamos estudando estão entre elas. No entanto, não se desenvolveu um grande número de municípios de porte médio com dinâmicas complementares, o que dificultou a integração do território. Na verdade, grande parte das externalidades das atividades econômica ficou concentrada na Região Metropolitana de Salvador. Um destaque importante é o de que o “miolo” do estado ou o Semiárido se manterá pobre, com uma base econômica fundada na agricultura familiar não capitalizada, com condições climáticas problemáticas para a prática agrícola. No entanto, ele representa 2/3 do território e grande parte da população continuará residindo aí.

## **2.2 A desaceleração do avanço da indústria na década de 1980 e a emergência do processo de industrialização induzido pela oferta de vantagens particulares aos investidores (o movimento de guerra fiscal)**

Conforme vimos, a industrialização gera avanços, sendo que a atividade de Construção Civil também cresce, articulada ao crescimento metropolitano. Observa-se uma melhora dos indicadores econômicos, e o estado da Bahia cresce em termos relativos, ocupando um maior peso no PIB brasileiro, mas esse mesmo processo gera importantes dicotomias, já citadas acima. E, nos anos 1980, se apresenta um estancamento do processo, vinculado ao próprio estancamento da economia brasileira

e da indústria nacional, receptora dos bens intermediários gerados pela economia da Bahia, num período tido como “década perdida”.

Com o esgotamento do padrão de financiamento, pela crise dos mercados financeiros globais no final da década de 1970 e até meados da década de 1980, o modelo de desenvolvimento adotado e que tinha forte articulação com o endividamento externo se reverte. Os anos 1980 passam a ser conhecidos como “a década perdida”, havendo forte pressão inflacionária e baixo crescimento.

No Estado da Bahia, observa-se uma queda nas decisões de produção e de investimento, sendo que foram paralisados os investimentos previstos para o Polo de Camaçari, havendo também diminuição no ritmo de crescimento da produção da indústria química baiana. O impacto da estagnação é profundo, especialmente para os espaços menos dinâmicos do estado. A produção se concentra cada vez mais na RMS, havendo forte migração populacional do interior para a metrópole de Salvador, e o desemprego assola o estado, aumentando os índices de pobreza.

A taxa de crescimento da economia do estado sofre importante desaceleração – maior do que a da própria economia brasileira, na medida em que a indústria petroquímica emergente perdia dinamismo. Além disso, outro setor importante da economia baiana também passava por importantes problemas: a agricultura tradicional.

De fato, a paulatina abertura dos mercados mundiais e o crescimento da oferta mundial de produtos, com a entrada de novos produtores, gerou a queda dos preços internacionais de diferentes produtos, dentre eles, aqueles vinculados à agricultura tradicional baiana: cacau, mamona, sisal, fumo, algodão e também o café.

Na situação de desaceleração e descoordenação, a economia brasileira, e também a baiana, voltaram-se para o incentivo à expansão do setor externo. No caso da Bahia, a estratégia envolveu a diversificação agrícola para a exportação, através da ocupação dos cerrados para produção de grãos (especialmente soja); por meio do desenvolvimento de projetos de irrigação e produção de frutas para exportação (em Juazeiro); do avanço da produção de papel e celulose no Sul; do surgimento de empreendimentos do ramo agro industrial; do avanço das atividades de turismo na faixa litorânea (Litoral Norte e Porto Seguro).

Ou seja, mesmo considerando a forte crise da economia baiana, puxada pela desarticulação de seus principais setores (ramo petroquímico e agricultura tradicional), foi ocorrendo um processo de diversificação agrícola, e isso se deu em conjunto com uma interiorização da produção. Novos vetores de crescimento estavam surgindo, com

destaque para o agronegócio voltado à exportação, sendo que essa dinâmica avança na década de 1990.

Os caminhos do país terminaram por ser reorientados, no início dos anos 90, em prol de uma perspectiva liberalizante, com menos intervenção do Estado e direcionadas, também, ao processo de abertura comercial e financeira.

Tendo em vista esse movimento há uma queda profunda das ações de Estado de política industrial e a isso se soma o movimento de abertura comercial e financeira que afetarão profundamente a indústria nacional. De fato, o processo de abertura provoca a entrada de produtos importados, ao mesmo tempo em que a abertura financeira liberaliza a Conta Financeira do Balanço de pagamentos (especialmente de Investimentos em Carteira), provocando forte entrada de dólares e gerando-se um movimento importante de valorização do câmbio. A facilitação de importações com câmbio valorizado afeta profundamente a indústria nacional e especialmente a produtora de bens intermediários.

Mesmo considerando-se a exitosa política de combate à inflação, que ocorre a partir da implantação do Plano Real (e que foi “auxiliada” pela valorização do câmbio), o que se observa é que a dinâmica de crescimento da economia brasileira nesse período é bastante baixa. Ocorre um alto nível de desemprego, com desestruturação do mercado de trabalho, e as condições sociais se descoordenam crescentemente. Observa-se uma fragilização dos trabalhadores, com a queda dos vínculos de trabalho formal com proteção social. Paralelamente, proliferam as formas precárias de ocupação, havendo uma queda do emprego formal e do nível das remunerações, e esse movimento ocorre fortemente na Região Nordeste e no Estado da Bahia (BORGES & CARVALHO, 2014).

Na ausência de uma política industrial, capitaneada pelo Estado Nacional, o que se observa nos estados da federação é que seus governos passam a adotar uma atuação de atração de indústrias a partir, essencialmente, dos mecanismos da chamada “guerra fiscal”, mediante a concessão de desonerações tributárias e vantagens adicionais a empresas que eventualmente viessem a se localizar nos diferentes estados.

Em busca de novas alternativas para a Bahia, o Governo Estadual e diferentes municípios do estado passaram a apostar na concessão de incentivos fiscais para a atração de novas indústrias, como também para o incremento do turismo. Atraídas pelos incentivos e pelos baixos salários que prevaleciam no Nordeste, algumas

empresas se deslocaram para o interior da Bahia e para a Região Metropolitana de Salvador. O destaque vai para o “complexo automobilístico da Ford Nordeste”, que foi implantado em 2001, sendo que o mesmo compreende, além das montadoras, várias empresas ligadas ao complexo e um terminal portuário exclusivo, construído na baía de Aratu para o escoamento da produção no país, bem como para consumidores das Américas do Sul e do Norte. A produção continua fortemente localizada na Região Metropolitana de Salvador, basicamente em Camaçari (sede do polo Petroquímico e também do Polo automobilístico), São Francisco do Conde (Refinaria Landulpho Alves), Simões Filho, área do CIA e Candeias (exploração de petróleo e algumas empresas industriais) (BORGES & CARVALHO, 2014)

Para além do complexo automobilístico, foram aportados também investimentos em diferentes indústrias de bens finais, parte delas voltadas a consumo popular, também atraídas pelos incentivos fiscais concedidos.

Então, um comentário importante a respeito do desempenho do Estado da Bahia, na década de 1990 e chegando até o início dos anos 2000, é que as taxas de crescimento não foram expressivas, sendo que os impactos sobre as condições sociais do estado foram profundos. No entanto, é importante observar que ocorreu uma maior diversificação da economia baiana e Pessoti & Silva (2011) destacam as principais mudanças:

- a) Consolidação da transformação da agricultura, com grande avanço do agronegócio vinculado a setores voltados para a exportação (silvicultura, papel e celulose, fruticultura, grãos) e perda da participação dos produtos da agricultura tradicional, em especial o fumo e o cacau<sup>3</sup>. A região de Juazeiros desponta como importante centro logístico, com atividades de fruticultura, enquanto que Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié irão despontar como Polos de Serviços, e Ilhéus e Itabuna, como polos agrícolas, ainda ligados à atividade cacaueira. Uma das consequências disso é o forte incremento das exportações baianas no interregno da década de 1990 e até 2002;
- b) Surgimento de novos setores da indústria, especialmente de bens finais, com a consolidação dos investimentos na indústria de papel e celulose. Destaque para a já citada atração via incentivos fiscais, que atraiu a

---

<sup>3</sup> Paulatinamente, há uma recuperação de algumas culturas, através de políticas estaduais e federais de incentivo

indústria automobilística, além de indústrias nos setores têxtil, calçados, eletrônico, transformação plástica, química, cerâmica, madeira/móveis. Paralelamente, a indústria metalúrgica teve um bom desempenho, destacando-se também que houve duplicação da Refinaria Randolfo Alves e da Central de Matérias Primas do Polo Petroquímico de Camaçari;

- c) Avanço do Turismo local, com parceria entre residentes e parceiros internacionais, e de investimentos do Governo estadual;
- d) Ajuste administrativo, fiscal e financeiro em nível estadual.

Mesmo considerando essas mudanças, cabe a observação de que a concentração espacial da atividade industrial no estado não se alterou de forma mais efetiva. Além do mais, as expectativas quanto à diversificação da matriz industrial e das cadeias produtivas, que seriam resultantes da implantação do setor automobilístico do estado, acabaram não se confirmando e o desenvolvimento de um parque produtivo de bens finais acabou não avançando (PESSOTI & PESSOTI, 2019).

## **2.3 Breves considerações sobre a articulação dos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista à dinâmica descrita: 1960-década de 1980 e década de 1990.**

### **2.3.1 Salvador e Camaçari**

Como foi comentado anteriormente, o desenvolvimento de Salvador, a partir da década de 1960/1970, está ligado aos investimentos direcionados pelo Estado, que geraram o avanço do processo de industrialização e que provocaram impactos sobre a capital, mudando o perfil da economia do município e do próprio estado.

Vimos também que o processo de industrialização desse período gerou forte articulação entre Salvador e seu entorno, tendo sido estabelecida a **Região Metropolitana de Salvador (RMS)**. Essa última, portanto, se relacionou à implantação de atividades industriais em municípios no entorno de Salvador, que, anteriormente, eram de base agrícola. Isso envolveu a extração de Petróleo nas imediações de Candeias e no próprio município, a instalação de uma refinaria em São Francisco do Conte, de um terminal marítimo em Madre de Deus, a implantação do Polo Petroquímico em Camaçari e também de outras indústrias nesse município, a organização do Centro Industrial de Aratu (BORGES & CARVALHO, 2014). Além da

articulação desses processos com Salvador, que concentrava serviços e abrigou os trabalhadores qualificados dessas indústrias, também ocorreu uma forte urbanização em Simões Filho e Lauro de Freitas.

Esse processo promoveu ampla geração do emprego, modificação da estrutura produtiva dos municípios da RMS envolvendo Camaçari e Salvador, o que será comentado abaixo. Essa é uma fase de crescimento importante para o país e para Salvador, ainda que gere, desde essa época, distorções em termos de concentração de renda e de diversidade de impactos, a depender do perfil da população (classe média ocupando os novos postos gerados versus população menos qualificada nos empregos de baixa renda e não formalizados). Esses impactos poderão ser sentidos de forma distinta em Salvador e em Camaçari.

No que se refere a **Salvador**, os investimentos estimularam o aparecimento de novas atividades e modernização de outras. Por um lado, os efeitos estiveram relacionados aos impactos produzidos pela própria indústria no sentido de novos empregos e nova magnitude de lucros (aumentos da renda), gerando um aumento do consumo e serviços, sendo que as atividades comerciais e de serviços se concentravam em Salvador. Para se ter ideia, estima-se que o Polo Petroquímico de Camaçari gerou, em pouco mais de sete anos, cerca de 20.000 empregos diretos (BORGES & CARVALHO, 2014), sendo que parte importante desses empregos envolvia trabalhadores qualificados, com salários e benefícios mais elevados que a média regional, que acabaram residindo em Salvador e magnificando os impactos sobre a capital e reduzindo os efeitos sobre os municípios diretamente geradores desses empregos.

Além da forte geração de emprego industrial que provocou essas repercussões, foi criado ainda um grande volume de investimentos indiretos nas empresas prestadoras de serviço a essas indústrias, que também se concentravam no município de Salvador.

Para além disso, a própria política de Estado provocava o aumento do Gasto Público e de políticas de transferências federais, também provocando aumentos de emprego e renda, com impactos sobre o setor terciário. É possível observar o crescimento e criação de várias instituições públicas e da administração pública concentrados em Salvador nessa época e a existência de um forte crescimento do varejo, além do aumento de serviços (engenharia, transporte, telecomunicações) conhecerem significativo desenvolvimento.

O crescimento da população empregada, ajudado pelo próprio desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Poupança e empréstimo e do BNH (ação depois incorporada pela Caixa Econômica Federal), propiciou o crescimento da construção civil, vinculada à construção de moradias, também fortemente geradora de emprego. A isso ainda se somava a construção civil vinculada à construção das próprias novas indústrias que se montaram à época.

Ou seja, tendo em vista esse impacto sobre o emprego, a chamada “classe média” residindo em Salvador se ampliou e se diversificou, com o avanço de empregados de escritórios, de técnicos qualificados trabalhadores das indústrias, de profissionais de qualificação superior atuando no setor serviço, como engenheiros, contadores, advogados, economistas, administradores, além de professores atuando no avanço das instituições de ensino e da área de saúde (em grande parte, públicas).

Para além disso, também se ampliaram os empregos menos qualificados atraindo grande contingente populacional para a capital, vindo de todo o estado, que nesse interregno ficou relativamente estagnado (à exceção de alguns espaços que também se desenvolveram, como é o caso de Feira de Santana, por exemplo). Esse foi um período de forte migração, que começou a gerar forte vulnerabilidade para o município de Salvador, receptor desse contingente populacional demandando emprego e serviços. Gerava-se uma “super oferta de trabalhadores” de baixa qualificação, que acabavam se inserindo em ocupações precárias.

Paralelamente, outro desajuste importante referia-se ao já citado fato de que as indústrias implantadas geravam produtos para fora do estado. Ademais, eram indústrias centradas em grandes plantas automatizadas e de produção contínua. Ainda que tivessem gerado inicialmente grande contingente de emprego nelas mesmas, elas não tinham maior capacidade de absorção adicional de mão de obra, como seria o caso de indústrias de bens de consumo final, que não se implantaram no estado na época. Esse perfil limitava o contingente de postos de trabalho industriais de qualidade. Essa seria uma das explicações para o fato de que os trabalhadores ocupados no setor industrial na Região Metropolitana de Salvador fossem relativamente em menor número do que em outras metrópoles brasileiras (BORGES & CARVALHO, 2014).

Então, mesmo nesse período de forte crescimento do país e da própria capital baiana, o que se observava era uma dualidade: a expansão do PIB de Salvador e a maior participação do PIB do município sobre a totalidade dos municípios brasileiros,

vis a vis a geração de problemas ocupacionais e de pobreza para amplos segmentos de sua população.

Quanto ao município de **Camaçari**, já vimos que o avanço da industrialização que envolveu as décadas de 1960 a 1980 mudou o perfil produtivo dos municípios no entorno de Salvador que acabaram conformando a Região Metropolitana de Salvador. Camaçari é um desses municípios, e seu avanço esteve ligado à conformação do Polo Petroquímico de Camaçari.

A partir de sua implantação se observa uma mudança profunda na estrutura produtiva e do emprego do município. Ele era um município essencialmente agrícola e passa a ter sua estrutura produtiva profundamente centrada no setor industrial, sendo que o emprego urbano avançou nessa época. De fato, o emprego na indústria de transformação se expandiu, principalmente a partir da implementação do Complexo Petroquímico de Camaçari, gerando-se empregos de maior qualificação, com salários e benefícios mais elevados que a média regional (CARVALHO; SOUZA, 1980; BORGES; FILGUEIRAS, 1995; CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2001; BORGES, 2003).

Essa expansão dos empregos foi expressiva, no entanto, devem ser destacadas características, já citadas, que terão consequências importantes para o perfil dos municípios de Camaçari:

- (a) Os empregos gerados, em grande parte envolvendo profissionais mais qualificados, provocaram uma ida desses trabalhadores para Salvador, fixando residência lá, e limitando os impactos de geração de renda e de novos empregos no próprio município de Camaçari, já que parte dos impactos sobre o setor serviços se dirigiu a Salvador;
- (b) O perfil da indústria de bens intermediários implantada não envolvia maiores contingentes de geração de emprego, como é o caso da indústria de bens finais;
- (c) A indústria implantada gerava produtos para fora do estado, enquanto que os bens finais vinham da região Sudeste-Sul. Parte da renda gerada “fugia” do município e também de Salvador.

Isso posto, e continuando com a nossa breve retrospectiva, a década de 1990 apresenta uma nova fase para o desenvolvimento da indústria da Bahia, conforme já citado acima e para Salvador. Num período em que havia caído a participação do Estado na Economia e em que o Brasil se desacelerava, observava-se um profundo desaquecimento da economia de Salvador, com amplo e rápido avanço do desemprego, o que rapidamente piorava as condições de vida da população que já se encontrava anteriormente marginalizada do processo modernizante.



Note-se que a “guerra fiscal” gerou a implantação de indústrias de bens finais, com destaque para a Ford, muito mais intensiva em geração de emprego do que as indústrias geradoras de bens intermediários, anteriormente implantadas.

Como destacamos anteriormente, o desaquecimento da economia brasileira teve impactos profundos sobre o Nordeste brasileiro e sobre a Bahia. Na medida em que a indústria implantada nesse último estado gerava bens intermediários, vendidos para a indústria da região Sudeste-Sul, e considerando a desaceleração que ocorria, a dinâmica dessas indústrias baianas caía também rapidamente, afetando a produção e o emprego de Salvador e da RMS como um todo e, portanto, de Camaçari. Como já vimos, os anos 1980 foram de descoordenação do crescimento, ainda que tenha havido uma mudança da dinâmica das agroindústrias em outras regiões do estado.

Paralelamente, vimos que a década de 1990 envolve a não atuação das políticas de desenvolvimento capitaneadas pelo Estado, sendo que o processo de liberalização econômica direciona o Estado da Bahia para uma lógica de atração de indústrias via incentivos fiscais e na direção da articulação de atividades exportadoras, dentre elas o avanço da agroindústria e mesmo do turismo.

Apesar dessas modificações, que incrementarão o perfil exportador do estado, observamos que o baixo crescimento do país permanece na década de 1990, o que também ocorre na Bahia, ainda que se considere que o desempenho do estado tenha melhorado sua participação no PIB do país.

As condições de emprego na RMS pioraram, observando-se a redução dos empregos formais e o aumento do emprego informal, alastrando os espaços de pobreza da capital.

Ademais, a lógica da modernização determinada pelo mercado promoveu outras modificações que se deram na direção de mudanças organizacionais, que modificaram estruturas e processos (BORGES, 2003). Essas novas formas de organização da produção e da distribuição (operação em redes, terceirização), afetaram o perfil dos trabalhadores, como também afetaram a armazenagem e a distribuição dos produtos, gerando o enxugamento de quadros. Esse foi um fato adicional gerador de queda do volume do emprego e de precarização, que afetaram as condições de vida do grande contingente populacional que residia em Salvador e também no seu entorno.

Na Região Metropolitana de Salvador a mão de obra empregada do complexo petroquímico foi reduzida para um terço ao longo dos anos 1980, avançando o trabalho

terceirizado e temporário, o que se manteve na década de 1990. Essa terceirização também avançou na indústria metal mecânica, como também nos serviços financeiros e de utilidade pública (BORGES & CARVALHO, 2014). Para além do impacto sobre o perfil do emprego industrial, a queda dos postos de trabalho na indústria afetava negativamente a renda e o consumo, impactando o comércio e os serviços, produzindo forte efeito sobre o setor terciário como um todo.

Logo, Camaçari e a capital foram fortemente impactadas, especialmente a capital, que concentrava grande contingente populacional, havendo uma forte desestruturação do mercado de trabalho (BORGES, 2003)

**Tabela 1** - Taxa de crescimento média do PIB de Salvador – em % aa

1970-1975	1975-1980	1980-1985	1985-1990	1990-1996
9,1	11,3	3,3	5,7	1%

Fonte: IPEA, citado por BORGES & CARVALHO, 2014.

**Tabela 2** - Taxa de desemprego total em % - Salvador e Região Metropolitana de Salvador (RMS)

	1987-1988	1997-1998
Salvador	15,7	21,8%
RMS	15,8	23,2%

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE, citado por BORGES & CARVALHO, (2014).

\*Desemprego aberto + desemprego por “bico”.

### 2.3.2 Feira de Santana e Vitória da Conquista

No item anterior apresentamos algumas das características de Salvador e de Camaçari em conjunto, por entendermos que a dinâmica de ambas está intimamente ligada, conformando a Região Metropolitana de Salvador. Paralelamente, nesse item levantaremos, brevemente, as características de Feira de Santana e de Vitória da Conquista. Ambos os municípios têm dinâmicas distintas, sendo que o primeiro participará do processo de modernização da implantação da indústria no estado a partir da década de 1960, em parte por sua proximidade a Salvador. Esse município será um daqueles que concentrará uma parte importante do PIB estadual (fora de Salvador). Já

Vitória da Conquista tem uma dinâmica distinta, estando substancialmente mais distante da capital e sofrendo impactos menos intensos do processo de industrialização.

Ainda assim, é interessante analisar as características dos dois municípios em paralelo, na medida em que ambos são fortes centros comerciais e de serviços, fato ligado às suas posições enquanto vias de passagem. Essa fortíssima dinâmica comercial que ambos têm, estabelecendo uma importante interrelação com os municípios de seu entorno, gera dinâmicas que são particulares a municípios com essas características, que estão espalhados pelo Brasil e que são municípios de porte médio, não capitais e não pertencente a zonas metropolitanas das capitais. Uberlândia, em Minas Gerais, por exemplo, é um desses municípios, como também Juiz de Fora. Isto posto, passemos ao levantamento dos principais elementos geradores de dinamismo econômico de Feira de Santana e Vitória da Conquista no período considerado nesse item do Relatório.

No caso de **Feira de Santana**, é importante destacar que o município é o centro da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), instituída a partir de 06 de Julho de 2012, pela Lei Complementar Estadual nº 35/2011, sendo formada por seis municípios: Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho. Feira é a segunda cidade mais populosa do estado e primeira cidade do interior nordestino em população. Destaque-se que o município de Feira de Santana congrega o restrito número de municípios brasileiros, não capitais, com população entre 500.000 e 1 milhão de habitantes e que não fazem parte de regiões metropolitanas das capitais brasileiras. Estes são considerados municípios que concentram atividades, população, serviços a partir de uma dinâmica não totalmente articulada às capitais e acabam gerando também relações de polarização com o seu entorno. Nesse sentido, Feira de Santana, na hierarquia urbana do Brasil, é considerada uma Capital Regional B (REGIC) e é sede da maior região metropolitana do interior nordestino. Feira de Santana gera o terceiro maior PIB da Bahia e o maior do interior do Nordeste, sendo um importante centro industrial e comercial do Brasil, com um grande poder de compra e um forte comércio. Por isto, Feira de Santana exerce um alto nível de influência econômica, comercial e política na Bahia e na região Nordeste brasileira, sendo o único município do interior do Nordeste com PIB acima de R\$10 bilhões.

O comércio sempre foi uma atividade de grande relevância nesse município, que define, inclusive, o seu próprio nome. De fato, essa atividade foi responsável pela implantação e desenvolvimento dessa localidade. A localização estratégica do município, como espaço de passagem para outras localidades ajudou a promover o avanço do comércio, sendo importante comentar que o comércio informal se implantou e se manteve, gerando adensamento populacional e, também, precariedades.

Enquanto um município que avançou como centro de atividades comerciais, aí também se desenvolveram atividades de serviço em geral, atraindo as populações vizinhas para usufruir desses serviços, fazendo com que Feira tivesse um caráter polarizador para com os demais municípios da Região Metropolitana de Feira de Santana e municípios vizinhos.

Na década de 1950, a atividade industrial ainda não se fazia presente e a produção de manufaturados vendidos na feira livre limitava-se a objetos de cerâmica, fibra, madeira e, principalmente, artefatos de couro, sendo uma produção típica artesanal. Por sua vez, o comércio de Feira detinha uma posição privilegiada no município e no próprio Estado da Bahia.

No entanto, observe-se que a dinâmica de Feira de Santana também deve estar articulada ao projeto do avanço industrial ocorrido na economia baiana ao longo das Décadas de 1960 e 1980, citados anteriormente.

Por um lado, isso ocorre porque, graças ao avanço da infraestrutura rodoviária implantada pelo Estado, no período, para o escoamento da produção baiana, o município de Feira de Santana usufruiu de uma posição privilegiada para avançar em sua atuação como centro comercial e distribuidor, na medida em que ficou no entroncamento de diferentes rodovias que o cortam. De fato, em Feira ocorre o encontro das rodovias BR-101, BR-116 e BR-324, além de seis rodovias estaduais. Dessa forma, o município funciona como ponto de passagem para o tráfego que vem do Sul, Sudeste e do Centro-Oeste, dirigindo-se para Salvador (a uma distância de 108 Km de Feira) e outras capitais, além de outros municípios importantes do nordeste.

Por outro lado, a articulação de Feira de Santana ao processo de avanço da indústria na Bahia está ligada a essa posição privilegiada que o município tem, envolvendo o entroncamento viário das BRs 101, 116 e 364, juntamente ao baixo custo das terras, acabaram atraindo empresas industriais, e o município fez parte do intenso processo de industrialização que ocorreu a partir da década de 1970 no estado, já citado anteriormente. Dessa forma, como parte do projeto de modernização industrial

da Bahia, foi criado o Centro Industrial do Subaé (CIS), que, até recentemente, era uma autarquia do governo do Estado da Bahia<sup>4</sup>, como também o Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS). Para se ter ideia do dinamismo que se implanta, o CIS é considerado um três maiores centros industriais da Bahia, atrás apenas do Polo de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu. Dentre as indústrias implantadas em Feira de Santana, destacam-se indústrias de transformação, alimentícias, química, de materiais elétricos, de materiais de transporte, mecânica, aeronáutica e de produção de biodiesel.

Um fato importante desse histórico, que faz parte do avanço da industrialização na Bahia, é o de que a articulação do escoamento via rodovias mudou a dinâmica de vários municípios. Enquanto Feira de Santana se beneficiava de sua situação privilegiada no modal de transporte rodoviário, outros municípios perdiam dinamismo.

De fato, o Recôncavo passava a comunicar-se com Salvador sobretudo por terra e municípios como Cachoeira e Santo Amaro, portos debruçados sobre as águas, viam restringir sua zona de influência, enquanto que Feira de Santana passava a comandar a maior parte das relações no mesmo território (TELES, 2020)

Dessa forma, o município de Feira de Santana começou a se destacar no estado e no território nacional a partir de sua ligação rodoviária e do avanço desse modal entre 1960 e 1980, tornando-se um centro de irradiação de vias asfaltadas para todos os maiores centros urbanos do estado e do País.

Para além do avanço da indústria que se processou no município a partir da década de 1970, a atividade agrícola de Feira e seu entorno passou por intensa reorganização e o emprego de técnicas modernas fizera com que a produção se elevasse. O mesmo fato se deu com a pecuária, como resultado, o abastecimento de Salvador e seu entorno era realizado predominante pelos cereais, carne e leite produzidos por Feira de Santana e seus municípios de influência,

O desenvolvimento desses dois setores gerou um importante aumento da produção e da renda, contribuindo sobremaneira para o acréscimo na oferta de serviços e para a intensificação do comércio atacadista e varejista, que também se articulava com outros municípios, dada a posição de Feira de Santana. Dessa forma, Feira de Santana passou de 1950 a 1980 por uma intensa alteração em sua estrutura

---

<sup>4</sup> O Centro Industrial do Subaé (CIS) foi extinto como autarquia, mas continua a existir como área física, com infraestrutura e serviços que precisam ser mantidos para o funcionamento de cerca de 200 indústrias instaladas na área.

econômica, dinamizando sua economia e aumentando o número de empregos. Esses fatores fizeram com que o município, assim como a RMS, se tornasse um polo de migração. Populações que estavam em regiões estagnadas do estado buscavam regiões mais dinâmicas, como Feira de Santana, tornando a estrutura do município altamente complexa, na medida em que congregava grandes contingentes de pessoas de baixa qualificação.

O que se destaca é que a posição específica do município dinamiza sua situação de polo de comércio e distribuidor, e atrai indústrias também para si próprio no âmbito do processo de implantação de indústrias no estado (o que será comentado mais adiante na análise própria do município). Nesses termos, a dinâmica de Feira de Santana se encontra articulada ao processo de avanço da industrialização e de mudança da estrutura produtiva do estado que estamos descrevendo brevemente.

A dinâmica produtiva que explicou a expansão de Salvador e de Camaçari, como componentes da RMS, também tem forte relação com o perfil e avanço da economia do município de Feira de Santana. Se, por um lado, seu dinamismo inicial vem da produção agrícola e do avanço do comércio, o seu crescimento, a partir da década de 1960, está relacionado ao movimento de modernização e implantação da indústria, gerado pela ação do Estado em articulação com o dinamismo do município, vinculado ao comércio e serviços, magnificando sua atuação, também enquanto zona de passagem.

Tendo em vista essas relações, no interregno 1960-1980 o município participa do processo de avanço do estado, apresentando expressivas taxas de crescimento do seu PIB, concentrando ainda mais população e tornando-se um dos municípios mais populosos do estado e de maior dinamismo. Na década de 1980, assim como em Salvador e em Camaçari, ocorre uma desaceleração do crescimento em virtude da queda da economia brasileira. O forte elo entre a RMS e Feira de Santana com a economia das regiões Sudeste-Sul geram o desdobramento de desaceleração desses espaços baianos.

Na década de 1990, foi visto anteriormente que a diversificação produtiva da agricultura, através do avanço da agroindustrialização provoca impactos de maior interiorização do estado, mas esse processo não engloba Feira de Santana. O município é mais impactado pelo processo de incentivos fiscais para a atração de indústrias, o que ocorre de fato. No entanto, assim como no caso da RMS, o movimento geral da década de 1990 é o do crescimento do desemprego e da

precarização das condições de vida. Paralelamente, outra consideração é de que não houve uma modificação profunda da estrutura produtiva do município na década de 1990.

Quanto a Vitória da Conquista, a compreensão da construção de sua dinâmica econômica e seu perfil está ligada à evolução do Sudoeste da Bahia. Considerando a economia da região Sudoeste da Bahia, o início da fixação do homem nesse espaço se deu mediante a exploração da pecuária. Em seguida, surge o comércio e depois a agricultura, mas essa última fundamentalmente vinculada ao atendimento das necessidades básicas da população que ia se colocando nesse espaço. O Arraial da Conquista (futura Vitória da Conquista) apresentava uma posição privilegiada nessa região, na medida em que se colocava, desde então, como “rota de passagem”. A atividade comercial se confundia com a agropastoril. A pecuária foi a atividade que mais gerou povoamento naquela região. De qualquer forma, os habitantes daquele espaço conseguiam gerar renda, não apenas pela via da atividade pecuária, mas também, pelo comércio, que começa a se desenvolver (comercialização do algodão) e de serviços oferecidos pelo fato de ser um entroncamento de rotas para a comercialização de mercadorias, dentre elas, o gado, que é dirigido a outras localidades e que passa por lá, ligando o sertão ao litoral. Tendo em vista essa dinâmica, no final do século XIX foram surgindo concentrações populacionais que conformaram os municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Poções, Boa Nova e Maracá.

Na primeira metade do século XX a Região Sudoeste foi se desenvolvendo de forma lenta. Estradas ainda muito deficientes dificultavam a ligação da região a outras localidades. Ademais, a produção agrícola era destinada, essencialmente, para o autoconsumo. Então, o que se percebe é que a ocupação desse espaço ocorreu de forma mais lenta do que na zona litorânea.

No início do século XX a agricultura começou a se diversificar (com a vinda de italianos e japoneses para a região) e se observou o crescimento da atividade pecuária, sendo que a região passou a desenvolver a criação própria de bovinos (ALVES, 2014). Ademais, devido à construção da estrada de ferro Nazaré-Jequié, a ocupação da região foi intensificada, principalmente nas décadas de 1930 e 1940. É nessa época que Jequié e Vitória da Conquista passam a despontar como centros de comércio, o que acaba atraindo também serviços em geral.

Outro acontecimento central para enfatizar o papel de Vitória da Conquista como centro de comércio e entroncamento foi a implantação da BR-116 (Rio-Bahia), que corta a região no sentido Norte-Sul, gerando impactos de crescimento na região como um todo nas décadas de 1950 e 1960. Destaque-se também que, na mesma época, foram implantadas estradas secundárias, no sentido leste-oeste da região (Vitória da Conquista/Brumado; Vitória da Conquista/Itabuna; Jequié/Ubaítaba; BR-116/Ubaíra; BR-116/Maracás), avançando a possibilidade de relações de trocas com outros municípios da região e de escoamento da produção.

Para se ter ideia, 22 municípios foram criados nessa época, sendo que a Região Sudoeste da Bahia passou a ter canais mais efetivos de integração ao estado e à Região Sudeste do país. De qualquer forma, é importante comentar que, devido ao perfil de seu desenvolvimento inicial (calcado em grandes propriedades e pecuária extensiva), a região apresentou, em seu processo de ocupação, grandes vazios.

Vitória de Conquista se firmava, nessa época, como município mais populoso da região Sudoeste da Bahia e centro de comércio (SANTOS, 2007).

A concentração populacional, desde cedo, ocorreu em Vitória da Conquista, Jequié, como também em Itapetinga, e o adensamento do comércio e dos serviços aprofunda essa concentração, na medida em que as aglomerações populacionais do entorno desses municípios se utilizam dos mesmos para suas necessidades de compras e vendas e na busca por serviços.

Um destaque importante desse movimento em Vitória da Conquista é a criação da Faculdade de Ciências e Letras em 1969, que demonstra essa centralidade dos serviços educacionais e que, no futuro, será uma das atividades que se tornarão importante no município, gerando um polo de Educação Superior.

As décadas de 1970 e 1980 marcam uma nova fase para a região Sudoeste da Bahia, quando o Governo Federal incentivou o desenvolvimento da lavoura cafeeira (Programa Nacional de Recuperação e Renovação dos cafezais) como forma de complementar a produção das regiões Sudeste-Sul do país, quando elas, eventualmente, apresentam dificuldades (como problemas climáticos afetando a produção, por exemplo). Graças à política pública direcionando essa implantação, em 1975, o “Planalto de Conquista” já contava com 12 milhões de pés de café (ALVES, 2014).

A partir daí, o polo cafeeiro passou a ser responsável pelo dinamismo da região Sudoeste, sendo que Vitória da Conquista já tinha equipamentos para o beneficiamento



do café aí produzido e, ademais, se observou um crescimento e diversificação dos serviços no município. O crescimento do preço da terra, por sua vez, jogou a população rural da região onde o café estava se implantando para a zona urbana, e Vitória da Conquista passa a sofrer com a pressão do ingresso de forte contingente populacional, de baixa qualificação. Enquanto o município crescia, a periferia ficava inchada, densamente povoada e com ampla precariedade (ALVES,2014).

De qualquer forma, entre a década de 1970 e 1987, o café permaneceu como uma importante fonte de dinamismo para a região Sudoeste a partir da implantação do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), que mudou a estrutura agropecuária do município e seu entorno. A atividade industrial também se expandiu ao longo da década de 1970, especialmente em Vitória da Conquista, através de políticas de incentivo do Governo Federal, fazendo parte de sua ação desenvolvimentista para o Estado da Bahia. Nesse bojo, criou-se o Distrito Industrial de Imborés, em 1975. Mas a indústria nunca chegou a se tornar um setor efetivamente dinâmico do município e da região Sudoeste, e a industrialização do estado permaneceu concentrada na RMS e incorporando também Feira de Santana nessa concentração, entre as décadas de 1960 e 1980.

De todo modo, devemos comentar que Vitória da Conquista se liga, de certa forma, ao avanço do estado nas décadas acima. De fato, um elemento importante para a mudança estrutural do Estado da Bahia, entre 1960 e 1980, foi o desenvolvimento do modal rodoviário, implantado pelo Estado em sua política pública desenvolvimentista. Esse modal faz a articulação da região da Bahia que concentra a produção industrial com o resto do país, especialmente com as regiões Sudeste-Sul. A abertura da BR-116 é fundamental nesse processo. Ora, a BR-116 se estende e segue pela região Sudoeste da Bahia, passando por Vitória da Conquista, tornando-a um "*entroncamento rodoviário que se insere num fluxo de dinâmicas comerciais mais amplas*"(NEVES; ADAN, 2012, p. 198).

Dessa forma, no período em que a Bahia estava passando por amplo processo de desenvolvimento industrial, entre as décadas de 1960 e 1980, a região Sudoeste estava também se modificando, mas o processo de industrialização do estado teve um menor impacto aí. Observa-se a manutenção da concentração populacional em poucos municípios e mantêm-se áreas pouco integradas à economia e grande dispersão de municípios pequenos.

Assim como no resto do país e na parte mais dinâmica do estado, o final de meados para o final da década de 1980 há uma forte desaceleração da economia. Um destaque especial, que tem grande importância para a região Sudoeste e para Vitória da Conquista é a queda do preço do café e a ocorrência de períodos de prolongadas secas, que afetaram fortemente o polo cafeeiro. Paralelamente, conforme já indicamos acima nesse relatório, um movimento importante que começa a ocorrer no Estado da Bahia, já na década de 1980, é o do avanço da agroindustrialização, com vistas à exportação, e a região Sudoeste é incorporada a esse movimento, havendo forte avanço da fruticultura.

### **3. Os anos 2000: o modelo de crescimento com impactos distributivos e a mudança de direcionamento pós 2015 e o comportamento dos municípios seleccionados nesse interregno**

#### **3.1 Os modelos de crescimento nos períodos 2003-2014 e posteriormente a 2015**

Para entender os diferentes regimes (modelos) de crescimento de um determinado país é necessário observar a dinâmica dos componentes da demanda e a sua contribuição para a expansão da economia. Ademais, é necessário indicar a importância (ou não) do papel do Estado e da institucionalidade que define essa ação, para o perfil resultante da demanda. Essa questão tem relação, não apenas com os próprios Gastos do Governo, mas também com a atuação do Estado gerando impactos sobre o Consumo, sobre o Investimento nas diferentes localidades da federação e sobre o Setor Externo.

Neste Volume do Relatório nos centraremos na análise das características gerais dos distintos regimes de crescimento que vigoram na Economia Brasileira entre 2003 e 2021. Destacamos essencialmente dois regimes: (i) o vigente entre 2003 e 2014 e (ii) o que passa a se estabelecer a partir de 2015, que tem características de ruptura com o modelo anterior.

A partir daí, o objetivo dessa parte do relatório é o de apresentar, de forma sucinta, as características desses modelos, na medida em que os mesmos influenciam na dinâmica da Economia Brasileira, tendo impactos particulares sobre o comportamento dos diferentes municípios nas diferentes regiões do país. No caso do

presente estudo, há impactos profundos sobre o comportamento da economia nordestina e, nesse contexto, da economia baiana. O que queremos destacar com essa discussão é que o comportamento dos municípios selecionados deve ser compreendido como estando articulados ao contexto da articulação entre intervenção (ou não) no Estado e a economia. Isso já ocorrera nos períodos anteriormente citados e voltará ocorrer nos anos 2000.

A discussão que apresentamos nessa seção é efetuada a partir de Corrêa e Loural (2020). Ainda assim, cabe comentar que, especialmente para o período 2003-2014 há vários trabalhos que comungam com a mesma interpretação, dentre eles: AMITRANO (2010); SERRANO & SUMMA (2012 e 2015); CORRÊA & SANTOS (2013); CARVALHO, L. B., & RUGITSKY (2015); ROSSI (2016); RUGITSKY (2017); CARVALHO (2018); BASTOS & AIDAR (2018).

Um elemento importante do presente texto é o de explicitar o modelo de crescimento vigente entre 2003 e 2014 para que se possa indicar as mudanças implementadas de 2015 em diante, que vão no sentido da redução da intervenção do Estado na Economia e da redução da Proteção Social estabelecida pela Constituição de 1988, mostrando seus potenciais impactos sobre o país. Iniciamos a análise descrevendo o modelo de crescimento vigente entre 2003 e 2014, apontando suas características. Depois disso, são expostas algumas reflexões sobre um novo modelo de crescimento que vem sendo constituído desde 2015, com ênfase nas diferenças para o anterior, e a indicação de alguns impactos que já se observam.

### **3.1.1 Um modelo de crescimento distributivo, mas contraditório – o período 2003-2014**

Segundo a análise que desenvolveremos, entre 2003 e 2014 vigora um modelo de crescimento em que se destaca a concomitância do processo de expansão econômica, com melhora de distribuição de renda, aumento do emprego formal, em uma articulação com forte intervenção do Estado.

Ressaltamos, no entanto, que nesses anos é importante efetuar uma subperiodicidade, separando esse interregno em duas fases: (i) o período que vai de 2003 a 2010 e (ii) o período que vai de 2011 a 2014. Isso porque no segundo subperíodo indicado ocorreram mudanças na forma de intervenção do Estado. Ainda que não se possa dizer que tenha ocorrido aí uma “mudança de modelo”, enfatizamos

que as modificações implantadas provocam uma reconfiguração nas “alavancas de crescimento”, que comprometem a dinâmica do próprio modelo de crescimento.

Isso esclarecido, iniciamos a análise destacando o pano de fundo do regime de crescimento que se estabelece entre 2003 e 2014.

Por um lado, esse regime se desenvolve mantendo-se o marco da liberalização econômica (comercial e financeira), conjugada ao tripé macroeconômico que envolve o Regime de Metas de Inflação + câmbio flutuante + metas de superávit primário.

Por outro lado, o pano de fundo que permite a existência de um modelo de crescimento distributivo é o que envolve preservação de uma institucionalidade particular existente na economia brasileira que envolve a preservação de aspectos distributivos da constituição de 1988. De fato, na referida Constituição, em seu formato vigente até 2015, estavam reguladas uma série de relações entre a arrecadação tributária e os Gastos Públicos. Estava aí definida uma dinâmica especial de Gastos Obrigatórios, envolvendo os mínimos constitucionais relacionados às despesas com Saúde e Educação, bem como estavam definidas as Transferências de Previdência e Assistência Social (TAPS), com forte relação com o salário mínimo.

Dentre as TAPs, destacamos: os Gastos com o Regime Geral de Previdência e os Gastos com LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Destaque-se ainda que, para além dos Gastos definidos na Constituição, as TAPs também envolvem gastos definidos por legislação específica, como os relativos ao Programa Bolsa Família, implantado no início dos anos 2000.

Em segundo lugar, temos a preservação de Empresas Estatais, especialmente a Petrobras que, em sua atuação, provoca fortes efeitos encadeadores sobre a economia, bem como a preservação dos Bancos Públicos que exercerão importante papel no modelo de crescimento que se estabelece entre 2003 e 2014.

Por fim, outro aspecto institucional importante é a regulação relativa aos ajustes do salário mínimo, que garante seu aumento real no período que estamos analisando e que gera importantes impactos distributivos<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O modelo de correção do salário mínimo que atrela sua correção à variação da inflação e do PIB e que garantiu ganhos reais do salário mínimo vale desde 2006. As regras foram confirmadas em 2011 e 2015, sendo que a legislação ([Lei 13.152/2015](#)) implementada aí previu a manutenção desses critérios até 1º de janeiro de 2019. Segundo essa regulação, a remuneração do salário mínimo devia ser corrigida, anualmente, pela inflação do ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB) verificada dois anos antes. Essa regra deixou de vigorar no ano de 2020.

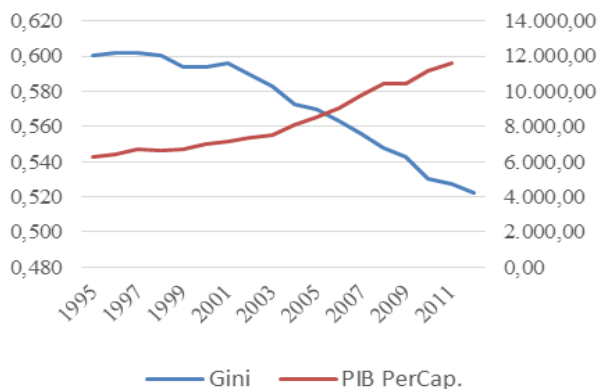
O ponto que destacamos é o de que esses aspectos institucionais são centrais para que haja uma ação do Estado no sentido de alavancar o crescimento e definir seu perfil (mais, ou menos distributivo), sendo que o crescimento econômico e a formalização do emprego, o aumento real do salário mínimo, as políticas distributivas afetarão profundamente a dinâmica da economia nordestina.

**(i) O período 2003-2010**

Essa fase agrega o período de expansão mundial, entre 2004 e 2007, com importante liquidez nos mercados financeiros e forte crescimento do comércio internacional e do preço das *Commodities*, sendo que esses últimos estão, em grande parte, relacionados com a expansão chinesa. Essa dinâmica, como é sobejamente sabido, influencia o crescimento de um país periférico como Brasil, que tem condições de responder a esses estímulos, pela via da expansão rápida da produção agrícola e agroindustrial, dirigida à exportação. Esse primeiro período marca uma fase geral de crescimento da economia brasileira, (ainda que contrarrestada pela desaceleração ocorrida, quando a Crise de *Subprime* eclode e se aprofunda entre o segundo semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009).

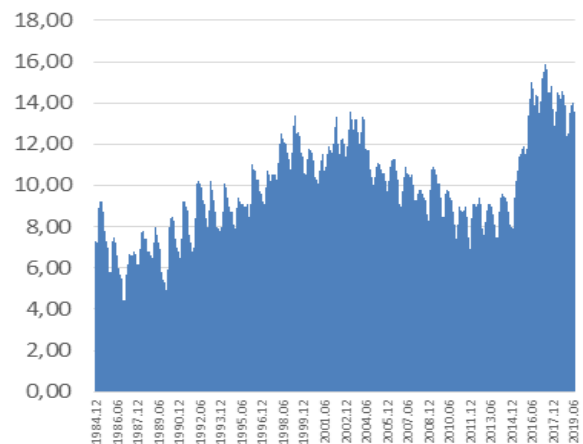
Para além de se ter observado um importante movimento de crescimento econômico nesse interregno, destacam-se como características dessa expansão: a observância de uma melhoria na distribuição da renda, com uma melhora do índice de Gini (Gráfico 1) e maior participação dos salários na renda. Para além disso, destaca-se também o crescimento do emprego formal (Gráfico 2), o crescimento e posterior manutenção de uma alta carga tributária (Gráfico 4). Como veremos adiante, essas características poderão ser observadas na economia brasileira como um todo e a Bahia não foge desse perfil. Poderão ser observados no caso do estado: um aumento do emprego, uma queda na pobreza absoluta e uma melhora da distribuição de renda, sendo que os dados dos municípios seleccionados serão analisados mais abaixo neste volume.

**Gráfico 1 - Evolução do Índice de Gini e do PIB Per Capita**



Fonte: Fonte: Corrêa & Santos (2013). PIB Per capita no eixo à direita,

**Gráfico 2 - Taxa de desemprego - RMSP (%)**



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, Pesquisa de Emprego e Desemprego (Seade/PED).

As características apontadas acima se destacam no modelo, sendo importante analisar quais são as principais “alavancas” a puxar o crescimento, vinculadas aos componentes da demanda.

O nosso destaque vai para o fato de que tais alavancas estiveram relacionadas à intervenção do Estado, em consonância com a institucionalidade que permite e gera condições para a sua intervenção. Ainda que o momento favorável do setor externo seja um fator importante na dinâmica do crescimento, o que enfatizamos é que o perfil do crescimento e, mesmo os principais fatores propulsores, estiveram ligados ao mercado interno.

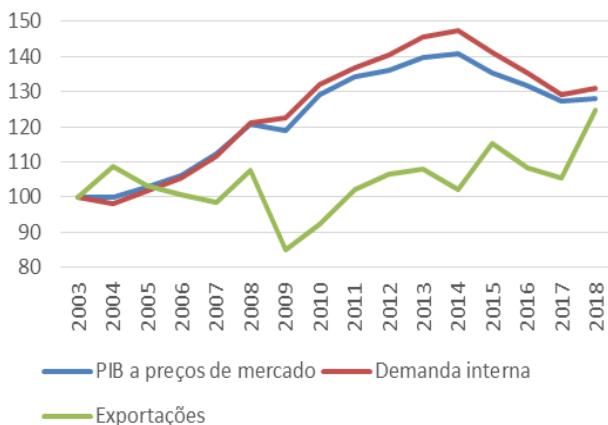
*(a) A alavanca do mercado externo: expansão favorável e manutenção da abertura comercial e financeira*

Esta questão tem relação com a melhora dos termos de intercâmbio da Economia Brasileira. De fato, nessa fase o crescimento da demanda mundial por bens primários e de aumento do preço das *commodities* geram uma importante alavanca de crescimento das exportações brasileiras, fortemente centrada em bens primários e manufaturados ligados a recursos naturais. Observa-se também, paralelamente, um expressivo crescimento das importações, tendo em vista a abertura comercial e o nível de câmbio relativamente valorizado que se estabelece nessa fase, expandindo-se a importação de bens intermediários. Veremos adiante como as exportações dos

municípios selecionados estarão ligadas a esse movimento mais geral da economia brasileira, como também veremos como a importação de bens intermediários gerará impactos negativos sobre as indústrias produtoras desses bens, dentre elas, as que se concentram no Nordeste.

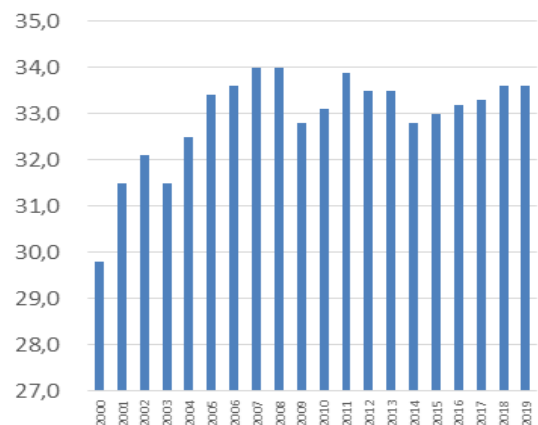
No que se refere a essa alavanca, é importante destacar que não se estabelece nenhuma mudança institucional importante no modelo de abertura comercial e financeira que fora implantado ao longo da década de 1990 e que envolve o monitoramento constante do Banco Central. Ou seja; ainda que o processo de abertura financeira tenha se aprofundado, o movimento do período não foi o de aprofundar conversibilidade da moeda nacional. O que mudou foi a dinâmica mundial, sendo que a economia doméstica reagiu rapidamente a esses estímulos. De outra parte, a própria manutenção da abertura financeira, em momento de grande liquidez internacional, gerou uma enxurrada de dólares direcionados à economia brasileira e esse é um fator adicional e central na pressão que se efetua sobre a valorização do câmbio.

**Gráfico 3 – Evolução do PIB, demanda interna e exportações – 2003=100**



Fonte: Elaboração própria a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

**Gráfico 4 - Carga Tributária Bruta – em % do PIB**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Quanto à dinâmica do modelo de crescimento e considerando os componentes de demanda, enfatizamos que, inicialmente (entre 2003 e 2005), a expansão da economia brasileira foi puxada pelo Setor Externo, o que gera aumentos de renda, que impactam sobre o Consumo, sendo que o Investimento induzido pelo próprio crescimento também se expande rapidamente.

Deve-se reconhecer que a primeira década dos anos 2000 foi marcada pela intensa demanda chinesa por *commodities* exportadas pelo Brasil, como soja e minério de ferro, o que confere benefícios ao comércio externo brasileiro de duas maneiras. A primeira, pelo aumento do volume exportado, especialmente para a própria China. A segunda ocorre pelo aumento dos preços de tais *commodities*, em virtude da demanda aquecida.

Um ponto que destacamos é o de que o setor externo é um importante componente a puxar a economia essencialmente até 2005, sendo que a partir de 2006 a demanda interna (C + I + G) passará a ser a principal alavanca do crescimento (Gráfico 3). Assim, sem deixar de reconhecer tal situação favorável do cenário externo, é preciso destacar que são as características particulares da dinâmica do Consumo e do Investimento e a intervenção da ação do Estado sobre estes que explicarão o perfil do crescimento observado.

*(b) A alavanca do Consumo: ação distributiva do Estado, impactando sobre a distribuição de renda e o Consumo.*

A compreensão é a de que o Consumo é uma função da Renda Pessoal disponível<sup>6</sup>, sendo que sua expansão inicial foi influenciada pelo rápido crescimento das exportações, que gerou aumento interno da Renda, influenciadora do consumo. No entanto, a compreensão da dinâmica do crescimento ocorrida envolve uma observação mais ampla dos fatores determinantes dos componentes da demanda. No caso da dinâmica do Consumo e de seu perfil, existem fatores adicionais que devem ser considerados. De fato, a dinâmica do Consumo foi influenciada pelo próprio crescimento do emprego, mas o seu volume e perfil foram impactados pela ação distributiva do Estado: (a) pela via da expansão e posterior manutenção da carga tributária, sendo que isso se atrelou à regulação da Constituição de 1988, geradora de transferências obrigatórias de assistência e previdência – TAPs a partir da arrecadação, que foi um fator essencial para a própria expansão do Consumo e de seu perfil; (b) pela decisão de Estado de definir aumentos reais do salário mínimo, que também impactam sobre o volume das TAPs que são fortemente atreladas ao salário mínimo.

<sup>6</sup> Para o detalhamento da dinâmica do Consumo vide Santos (2013).



A expansão do emprego e o aumento real do salário mínimo provocaram uma mudança na estrutura da distribuição de renda, e isso gerou a inclusão crescente de uma população de baixa renda na dinâmica consumidora, com uma maior propensão a consumir. A esses consumidores se agregaram os que recebem as transferências do Estado, que também são essencialmente de baixa renda e têm recebimentos vinculados ao salário mínimo, sendo que o volume dessas transferências cresceu em relação ao PIB, chegando ao patamar de 15% do PIB, conforme pode ser observado pela Tabela 3.

Dessa forma, a preservação dos aspectos distributivos e de proteção social da Constituição de 1988 e o aumento real do salário mínimo (Gráfico 5) tiveram impactos importantes sobre o perfil (Consumo de massa) e o avanço do Consumo.

**Tabela 3** - Composição das Transferências de Assistência e Previdência (TAPs) em % do PIB

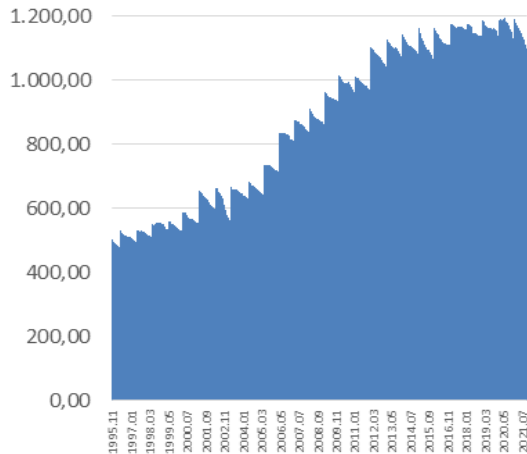
Ano	Ab. Seg. Des.	RGPS	RPPS-Estados	RPPS-Munics.	RPPS-União	FGTS	PBF	LOAS	Outras
2003	0,5	6,2	1,98	0,35	2,18	1,89	0,06	0,36	1,28
2004	0,49	6,48	1,87	0,35	2,06	1,61	0,23	0,39	1,04
2005	0,53	6,8	1,86	0,33	1,98	1,43	0,3	0,43	0,96
2006	0,63	6,99	1,91	0,29	1,96	1,39	0,31	0,49	0,79
2007	0,67	6,96	1,83	0,37	1,96	1,51	0,33	0,53	0,71
2008	0,68	6,58	1,78	0,37	1,97	1,45	0,35	0,53	0,68
2009	0,84	6,94	1,81	0,4	2,11	1,5	0,36	0,58	0,63
2010	0,77	6,76	1,74	0,39	1,94	1,34	0,36	0,59	0,7
2011	0,82	6,79	1,79	0,4	1,91	1,41	0,4	0,6	0,67
2012	0,91	7,19	1,95	0,45	1,87	1,48	0,47	0,66	0,67

Fonte: Corrêa & Dos Santos (2013).

Como nos mostrarão os dados dos municípios baianos analisados nesta pesquisa, eles foram impactados por essas políticas profundamente. As transferências de renda, ligadas ao salário mínimo real crescente, geraram impactos profundos sobre o consumo afetando fortemente o setor terciário e gerando efeitos encadeadores sobre a decisão de investir à medida em que se abria o potencial crescimento da demanda por bens de consumo de massa (investimento induzido pelo próprio crescimento, como veremos adiante). Ademais, os serviços em geral também se veem profundamente impactados pelo crescimento do emprego e da renda. Esse movimento conjunto, por sua vez, gera o aumento das atividades em geral, provocando o crescimento do emprego.

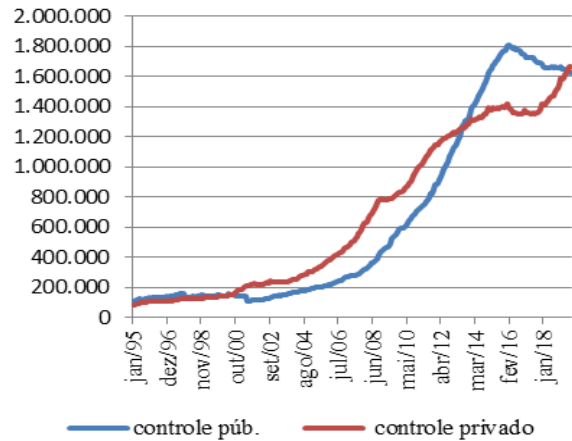
A isso ainda se agregou o movimento do crédito, que se expandiu fortemente entre 2003 e até 2007, puxado, tanto por bancos públicos como privados, e depois de 2008 e até 2012, via uma ação anticíclica de bancos públicos (Gráfico 6).

**Gráfico 5 - Salário mínimo real em R\$**



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA

**Gráfico 6 - Evolução dos saldos de crédito: controle público e privado (em R\$ milhões)**



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Nossa consideração é a de que estava se gestando uma mudança na estrutura da distribuição de renda, que é um dos fatores importantes a indicar as características de um padrão de crescimento em que o Consumo de Massas é uma variável importante e em que o crescimento é capaz de gerar melhoras na distribuição de renda.

Destacamos, paralelamente, o caráter, ainda limitado, do processo de distribuição de renda que se processava. De um lado, a melhora do índice de Gini deveu-se ao próprio avanço do mercado de trabalho, aos programas de previdência do Estado em seus três níveis, aos programas de assistência (como o Bolsa Família) (HOFFMAN, 2013), características intrínsecas ao Regime de crescimento que estamos descrevendo, e que dependem da regulação constitucional, da regra do salário mínimo e do próprio crescimento. De outro lado, houve também uma melhora da participação do salário na renda.

No entanto, observamos que é preciso fazer qualificações quanto a esses resultados. O que queremos enfatizar é que se manteve a forte concentração da renda no topo da pirâmide, ao mesmo tempo em que a participação dos salários e as

transferências de renda ligadas à população mais pobres aumentavam sua participação.

*(c) A alavanca do Investimento e a intervenção do Estado no investimento.*

Uma questão relevante quando se analisa um regime de crescimento liderado pela demanda, refere-se à análise da dinâmica do investimento. O que a interpretação que seguimos procura destacar é o fato de que o Investimento foi fundamental para a dinâmica do crescimento gestado entre 2003 e 2011 é que, mais uma vez, o papel do Estado foi decisivo.

No que se refere à composição do Investimento, é preciso considerar que parte dele é **induzido** pelas condições conjunturais (pelo próprio crescimento) e pela projeção de demanda (expectativa quanto a seu comportamento futuro). Para além disso, é preciso ainda destacar o **componente autônomo do investimento**, que estamos aqui considerando como relacionado à ação do Estado. Trata-se aqui do Investimento ligado: (i) a Investimentos da União, de Estados e Municípios, (ii) a Investimentos de Empresas Estatais (especialmente da Petrobrás). A esses investimentos deve-se ainda agregar a ação do Estado na expansão do crédito para o Investimento, gerado pelo BNDES.

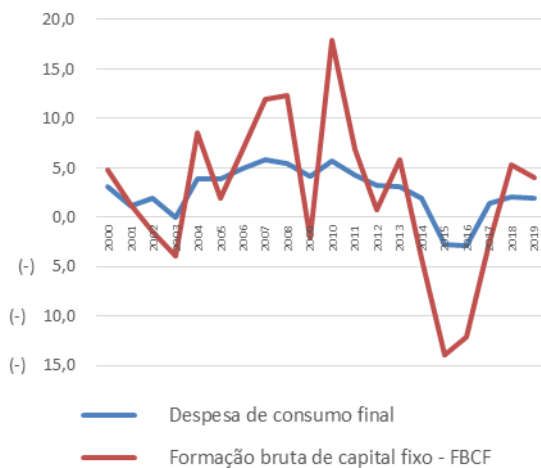
No caso do período que estamos considerando, o Investimento induzido pelo próprio crescimento iniciou sua expansão com o crescimento do setor exportador e seu impacto sobre a renda. No entanto, o Investimento da economia brasileira também foi fortemente impactado pelo Investimento autônomo do Estado e das empresas estatais, especialmente após 2005 com a implantação do PAC, e com a ação da Petrobrás. Essa ação foi especialmente importante após a crise de *subprime*, quando o investimento privado, induzido pelo crescimento, passou a arrefecer.

Retomando o ponto levantado anteriormente, entre 2003 e 2010, a contribuição do Investimento para o crescimento econômico foi muito importante, sendo que a dinâmica central da expansão da economia não se centrou meramente no Consumo. De fato, analisando-se as taxas de crescimento desses dois componentes, nota-se o maior crescimento da Formação Bruta de Capital fixo (FBKF), em comparação com o do Consumo (Gráfico 7).

Destaca-se, especialmente, o forte crescimento que se deu entre 2006 e 2012, sendo puxado pela Formação Bruta de Capital Fixo em Máquinas e equipamentos, e

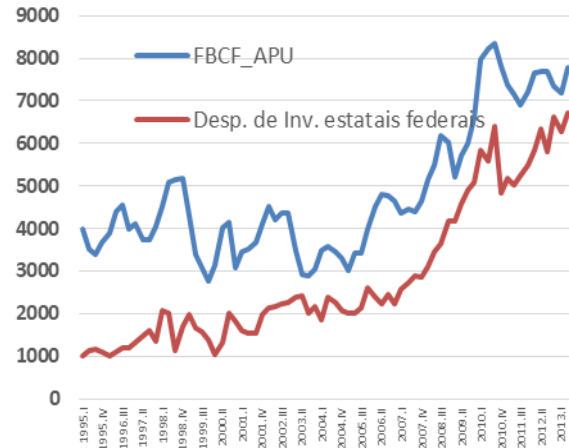
posteriormente (a partir de 2009), pelo setor de Construção Civil (vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida).

**Gráfico 7** - Taxa de crescimento dos índices de volume: consumo das famílias e FBKF



Fonte: IBGE

**Gráfico 8** - FBKF da Administração Pública e Investimento das Empresas Estatais (nível federal) - em R\$ milhões de 1995



Fonte: Santos, 2013

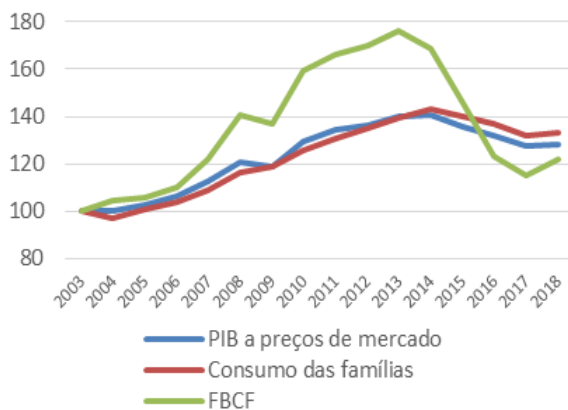
Por um lado, temos que parte do investimento é induzido pelo próprio crescimento (AVANCINI, FREITAS E BRAGA, 2015 E BRAGA, 2018), conforme já comentamos. De outra parte, cabe ainda destacar o papel do Estado para a expansão dos Investimentos autônomos, que geram efeitos encadeadores e induzem novos investimentos. De fato, o crescimento da taxa de investimento esteve também fortemente relacionado à aceleração dos investimentos em infraestrutura puxados pelo Setor Público, conforme mencionado, pela via do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2006. Depois disso foi também influenciado pelo investimento em Construção Civil, também puxado por ações do Setor Público, com o destaque para o Programa Minha Casa Minha vida a partir de 2009. Na mesma esteira da Intervenção do Estado para o avanço do investimento, enfatize-se, ainda, o investimento das empresas estatais, especialmente da Petrobrás e as ações de financiamento do BNDES, que também foram centrais para o crescimento do investimento.

Nesse ponto, é preciso enfatizar uma questão importante: a de que os Investimentos especificamente do Setor Público e seus programas (como o PAC) e os investimentos da Petrobrás geram importantes efeitos encadeadores, provocando

novos investimentos, induzidos pelos primeiros. Nesses termos, o impacto da ação do Estado sobre os investimentos vai muito além da análise da participação contábil dos Investimentos da União e dos Estados e Municípios sobre o investimento total. É preciso agregar os Investimentos das Empresas estatais e os impactos disso tudo sobre o investimento privado.

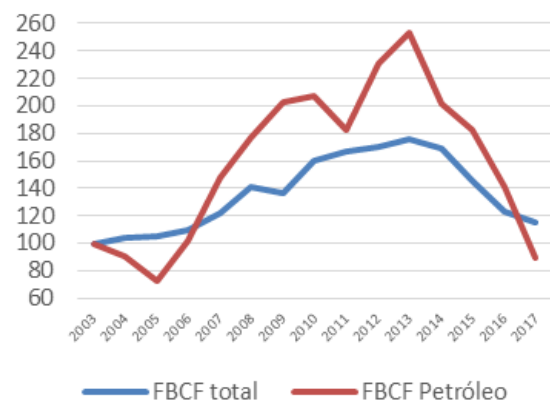
Outra questão que queremos agregar à análise do modelo de crescimento do período 2003-2014 e ao papel do Investimento induzido pelo Estado refere-se à ação da Petrobrás enquanto importante alavanca do próprio Investimento. Para destacar essa questão, em primeiro lugar, retomamos a questão relativa à contribuição do crescimento do investimento como fator de expansão do PIB. O Gráfico 9 mostra que esse agregado macroeconômico cresce acima do PIB entre 2003-2014, sendo possível notar que a força com que o investimento puxa a expansão do PIB é visivelmente relevante. Para se ter ideia da expansão; a Formação Bruta de Capital Fixo teve um crescimento total de 75% entre 2003 e 2013.

**Gráfico 9** – Evolução do PIB, do Consumo das Famílias e da Formação Bruta de Capital Fixo – 2003=100



Fonte: Corrêa & Loural (2020).

**Gráfico 10** – Formação bruta de capital fixo – total e do setor de petróleo – 2003=100



Fonte: Corrêa & Loural (2020).

Além dessa relevante participação nos investimentos industriais e de sua evolução acima da Formação Bruta de Capital Fixo da economia brasileira até 2014, há outro aspecto importante no que diz respeito ao setor petrolífero e seu impacto sobre a dinâmica do crescimento da economia brasileira entre 2003 e 2014. Esse aspecto é o potencial de encadeamento que os investimentos no referido setor geram sobre os demais. De fato, o setor de refino de petróleo classificado como “setor chave”, isto é, um segmento que tem relevância na cadeia produtiva, tanto como demandante quanto

como fornecedor, apresentando índices de ligação para frente e para trás acima da média da economia brasileira.

Dessa forma, entende-se que os derivados do petróleo, além de importantes insumos para os demais ramos de atividade, ainda possuem grande potencial de estimular produção, investimento e emprego em outros segmentos, destacando-se que as atividades de refino têm um potencial de encadeamento maior do que o da exploração e produção de petróleo. Soma-se a isso a adoção de Políticas de Conteúdo Local, que potencializaram tais encadeamentos (LOURAL, SILVA e MORTARI, 2019).

Assim, a existência da Petrobrás e o marco regulatório do petróleo que existia à época, permitiram que essa empresa tivesse importantes efeitos dinâmicos sobre a economia brasileira.

## **(ii) A descoordenação do modelo: o período 2011-2014**

Conforme destacado acima, o período 2011-2014 marca uma mudança de atuação do Estado, sendo que nosso destaque especial vai para a mudança de “mix” das alavancas de crescimento.

Essa fase é marcada por uma desaceleração paulatina do crescimento, após a retomada verificada a partir do final de 2009 e durante 2010. Como vimos anteriormente, essa retomada teve a ver com as ações anticíclicas do Estado, tanto via bancos públicos, como também via ação de Investimentos, puxados pelo PAC, pelo Programa Minha Casa Minha vida, pela ação de empresas Estatais, especialmente pela Petrobrás, num momento em que os Investimentos privados começavam a apresentar um movimento de reversão.

Seguimos a interpretação de que, no início do Primeiro Governo Dilma, houve uma importante mudança de trajetória em termos dos fatores determinantes do crescimento e o ano de 2011 marca essa modificação de estratégia.

Um dos fatores indicativos da mudança de estratégia da política econômica e que afetou o regime de crescimento foi a drástica redução da taxa de crescimento dos Investimentos da União a partir de 2011. Para se ter ideia, no período 2007-2010, a taxa de crescimento dos gastos do Governo Federal com investimento cresceram 21,4% e no interregno 2011-2014 essa taxa foi de -0,5%. Paralelamente, em 2011 caía a Formação Bruta de Capital Fixo do Setor petróleo. O que se observa é que houve uma mudança no “mix” da política de expansão efetuada pelo Estado. Ao mesmo

tempo em que o crescimento dos gastos com investimentos era cada vez menor, aumentava, paralelamente, o gasto com “subsídios”, como os envolvidos no Programa Minha Casa Minha Vida, no Pronaf e no Pronatec (Tabela 3). De fato, entre 2011-2014 essa última rubrica teve uma taxa de crescimento real de 26,4% (ORAIR e GOBETTI, 2015).

**Tabela 4 - Gastos do Governo Federal - taxa de crescimento real**

	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014
Benefícios Sociais	5,9	9,0	4,4	5,2
Gastos com C	1,7	2,4	5,0	5,4
Investimento	0,5	-3,0	21,4	-0,5
Subsídios	-9,8	20,7	-7,8	26,4
Pessoal	4,4	1,3	4,0	0,2
Txa de cresc. PIB	2,3	3,5	4,5	2,1

Fonte: Orair e Gobetti (2015).

Essa mudança de estratégia, num momento de desaquecimento do comércio mundial, teve como consequência a redução do crescimento ao longo de 2011<sup>7</sup> (Gráfico 12), pois o investimento sofreu profundamente com essa estratégia.

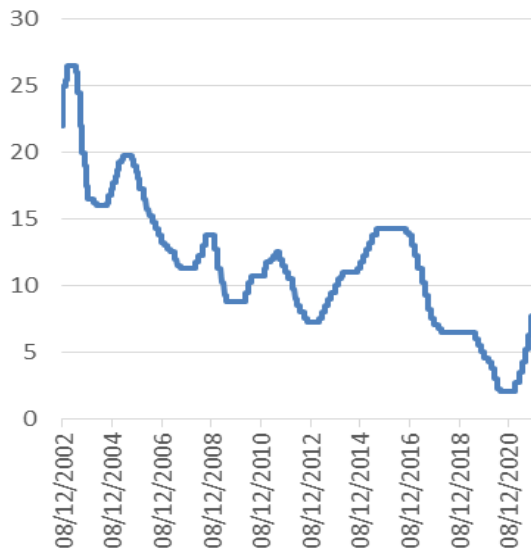
De um lado, o Investimento privado já estava combalido e a isso se somava a redução do crescimento do Investimento Público e das Empresas Estatais que, ademais, geravam menos impactos encadeadores sobre o investimento privado. De outra parte, a política monetária restritiva de 2011 (aumentando os juros) gerou impactos negativos sobre o consumo, e esses fatos interligados provocaram uma piora nas condições de crescimento em 2011. Isso começa a gerar a piora do Resultado Primário, que havia, até então, se sustentado no crescimento das Receitas maior do que o das despesas primárias. A redução do crescimento provocava a piora da arrecadação enquanto que as despesas obrigatórias do Estado continuavam crescendo (ainda que as discricionárias estivessem relativamente contidas).

Outra piora da arrecadação, ademais, também teve a ver com uma decisão de Governo, que foi a redução provocada pelas desonerações tributárias concedidas, fato

<sup>7</sup> Bastos e Aidar (2019) observam que, em 2011, o crescimento já estava problematizado, na medida que o crescimento de 7% em 2010 reflete o efeito estatístico relativo à crise de 2008, sendo necessário observar os dados trimestrais.

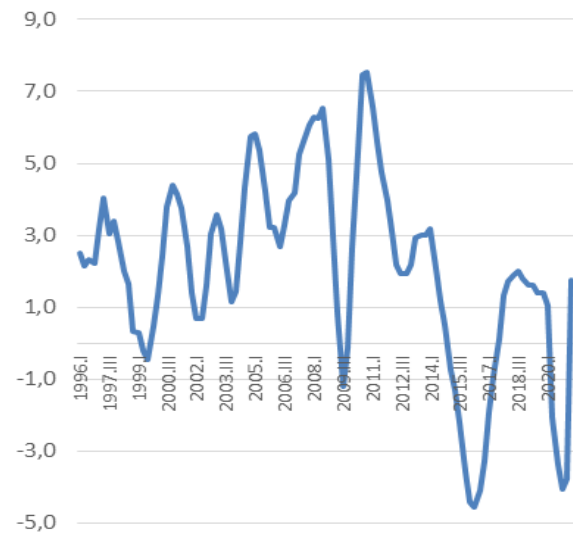
que comprometeu ainda mais as condições das Receitas públicas. Nesses termos, o resultado primário começa a cair.

**Gráfico 11 - Taxa Selic anualizada % aa**



Fonte: BCB.

**Gráfico 12 - PIB taxa acumulada em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior) %**



Fonte: IBGE.

A estratégia de reduzir o crescimento dos Investimentos públicos e incentivar o investimento do setor privado foi efetuada a partir de diferentes ações: além da desoneração tributária, temos também a política de desvalorização do câmbio e a adoção de um período de queda da taxa de juros desde o final de 2011 ao início de 2013. Esse conjunto de medidas, no entanto, não gerou o movimento do investimento privado e, ademais, modificou a forma da condução da política monetária que, nesse período de queda da taxa de juros até 2013, ficou mais desatrelada do movimento da inflação.

Essa é uma fase de descoordenação do “modelo de crescimento”. O setor Público reduziu sua atuação de Investimento, quando o setor externo já se mostrava problematizado, e o setor privado não respondeu aos estímulos, já que dois componentes da demanda descoordenavam (setor externo e Investimento público e seus estímulos). Mesmo considerando que depois de 2012 os Investimentos públicos e das empresas estatais retomaram o crescimento, a taxa de crescimento foi muitíssimo inferior aos períodos anteriores. O que cresceu, de fato, foram os subsídios, especialmente os vinculados ao programa Minha Casa Minha vida, que tem dinamismo



encadeador sobre o investimento privado muitíssimo menor, ainda que gere muito emprego no setor de construção.

O Consumo se mantinha como um componente importante de demanda, mas, como é derivado da Renda, necessariamente seria afetado com o tempo. Ademais, o nível de endividamento das famílias já estava muito alto, de forma que os estímulos de crédito se mostravam limitados. Observa-se a problematização do crescimento e, paralelamente, a piora paulatina do Resultado Primário do Governo Geral, pela queda da arrecadação, gerada pela desaceleração do crescimento e pelas desonerações.

A continuidade da queda da arrecadação, articulada à rigidez dos gastos públicos primários, acaba gerando uma situação de que o crescimento das receitas públicas passou a estar abaixo do crescimento das despesas, chegando-se à situação de déficit primário, mesmo não tendo se observado um *boom* no crescimento das despesas em termos reais. Em 2015 observa-se um salto abrupto da Dívida Bruta do Setor Público, sendo que se difundiu o diagnóstico que tal salto devia-se ao déficit primário, quando a essa questão deve-se ainda agregar os aumentos de dívida devidos à atuação da política monetária e cambial, via operações compromissadas<sup>8</sup>.

### **3.1.2 O período pós-2015: as mudanças institucionais que entronizam um novo modelo de crescimento e que definem uma menor intervenção do Estado**

Podemos dizer que o período de mudança mais profunda do regime de crescimento começa no início do Segundo Governo de Dilma Rousseff, em 2015, quando a política de austeridade passa a ser a pedra de toque do novo Governo que se inicia. Implementa-se aí uma forte redução de Gastos públicos e, ao mesmo tempo, se efetiva um rápido aumento dos preços administrados, provocando um crescimento expressivo do preço de combustíveis e energia elétrica. A isso se soma, ainda, o movimento de desvalorização do câmbio, fator adicional a gerar impactos inflacionários (choque de custos), conjugado com uma política monetária restritiva.

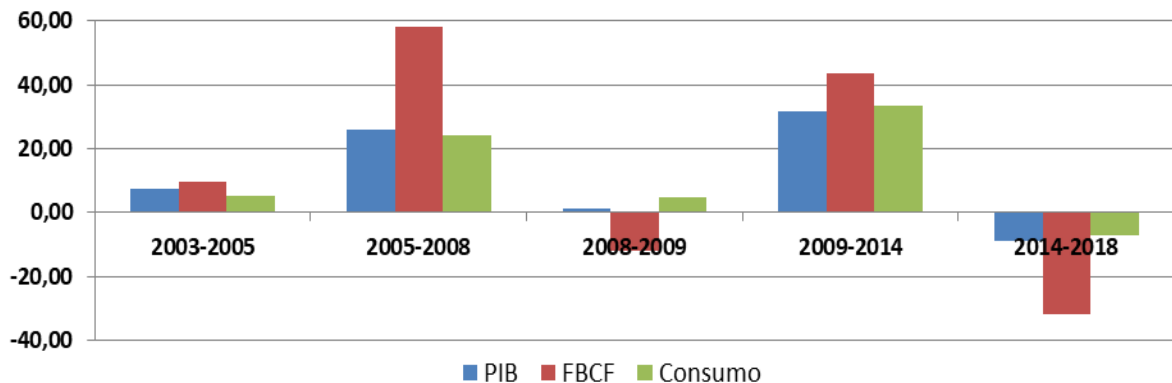
A retirada dos estímulos de demanda, por conta da queda dos Gastos Públicos e da política Monetária restritiva, são importantes fatores a explicar a desaceleração que se observa no ano de 2015 e do aumento do desemprego. O diagnóstico

---

<sup>8</sup> Entre 2003 e 2012 a evolução das operações compromissadas (e, portanto, da dívida bruta do Governo Geral) foi fortemente determinada pela expansão das reservas internacionais, dado o excesso de entrada de dólares no país, como também pela conta de juros para pagar essas mesmas operações compromissadas, que acabam pressionando a base monetária e sendo novo fator de emissão de compromissadas.

dominante passou a ser o de que a queda do crescimento pós 2013 havia sido provocado por “falta de credibilidade”, gerada pelos desequilíbrios das contas do Governo, fator que explicaria a queda das decisões de Gasto dos Empresários (especialmente dos gastos em investimento).

**Gráfico 13** – PIB, investimento e consumo das famílias – variação total (%) nos períodos selecionados



Fonte: Corrêa & Loural.(2020).

O ataque aos Gastos Públicos por parte do novo ministro da fazenda de Dilma Rousseff se mimetizou com as críticas do “mercado”, dando força ao argumento de que o crescimento abrupto da dívida bruta do Governo Geral, em 2015, seria resultante do crescimento do déficit primário.

Esse discurso, em conjunto com as políticas de austeridade que avançam, são os fatores que utilizamos para indicar a mudança do modelo de crescimento a partir daí. No entanto, é importante observar que, ao longo do curto período do Segundo Governo de Dilma Rousseff, não ocorreram mudanças institucionais que indicassem uma ruptura inexorável com a ação do Estado na Economia. Essa guinada definitiva para o modelo liberal mais aprofundado ocorreu a partir do Governo de Michel Temer e mais fortemente, no Governo de Bolsonaro.

A chegada de Michel Temer ao poder marca, de forma mais estrutural, o retorno do viés liberalizante no Estado, uma vez que as ações de Governo se orientam no sentido de reduzir o papel do Estado na Economia, voltando-se aos diagnósticos do início da década de 1990 de ataque a Bancos Públicos, às políticas distributivas, ao aumento real do salário mínimo, à previdência pública, às leis trabalhistas, à

intervenção do Estado em geral, havendo ainda um forte ataque à Educação Pública e ao SUS.

Várias são as ações que vão definir um novo pano de fundo para a Economia Brasileira e para o novo modelo de crescimento liberal que passa a ser implementado. Dentre as modificações que já haviam sido implantadas até o final de 2019 destacamos:

- (a) A reforma constitucional que definiu o teto de Gastos Públicos, indicando a estratégia explícita de redução do papel do Estado na Economia (mudança da Constituição de 1988), na medida em que ficou definido que a variação dos gastos públicos agregados, ano a ano, teria como teto a variação da inflação;
- (b) A reforma trabalhista que mudou o marco de proteção aos trabalhadores, com destaque para a perda de direitos historicamente garantidos;
- (c) A mudança do marco regulatório do Petróleo, que abre a participação de atuação no setor ao setor privado nacional e estrangeiro, limitando a ação da Petrobrás enquanto uma possível “alavanca de crescimento”;
- (d) O Ataque aos Bancos Públicos e a queda importante dos créditos direcionados; destaca-se, ainda, a mudança da regulação da TJLP do BNDES e a mudança e forte queda do Programa Minha Casa Minha Vida;
- (e) A reforma da previdência (mudança da Constituição de 1988);
- (f) A manutenção de várias desonerações tributárias;
- (g) A manutenção do tripé macroeconômico.

O nosso destaque, então, é para a mudança do modelo de crescimento a partir de 2015, sendo que as reformas vão na direção de um modelo liberal, mais profundo do que o que havia iniciado sua implantação durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Isso por que, no interregno 2015-2019, ocorreram rupturas institucionais importantes, tanto no que se refere ao pacto social quanto no que se refere aos instrumentos de políticas públicas capazes de induzir o crescimento.

Nesse novo modelo, entroniza-se a redução do tamanho do Estado como mote central, sendo que a mudança constitucional ocorrida estabelece um teto de gastos ligados à variação da inflação, descolado do crescimento. Isso dificulta, ao longo do tempo, os Gastos públicos, limitando qualquer ação do Estado anticíclica e também comprometendo os gastos sociais aos gastos com saúde e educação, bem como aos gastos com infraestrutura (DWECK e ROSSI, 2019a e 2019b).

Ademais, a Reforma da Previdência gera uma redução dos Gastos Obrigatórios com as TAPs. Outro fato importante é a não manutenção da regra de ajuste do salário mínimo. Ainda que na Constituição esteja explícito que este não pode ser reduzido, há o flanco aberto para interpretações quanto a essa regulação.

Paralelamente, se observa, também, uma menor atuação dos Bancos Públicos, sendo que se destaca a redução das liberações de recursos do BNDES e outro destaque é a redução da atuação das Empresas Estatais. Quanto às empresas estatais, nosso destaque especial vai para a mudança do marco regulatório do petróleo, permitindo uma maior entrada do Setor Privado (especialmente o estrangeiro) no setor que, desde aí, torna a possibilidade de uma ação anticíclica puxada pela Petrobrás muito menos vigorosa do que se apresentara no passado.

No que se refere à política econômica, há um forte foco no corte de gastos públicos. No lado da política monetária, observa-se uma queda constante da taxa básica de juros, como resultado do baixo crescimento da economia e da consequente inflação abaixo da meta. Mesmo com uma política monetária envolvendo a queda da taxa de juros, a recuperação da economia brasileira tem sido bastante lenta, o que pode ser explicado, em parte, pelas características deste novo modelo de crescimento.

Levando em conta as alavancas do crescimento já descritas, observando a dinâmica da demanda, vemos o consumo das famílias com graves empecilhos para puxar a retomada, e os aspectos fundamentais para tal conclusão se pautam no comportamento do mercado de trabalho e nas TAPs. Sobre as TAPs, destaca-se a Reforma da Previdência, que impõe regras mais rígidas para aposentadoria, especialmente para os trabalhadores que passaram a maior parte da vida no setor informal.

Sobre o mercado de trabalho, após uma piora do desemprego entre 2015 e 2016 (taxa de desemprego atingiu 12,7% em 2017), ocorre uma leve melhora e a taxa de desemprego chega em 11% em 2019, índice ainda elevado em comparação ao período que se encerrou em 2015. Cabe observar que, apesar dessa queda, as ocupações geradas são, em sua maioria, de baixa remuneração e, em grande medida, informais. É possível apontar ao menos três razões para este fenômeno.

A primeira delas é a informalidade, como característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro, que se mantém em torno de 40% da força de trabalho e aumenta em momentos de crise ou baixo crescimento econômico. A segunda consiste em um fenômeno global chamado de “uberização” do mercado de trabalho. Com a baixa

capacidade de geração de empregos pelo setor formal, o transporte de passageiros ou entrega de comida passam a ser formas de ocupação que não chegam a constituir uma relação de trabalho formal e exigem, para uma remuneração razoável, o trabalho por jornadas excessivamente longas. A terceira razão alia a economia desaquecida e a reforma trabalhista de 2017, que levam a um baixo poder de barganha dos trabalhadores ao negociar sua remuneração, muitas vezes de forma individual e sem o apoio de um sindicato, e a possibilidade de contratações mais flexíveis, como os contratos intermitentes. Dessa forma, mesmo o crescimento líquido do emprego formal em 2018 e 2019 não representa um ganho significativo de poder de compra dos trabalhadores de forma agregada.

Com relação ao investimento, há uma clara estratégia de encolhimento do papel do Estado, o que inclui privatização total ou parcial de empresas públicas. Ao adentrarmos no período da crise, a partir de 2015, observa-se uma queda intensa do investimento, como é característico de tais momentos. Nota-se que a formação bruta de capital fixo, passa em 2017 a ser apenas 14% maior que em 2003. No caso do Investimento autônomo, já destacamos o fato de que o crescimento do mesmo havia começado a arrefecer desde 2011. No caso das Empresas estatais, é importante retomar a ação da Petrobrás, grande responsável pelo comportamento do Setor Petróleo e geradora de importantes efeitos encadeadores. Ocorre uma queda acentuada das inversões do Setor petróleo. Contrariamente à expansão expressiva da FBKF do setor observada entre 2003 e 2013, no final do ano de 2017 os gastos com aquisição de ativo imobilizado representavam apenas 89% do observado em 2003. Um fato importante a comentar é que, mesmo com a redução dos investimentos já discutida, a participação do setor no total das inversões da indústria brasileira permaneceu acima de 30% até 2016, com uma queda maior em 2017, chegando a 24%. Ainda assim, o setor continua responsável por um quarto dos investimentos na indústria brasileira.

No caso da Petrobrás, a estratégia explícita (Petrobrás, 2016) é de desinvestimento, com vendas de ativos e foco nas atividades de exploração e produção. Além dos investimentos da empresa não serem utilizados de forma anticíclica no curto prazo, perde-se ainda parte do potencial de gerar encadeamentos de seus investimentos no futuro. Quanto aos investimentos privados, na ausência de uma alavanca advinda do investimento autônomo governamental ou do consumo, é pouco provável seu crescimento substantivo nos próximos anos.

De fato, os anos de 2015 e 2016 marcam um importante movimento de desaceleração, que veio junto com a política de austeridade adotada e com a retirada dos estímulos da ação do Estado. Nessa fase, observa-se uma queda importante do Consumo (função da renda), induzindo a uma menor demanda agregada, em conjunto com uma baixa dinâmica dos investimentos. Paralelamente, a baixa perspectiva de demanda deprime o investimento induzido, reforçando desaceleração, sem que o Investimento Induzido pelo Estado tenha atuado como ação anticíclica. A economia voltou a crescer em 2017, mas muito lentamente.

Um elemento importante da recuperação em 2017 e 2018 foi o comportamento positivo das exportações, como resultado do aumento do preço das *commodities* em 2016 e desvalorização do câmbio, que ajudaram as exportações. Dessa forma, o desempenho dessas últimas - puxadas pela agropecuária – passa a ser, inicialmente, um elemento de alavanca. O que se observa é que a retomada do Consumo e da FBKF estão sendo lentos, mas se tem observado uma retomada. No caso do Consumo, Bastos & Aidar (2018) indicam que os fatores que geraram influência positiva sobre o mesmo estariam ligados a gastos autônomos, que teriam influenciado positivamente a economia, ainda que de maneira incipiente. O primeiro elemento foi o crescimento do salário mínimo real, graças à combinação da regra de ajuste do mesmo e a redução da inflação, afetando positivamente o consumo. O segundo elemento foi resultante da relação entre aumento real do salário mínimo e o seu impacto sobre os gastos com Assistência e previdência (67,7% dos gastos com TAPS em 2019 estão ligados ao salário mínimo, cobrindo 23 milhões de pessoas) – transferências sociais, são de certa forma uma âncora de gastos. O terceiro elemento foi a liberação do FGTS (injeção de R\$ 44 bilhões).

Ou seja; fatores ligados à própria regulação protetiva do salário mínimo e às transferências de assistência e previdência têm influenciado o consumo, em conjunto com liberações do FGTS, mas o impacto dinâmico sobre o crescimento parece ser reduzido. Em 2019, a problematização do mercado mundial, com a guerra comercial entre Estados Unidos e China, continuava comprometendo a dinâmica do mercado externo como alavancador do crescimento, sendo que o dinamismo do consumo é limitado. É bem verdade que a queda da taxa de juros gerou, à época, uma retomada das operações de crédito e tem propiciado a paralela expansão do setor de construção civil, com impactos sobre o emprego. Mas a dinâmica do Investimento continuava

extremamente fraca, não tendo sido influenciado pela “retomada da confiança” pela adoção de políticas de austeridade e da reforma da previdência.

Paralelamente os anos 2020 e 2021 estão fortemente comprometidos pela pandemia do Coronavírus. Ainda assim, cabe observar que o ano de 2020 acaba apresentando um movimento de crescimento, graças à distribuição do auxílio emergencial, que garantiu a continuidade do mínimo consumo da população de mais baixa renda e/ou daqueles que haviam perdido seus empregos. No entanto, é uma fase em que ocorre forte valorização do câmbio, pressionando a inflação.

Ademais, em nível internacional ocorre uma variação para cima de preços, majorados pela queda da produção mundial face ao período de maior fechamento das economias na fase mais grave da crise sanitária internacional vis à vis ao paulatino retorno da demanda à medida em que as vacinas geraram o retorno das atividades. Como a produção mundial não se ajusta instantaneamente ocorre um aumento de preços generalizado e o desabastecimento de alguns produtos, e essa inflação mundial repercute sobre os preços domésticos, ainda mais considerando a desvalorização do câmbio.

Um destaque especial como fonte de impacto sobre a inflação doméstica deve ser dado pelo aumento do preço dos alimentos em nível mundial (pressão do retorno do crescimento da China), o que gera o aumento da exportação nacional de alimentos e a pressão sobre o preço desses produtos no Brasil. De outro lado, outro destaque é o crescimento do preço do petróleo em nível mundial, que é transposto para os preços domésticos à medida que a Petrobrás passou a adotar a lógica de corrigir seus preços considerando os preços internacionais do petróleo, em dólar. O impacto desse componente sobre a inflação é considerável, tendo em vista que grande parte da distribuição de produtos no país se dá pela via de rodovias, sendo que o aumento desses custos de transporte é repassado para preços na ponta, de forma generalizada.

**Gráfico 14 - Inflação medida pelo IPCA – dados acumulados ao ano**

Fonte: IPEADATA.

O Governo, paralelamente, passa a aumentar as taxas de juros a partir de 2020, com o argumento que a inflação estava altamente pressionada exigindo o aumento dos mesmos. Note-se, no entanto que a natureza da inflação presente em 2020 e 2021 não é de natureza de excesso de demanda e, sim, de impactos de custos. Na verdade, o que parece estar ocorrendo é um ajuste dos juros, no sentido de atrair de novo capitais para o país que tinham revertido, quer seja por conta da desaceleração mundial e do país, como também por conta da própria queda da taxa de juros que ocorrera anteriormente, reduzindo as oportunidades de rentabilidade do capital financeiro.

De qualquer forma, o que parece estar à frente do resultado de 2021 é a manutenção de um baixo crescimento para o país, sendo que os próximos anos não parecem indicar melhoras, somando-se a isso o fato de 2022 ser um ano turbulento, por ser um período em que ocorrem eleições, especialmente a eleição presidencial.

#### **4. Considerações sobre a dinâmica econômica dos municípios selecionados durante os anos 2000, levando em conta os dados levantados pela pesquisa.**

Nesta seção, apresentaremos o resumo de alguns resultados da pesquisa, concernentes à Estrutura Produtiva e ao Emprego, bem como às Exportações dos municípios selecionados na pesquisa desenvolvida. Conforme já salientamos anteriormente, o intuito é o de apresentar resultados que nos permitam tecer



considerações sobre a dinâmica dos municípios, mostrando sua intrínseca relação com o comportamento da economia brasileira e com a atuação (ou não) do Estado nos anos que vão de 2003 a 2020.

Considerando as características do “modelo de crescimento distributivo” que descrevemos no item anterior, o interregno **2003-2010**, faz parte da primeira fase desse modelo, em seu interregno mais dinâmico.

Paralelamente, o segundo período que consideramos neste Volume é o referente aos anos **2011-2020**, que pega a segunda parte do modelo de crescimento distributivo (segundo classificação adotada: 2012-2014) referente a um subperíodo em que começa a haver um arrefecimento do crescimento e em que há uma mudança na atuação do Estado. Mas, além disso, também incorpora os anos que vêm de 2015 em diante, marcados por uma mudança de modelo de crescimento, na direção de um novo modelo mais profundamente liberal: com contenção de gastos públicos e redução paulatina da participação do Estado na Economia. Há a partir daí, ademais, uma menor ação direta do Setor Público no que se refere às ações de planejamento de políticas públicas. Essa fase incorpora um período de importante queda no crescimento e de redução da ação do Estado em políticas anticíclicas (quer seja via investimentos públicos e de empresas estatais, quer seja via bancos públicos), bem como incorpora o período particular da crise econômica provocada pela pandemia do Coronavírus.

Quanto aos municípios selecionados, já vimos as características que definem seu perfil econômico, destacando-se que os quatro municípios são aqueles que congregam os maiores PIBs do estado. Quanto à dinâmica populacional, em 2010, os resultados daquele último censo demográfico brasileiro mostraram que, nesses quatro municípios baianos, já se encontrava concentrada 27% da população residente no estado: a Bahia já superava a marca de 14 milhões de habitantes. Feira de Santana mantinha a relevante posição de segundo maior município, em termos populacionais, reunindo quase 4% da população estadual (557 mil habitantes). A capital Salvador concentrava, aproximadamente, 19% da população estadual (2,7 milhões de pessoas). Os municípios de Camaçari (243 mil habitantes) e Vitória da Conquista (307 mil habitantes) contavam com as participações relativas de população em relação ao estado de 1,7% e 2,2%, respectivamente (Tabela 2 Volume Demografia). Um comentário adicional é o de que todos os quatro municípios selecionados contam com estimativas de aumento de participação populacional no estado ao longo dos anos 2000, sendo que, se considerarmos o interregno que vai de 2002 a 2010, veremos que

ocorre uma importante expansão da população que reside nos municípios selecionados, mostrando que permanece a lógica da concentração populacional.

Tomando em conta os Territórios de Identidade<sup>9</sup> dos quais os mesmos fazem parte, vemos que, nos casos de Vitória da Conquista e de Feira de Santana, a população desses dois municípios cresce mais do que a média dos demais municípios de ambos os territórios no primeiro período da análise, mostrando que sua posição de Polo continua atraindo população. Já no segundo período (2011-2019), a taxa de crescimento é menor em ambos os municípios, e essa queda da taxa está ocorrendo, efetivamente, depois de 2014.

Um comentário interessante é o de que as taxas de crescimento populacional de Feira de Santana e Vitória da Conquista se assemelham tanto no primeiro período (1,47% e 1,57% respectivamente) quanto no segundo período (1,04% e 1,05% respectivamente).

Paralelamente, é possível observar que o Território referente à Região Metropolitana de Salvador tem uma taxa de crescimento populacional muito particular. Na primeira fase do estudo, destaca-se o expressivo crescimento observado, muito maior do que a de todos os Territórios de Identidade. Para se ter uma ideia, essa taxa foi de 2,43% em média ao ano. Esse crescimento foi puxado, essencialmente, por municípios do entorno de Salvador, sendo que vários municípios do território cresceram em média mais do que 3% ao ano. O destaque vai para Camaçari, que cresceu à média de 4,15% ao ano. Já a taxa de crescimento média anual da população de Salvador foi substancialmente menor (0,91% a.a.).

Na segunda fase, a região ainda mantém uma taxa de crescimento superior à dos outros Territórios de Identidade, mas observa-se, também aqui, uma queda dessa taxa, puxada pelos municípios do entorno de Salvador. Para se ter uma ideia, Camaçari passa a ter uma taxa média de crescimento de 2,23% a.a. Ainda assim, é uma taxa substantiva, sendo que Salvador apresenta um crescimento inferior ao observado no primeiro período (0,91% a.a.).

Ou seja; o estudo que estamos levando adiante considera os municípios baianos que apresentam os maiores PIBs e que concentram, também, grande parte da população. A exceção é Camaçari, que não está dentre os municípios mais populosos, mas concentra a produção, por conta de seu perfil industrial. Ainda assim, no período

---

<sup>9</sup> O conceito de Territórios de Identidade está explicado no Volume 2 do Relatório de Pesquisa, referente à Demografia.

vimos o movimento de atração da população que esse município exerceu, por conta do crescimento do emprego ali observado.

Uma das constatações importantes para iniciarmos nossa análise é a de que há um aumento da concentração populacional nesses quatro municípios, e isso ocorre, especialmente durante o interregno 2002-2010, quando o modelo de crescimento com fortes políticas distributivas e de intervenção do Estado no Investimento operou de forma mais articulada.

A partir daí, vejamos o resumo de resultados que encontramos na presente pesquisa (e que estão mais detalhados em cada uma das seções que compõem o conjunto do Relatório) e considerações que tecemos a respeito destacando-se: produção e emprego e exportações.

## **4.1 Produção e Emprego**

### **4.1.1 Considerações sobre a produção e o emprego na Bahia**

Quando analisamos a taxa de crescimento do PIB dos municípios analisados, vemos que as taxas médias do primeiro período (2002-2010) são substancialmente maiores do que no segundo (2011-2019<sup>10</sup>). Para todos os quatro municípios os dados de crescimento do PIB evidenciam a desaceleração apresentada pelo estado nesse segundo interregno, já que eles concentram a produção estadual.

No que se refere ao perfil da estrutura produtiva e seu dinamismo, um fato que queremos destacar com a análise dos dados referente a essa dimensão do estudo, nos municípios analisados, é que as transformações das últimas décadas não geram modificações mais profundas na estrutura produtiva industrial do Brasil e muito menos da Região Nordeste e da Bahia, em particular. Apesar de o crescimento da Região Nordeste como um todo ter superado o crescimento da região Sudeste-Sul entre 2002 e 2010, manteve-se a concentração do dinamismo na região Sudeste-Sul. Os segmentos de maior valor agregado, de maior complexidade tecnológica e os serviços de ponta permanecem concentrados nessas regiões.

Quanto à análise do perfil da estrutura produtiva brasileira, o setor industrial continua se mantendo e se expandiu na primeira fase do estudo (2002-2010). No

---

<sup>10</sup> No caso do PIB, o último ano com dados disponíveis até o fechamento do Relatório de Pesquisa é 2018, em nível de município.

entanto, se considerarmos o movimento, em nível do Brasil, houve uma piora do perfil da indústria, sendo que parte dos bens intermediários continua sendo fortemente importada, haja vista a manutenção do processo de abertura econômica conjugado à valorização do câmbio.

O que se observa é a perda da participação do setor industrial no PIB no Brasil como um todo, como também na Região Nordeste, indicando o movimento de reprimarização que continua avançando nessa fase (CARDOSO & REIS, 2019; CARLEIAL, CORRÊA & CARDOZO, 2019). O movimento do perfil das exportações está articulado a esse fato, já que, nesse período, o país se articulou internacionalmente pela via de produtos básicos e manufaturados ligados a recursos naturais, reduzindo a participação em produtos manufaturados mais sofisticados (CORRÊA & XAVIER, 2013). Ou seja; aprofunda-se a inserção subordinada do país em nível mundial.

Em nível da Bahia e, mais especificamente dos municípios que analisamos no presente estudo, apresentaremos abaixo os dados do PIB, da distribuição da produção por setores e elencaremos as principais indústrias empregadoras. Observaremos nesses municípios os fatores acima assinalados: não expansão da participação da indústria no total do PIB, não modificação do perfil da indústria, avanço das exportações ligadas a produtos manufaturados menos sofisticados e ligados a recursos naturais, bem como a produtos básicos<sup>11</sup>.

As regiões Sudeste-Sul, foram aquelas que mais puxaram para baixo essa dinâmica da indústria. Destaque foi o Estado de São Paulo, mas perdas importantes também ocorreram no Rio de Janeiro, em Minas e no Paraná. Apesar dessa queda, as Regiões Sudeste-Sul ainda mantêm a concentração das indústrias mais dinâmicas do país. No interregno 2002-2010, há um movimento de desconcentração territorial relativa, mas mudanças ocorrem no interior da região Sudeste-Sul. No que se refere à indústria de transformação, por um lado, o município de São Paulo perde participação, na medida em que empresas fecham na capital e abrem no interior paulista, em Minas Gerais e Região Sul. De outro lado, o Estado de São Paulo perde participação, mas quem ganha é a Região Sul (CARLEIAL, CORRÊA & SOUZA, 2019).

Então, uma consideração importante referente ao período 2003-2010 é a de que, na ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional e de

---

<sup>11</sup> Esse último caso ocorre em Vitória da Conquista.

desenvolvimento industrial, a região Nordeste não reconfigura sua participação na produção industrial. O que iremos destacar é que, na Bahia e na RMS, a produção industrial também se expandiu, mas manteve seu perfil limitado e concentrado em termos espaciais e setoriais, o que já se observava quando analisamos o período 1960-1980 e a década de 1990. A análise dos dados que levantamos para os municípios selecionados nos permitirá mostrar isso. Ademais, outra consideração é a de que, especialmente após 2015, há uma piora importante da dinâmica do PIB dos municípios, com destaque para a desaceleração da indústria.

Os dados de emprego nos permitirão observar melhor essa dinâmica. Os dados da PNAD anual e da PNAD-C (contínua) permitem vários detalhamentos para observar a dinâmica do emprego do Estado da Bahia. Os dados da PNAD, que se encerram em 2015, mostram o movimento de queda do desemprego e a melhora do perfil do trabalho, com o aumento da participação de trabalhadores com “carteira assinada”, reduzindo-se a participação dos “conta-próprios” e dos sem carteira assinada. Essa trajetória se destaca entre 2002 e 2012.

A partir daí, a pesquisa utilizou os dados da PNAD-C para observar a dinâmica do emprego no estado e no Brasil, sendo que se observa que o período que vai de 2012 a 2014 mantém a trajetória de queda no desemprego, tanto em nível do Brasil quanto na Bahia (um destaque importante é o de que o nível de desemprego na Bahia é sempre maior do que o da média nacional).

Paralelamente, nos anos de 2015 a 2016, a trajetória muda radicalmente. O que passa a ocorrer no Brasil é um aumento do desemprego, o que perdura até 2017 e no Estado da Bahia, a trajetória é basicamente a mesma. O interregno de 2018 a 2019 mantém as taxas de desemprego altas, mas se observa uma suave melhora em nível do Brasil, o que não ocorre no Estado da Bahia. Para esse estado, a taxa de desemprego continua piorando (a despeito de pequenas elevações episódicas, como no quarto trimestre de 2017 e terceiro de 2018).

Um comentário adicional é o de que a queda do desemprego em 2018 e 2019, quando ocorreu, no Brasil e na Bahia, não veio acompanhada da melhora da taxa de ocupação. O que ocorre é que há uma mudança na dinâmica do emprego: dentre os trabalhadores empregados, cresce a participação da informalidade na conformação dos

postos de trabalho, havendo um crescimento da participação de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada<sup>12</sup>.

Com a pandemia, apenas os empregados do setor público mantêm uma contribuição positiva até meados de 2020, e só mais ao final do referido ano é que os conta-próprias e empregados sem carteira tornam a variar positivamente acrescentando à população ocupada. Quando ao setor de contratação, o maior peso no Estado da Bahia é o setor Serviços (quando se somam todas as categorias vinculadas ao setor), seguido da agropecuária.

De outra parte, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) nos fornecem informações sobre o chamado “emprego formal”, e esses dados podem ser detalhados, por município. Ademais, os dados da RAIS, nos permite complementar a análise referente ao perfil da estrutura produtiva dos municípios que estamos analisando, pois nos mostra os dados de emprego formal por setores de atividade econômica e também no interior de cada setor, o que analisaremos abaixo para cada um dos municípios selecionados.

Usando a RAIS, quando consideramos a evolução do número de pessoas empregadas formalmente, os cinco municípios da Bahia que concentram essas pessoas são: Salvador, Lauro de Freitas, Feira de Santana, Camaçari e Vitória da Conquista. Levantando esses dados, é possível mostrar que, entre 2002 e 2009, há um crescimento médio anual do emprego formal na Bahia como um todo, da ordem 6,5%aa e no Brasil de 5,3% aa. Já entre 2010 e 2019 há um crescimento médio anual de 1,2% aa na Bahia e 1,5% aa no Brasil. No entanto, se formos detalhar mais esse segundo período e separarmos o interregno 2015-2019, vemos que a taxa de crescimento média anual do emprego formal nessa fase é de -1,2%aa na Bahia e da -0,8%aa no Brasil.

Ou seja, quando analisamos o emprego formal, vemos que ele cresce relativamente mais na Bahia, no interregno que vai até 2009. De outra parte, quando consideramos o interregno de queda do emprego, depois de 2015, vemos que o desemprego cresce mais na Bahia do que no Brasil. Esse é um resultado importante, que será retomado mais à frente.

---

<sup>12</sup> No segundo trimestre de 2014, a participação dos trabalhadores do setor privado com carteira assinada atingiu seu auge com 41,3%, ao passo que os conta-próprias somavam 23,6%. A participação dos trabalhadores do setor privado com carteira começa a decrescer significativamente a partir do terceiro trimestre de 2015, em detrimento dos trabalhadores por conta-própria. No segundo trimestre de 2021, esses números passam a ser de 35,2% com carteira assinada e 29% conta própria.

#### 4.1.2 Produção e emprego em Salvador e Camaçari

Considerando Camaçari e Salvador, a dinâmica de crescimento dos dois municípios é semelhante no primeiro período (4,79% e 4,99% respectivamente). O segundo período modifica esse movimento paralelo. De fato, há uma queda expressiva da taxa de crescimento do PIB em Camaçari no segundo período (1,84%). No caso de Salvador a situação é mais grave, pois o que se observa é uma desaceleração, apresentando-se uma taxa média de crescimento negativa (-0,44%).

Levando em conta a composição do Valor Adicionado Bruto, e continuando a analisar Salvador e Camaçari, observamos a dinâmica comentada anteriormente. Por um lado, a capital agrega fortemente os serviços da Região Metropolitana, havendo uma baixa participação da agropecuária. A Administração Pública comparece com uma participação entre 10 e 15% no período, já que o município é a capital federal. Note-se que, até 2010, há um leve movimento de aumento da participação da indústria, o que arrefece depois daí e, mais fortemente, depois de 2015.

Já em Camaçari, vemos a concentração do Valor Adicionado na Indústria, com uma participação mais restrita de Serviços e muito menor de administração pública, além de baixíssima em agropecuária. Ora, como vimos na descrição das características de desenvolvimento do município a partir da década de 1970, ele é a sede do Polo Petroquímico de Camaçari e posteriormente agregou a implantação da FORD. O município se confunde com a expansão do polo e está intrinsecamente ligado a Salvador, que concentra as atividades de serviços e administração pública.

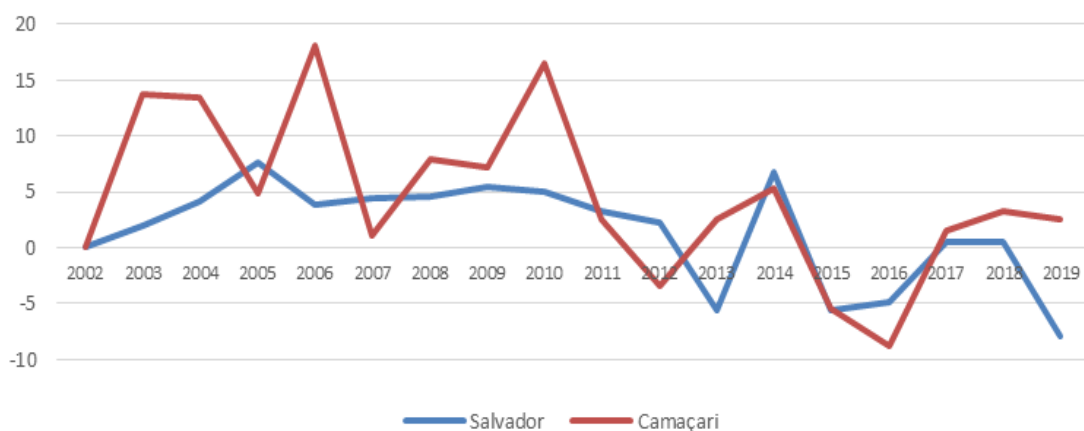
Ainda assim, é interessante observar a queda da participação da indústria entre 2002 e 2010. De fato, quando analisamos a composição do Valor Adicionado Bruto em Camaçari, vemos que a indústria cresceu em média 6,1% e os Serviços cresceram 8,2%, o que explica a mudança de composição: ambos os setores cresceram expressivamente, mas os serviços cresceram relativamente mais (Tabela 4 - Volume 3).

De qualquer forma, em Camaçari fica explícita a participação da indústria no total do Valor Adicionado e, em Salvador, o setor também tem uma participação não desprezível. Tendo em vista a forte concentração da indústria na Região Metropolitana de Salvador, a queda do crescimento da economia brasileira, e muito particularmente

da indústria, a partir de 2013, e mais profundamente a partir de 2015, tem impactos profundos sobre a RMS, com destaque para a capital baiana. Entre 2011 e 2018, o setor industrial de Salvador apresenta taxa de crescimento médio anual negativa de -7,5% (Tabela 4 - Volume 3), mostrando que a desaceleração é puxada fortemente pela indústria.

Nessa parte do trabalho, estamos comentando os dados da RAIS, referente a emprego formal, e que estão detalhados na seção de Emprego desse relatório final.

**Gráfico 15 – Taxa de Crescimento do Emprego Formal em Salvador e Camaçari em %**



Fonte: RAIS. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 15 nos mostra a trajetória do emprego formal em Camaçari e Salvador, entre 2002 e 2019. É possível observar o aumento expressivo do emprego até 2010, com destaque para Camaçari<sup>13</sup>. O emprego formal continua se expandindo até 2014, mas em 2015 e 2016 ocorre uma profunda queda do emprego nos dois municípios. De 2017 em diante há uma recuperação em Camaçari, mas a recuperação que ocorre em Salvador em 2017 não permanece depois. Na capital, o nível de emprego formal em 2019 (708.744) era substancialmente inferior ao de 2014 (849.895). Em Camaçari, mesmo considerando a recuperação, o nível de 2019 (75.539) também está abaixo do de 2014 (81.646). Ademais, é preciso considerar a piora do perfil do emprego, já destacada anteriormente, especialmente em Salvador.

A análise do perfil setorial do emprego ajuda a explicar esses movimentos. No caso de Salvador, considerando o Interregno 2002-2010, o setor serviços domina os

<sup>13</sup> No caso de Camaçari, registram-se quedas de crescimento em 2007 e 2009, mas vindo depois de dois anos de expressivo crescimento. Logo, isso não configura uma trajetória efetiva de queda do emprego formal.



empregos formais, com 41% dos mesmos. Igualmente importante é o comércio, com 16,1% e, tendo em vista seu perfil de capital estadual, a administração pública congregava 28,1% dos empregos. Nessa estrutura, é importante destacar a participação do emprego na construção civil, de 9%, sendo que a indústria de transformação era responsável por apenas 1,3% do emprego formal. Abrindo-se os dados da indústria, vemos que as indústrias de alimentos e bebidas, têxtil, química, papel e gráfica, metalurgia, madeira e mobiliário, mecânica, borracha fumo & couros são as que mais empregam. E, no caso do comércio, o varejista é o mais importante, ainda que se observe um pequeno crescimento do comércio atacadista.

Já Camaçari, nesse mesmo interregno, tem 37,1% do emprego concentrado na indústria de transformação, 25,5% em serviços e 13,9% em Construção Civil. O comércio tem uma participação menor, de 10,2% e a administração pública também, de 9,8%. Quanto à distribuição do emprego na indústria, a Indústria química é, de longe, a que mais emprega. Sozinha é responsável por entre 11 e 12% do emprego formal entre 2009 e 2019. Em seguida, vem a indústria de material de transporte que, em 2009, empregava 8,7% dos trabalhadores formais. Essa dinâmica entre as duas indústrias se mantém essencialmente ao longo dos anos 2000, mostrando que não há grande diversificação da estrutura produtiva. Em seguida vêm as indústrias de alimentos e bebidas; Borracha Fumo e Couros e a Indústria metalúrgica. A indústria mecânica também concentrava a contratação de empregos formais (3,20% em 2009 e 2,51% em 2010), mas se observa uma clara perda de participação, sendo que, em 2019, ela é responsável por 1,04% dos empregos formais no município.

#### **4.1.3 Produção e emprego em Feira de Santana e Vitória da Conquista**

Feira de Santana e Vitória da Conquista apresentam dinamismo semelhante, quando analisamos o comportamento da taxa de crescimento média do PIB ao ano em ambos os períodos da análise. Feira de Santana e Vitória da Conquista cresceram, em média, 7,25% e 7,07%, respectivamente, no primeiro período (2002 a 2010); no segundo período (2011 a 2018) há uma queda do dinamismo de crescimento, que passa a ser o de 1,1% e 1,6% respectivamente.

A composição do Valor Adicionado bruto nos mostra o perfil da produção. Feira de Santana e Vitória da Conquista são municípios que concentram fortemente

atividades de comércio e o setor serviços tem uma grande participação em ambos os municípios.

A esse respeito, é interessante analisar o Quociente Locacional da atividade de serviços nesses dois municípios. Esse indicador mede o peso dessa atividade no município em comparação com o peso dessa atividade no estado. Tanto em Feira de Santana como também em Vitória da Conquista, o Quociente Locacional da atividade de serviços apresenta valor maior que 1 para todos os anos que estamos analisando, confirmando que essa atividade é relativamente mais importante para esses municípios do que é para o estado visto como um todo. Esse resultado também é observado para o QL de Serviços de Salvador, que também é um grande centro de comércio de serviços em geral.

Duas diferenças, no entanto, devem ser destacadas na comparação entre Vitória da Conquista e Feira de Santana: (a) a participação da indústria é maior em Feira de Santana; (ii) a participação da administração pública é maior em Vitória da Conquista, assim como a agropecuária.

Essas duas diferenças corroboram o histórico da evolução da dinâmica de ambos os municípios a partir da década de 1960. Enquanto Vitória da Conquista teve uma interrelação mais orgânica com a dinâmica da evolução da indústria na Região Metropolitana de Salvador, Vitória da Conquista ficou mais alijada desse processo em sua primeira fase. Ainda que o Sudoeste baiano tenha se incorporado mais ao dinamismo do estado a partir da década de 1980, com o avanço do agronegócio, e depois de 1990, com maior avanço da indústria de bens finais para o interior (ainda que tímido), o que se verifica é que a dinâmica industrial ainda continua concentrada na RMS, incorporando também Feira de Santana.

De outra parte, o maior peso da administração pública será analisado, em mais detalhe, quando comentarmos a dinâmica do perfil do emprego. Por ora, é importante mencionar que o QL da Administração Pública em Vitória da Conquista é maior do que o do Estado da Bahia tomado como um todo. Geralmente, em municípios menos dinâmicos e diversificados o peso da administração pública é alto na composição do VAB.

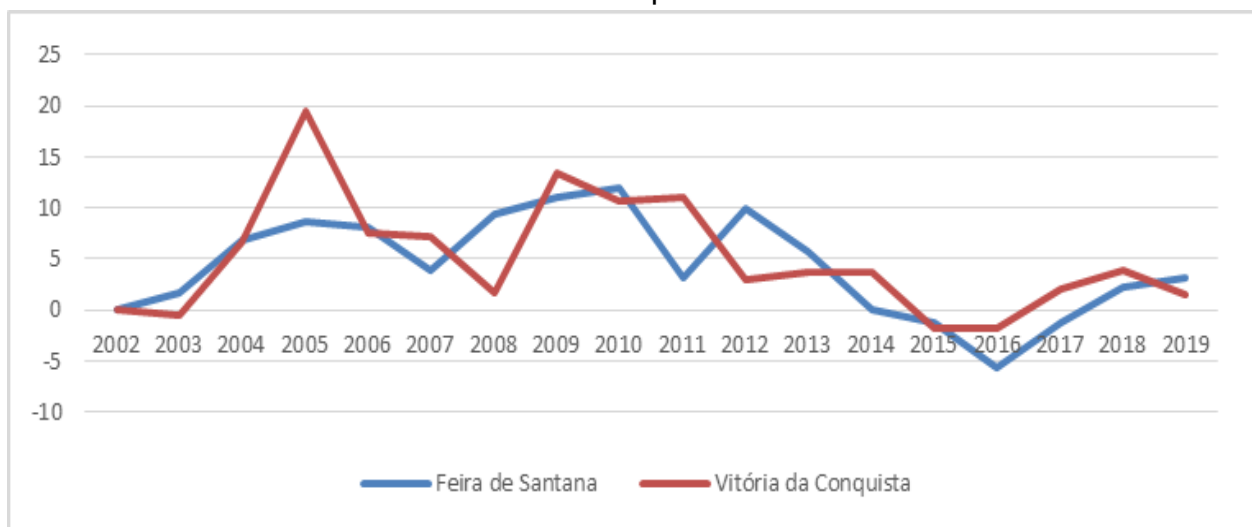
Voltando à análise setorial, vemos que, no primeiro período entre 2002 e 2010, em Feira de Santana houve forte crescimento da Indústria e também em Serviços (13% e 9,2% aa, respectivamente), o que também ocorreu em Vitória da Conquista e com valores semelhantes (13,5% e 9,6%, respectivamente). O nível desse crescimento foi

superior ao observado em Camaçari e em Salvador. Isso nos mostra que esses dois municípios estavam vivendo um dinamismo especial. Já a agropecuária estava tendo um crescimento médio negativo nesse período, tanto em Feira de Santana (-3%) quanto em Vitória da Conquista (-0,9%) (Tabela 4, Volume 3).

Quando analisamos o segundo período, de outra parte, vemos que a indústria perde completamente seu dinamismo. Em ambos os municípios a taxa de crescimento da indústria fica praticamente estagnada: tanto em Feira de Santana quanto em Vitória da Conquista, as taxas de crescimento são negativas: -1,8% aa e -0,6% aa. Paralelamente, o crescimento do setor serviços também cai, mas ainda apresenta taxas acima de 3% aa em ambos os municípios.

Analisando-se o perfil do emprego, é possível destacar melhor essa performance. O Gráfico 16 nos mostra a taxa de crescimento do emprego formal em ambos os municípios. Por ele vemos que essas taxas ficam positivas de 2003 a 2014. Depois disso ficam negativas em 2015 e 2016, havendo uma recuperação do crescimento depois disso, mas em níveis muito baixos. Em Vitória da conquista a taxa volta a cair em 2019.

**Gráfico 16** – Taxa de Crescimento do Emprego Formal em Feira de Santana e Vitória da Conquista



Fonte: RAIS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

No caso de Feira de Santana, os setores que mais empregam, segundo os dados da RAIS, referente a empregos formais são o comércio e serviços. Em 2009, esses setores respondiam, respectivamente, por 32% e 28,2% do total empregado. Em seguida, vem a indústria de transformação, com 19% e o setor de construção civil, com

9,8%. A administração pública é responsável por 7,6% nesse mesmo ano e a participação da agropecuária é muito baixa.

Esse perfil corrobora com o histórico que apresentamos, destacando o fato de que Feira de Santana é um grande centro comercial e de serviços, que polariza o seu entorno. Ainda assim, cabe destacar a importante participação da indústria na geração de empregos, por conta de sua articulação com o desenvolvimento industrial do estado. Considerando os empregos formais na indústria de transformação, seus dados revelam que as indústrias que mais empregam são: alimentos e bebidas, borracha fumos e couros e indústria têxtil. Papel e Gráfica e Produtos de materiais não metálicos vêm a seguir, bem como a indústria metalúrgica. A indústria de material elétrico e comunicação, que empregava 1,72% dos trabalhadores formais em 2009 vai perdendo participação e, em 2019, chega a 0,33%.

Um comentário é o de que, diferentemente do caso de Camaçari não há indústrias que concentrem fortemente a oferta de emprego. A que mais concentra é a de alimentos e bebidas, que, em 2009, era responsável por 4,01% dos empregos formais. Outro destaque vai para o fato de que, de maneira geral, não se observa uma mudança mais expressiva da estrutura da distribuição do emprego nas diferentes indústrias ao longo dos anos 2000 (Volume 4).

Outro destaque vai para o fato de que, no caso de Feira de Santana, as micro e pequenas empresas empregavam cerca de 60% dos trabalhadores formalizados em todo o interregno que estamos estudando. De outra parte, as empresas médias empregavam cerca de 25% e as de grande porte, cerca de 15%.

Quanto a Vitória da Conquista, os dados nos mostram que esse município também concentra seus empregos em serviços e comércio, respectivamente com a participação de 33,8% e 28,1% em 2009. Um destaque importante é para o fato de que, em segundo lugar, vem a administração pública, com 15,8% em 2009 e a indústria de transformação está em quarto lugar com 14,4% no mesmo ano. A construção civil também tem sido um ramo importante de oferta de emprego, sendo que, entre os anos de 2011 e 2013, teve a participação de mais do que 10% do pessoal total com empregos formais no município. Especialmente depois de 2015 essa participação cai, ficando no nível de 10%.

Ou seja, Vitória da Conquista também se mantém como polo comercial e de serviços, e tem uma baixa participação da agropecuária na geração de empregos. Por

suas características, continua atraindo relações com os municípios de seu entorno, observando-se que, assim como Feira de Santana, é um lócus de passagem.

Pelos dados apresentados, vemos que a indústria de transformação tem uma participação menor na oferta de empregos do que a observada para o caso de Feira de Santana. Ademais, o perfil das indústrias empregadoras também é bastante distinto. As indústrias de transformação que mais empregam, segundo a RAIS são: Alimentos e Bebidas, Indústria de Calçados e Indústria química. Depois delas, se destacam ainda: têxtil e produtos minerais não metálicos. Em seguida, com participações bem menores na geração de empregos formais também devem ser mencionadas as indústrias metalúrgica e de madeira e mobiliários. Ou seja, dentre as principais indústrias empregadoras estão aquelas de produção de “bens de consumo salário”, que também vendem seus produtos para a localidade e seu entorno, sendo que a indústria de calçados, como veremos adiante, tem vinculação com a exportação.

Também nesse município as micro e pequenas empresas se destacam, empregando cerca de 60% dos trabalhadores formais, enquanto as médias empregam cerca de 14% e as grandes, cerca de 26%, dinâmica semelhante à observada em Feira de Santana.

## 4.2 Exportações

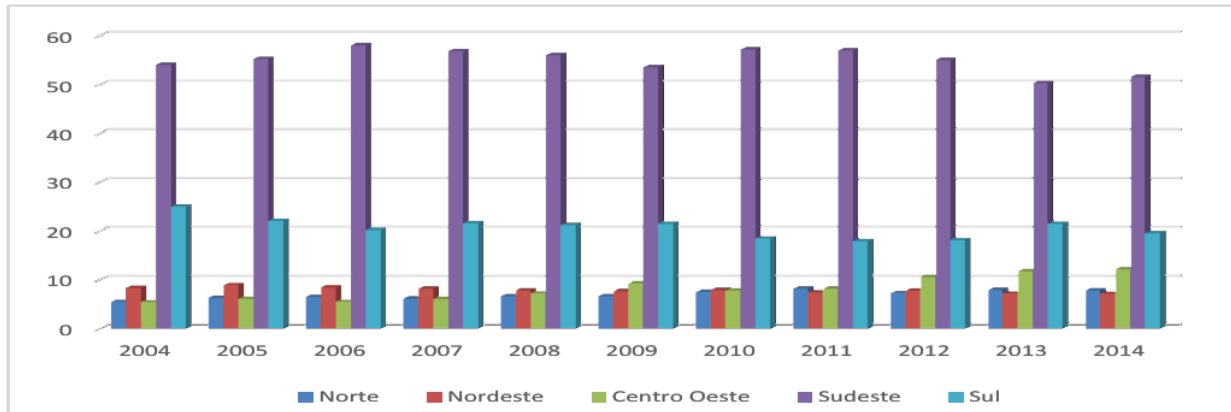
### 4.2.1 Considerações sobre as exportações brasileiras por grandes regiões

A expansão observada na Bahia se dá como consequência das características do modelo de crescimento, que promovem a expansão do setor serviços, dos investimentos públicos e do **setor externo**. De fato, entre 2003 e 2010 há uma forte expansão das exportações brasileiras (exceto no período de aprofundamento da crise de *subprime* no final de 2008 e primeiro semestre de 2009), conforme já comentado. Há uma rápida resposta do país no que se refere à exportação de produtos básicos e manufaturados ligados a recursos naturais. O movimento é o de maior primarização da pauta exportadora e de desestímulo relativo à indústria nacional.

Passando para a análise das macrorregiões, na fase de maior expansão, entre 2004 e 2013, se destaca o fato de que as Regiões Sudeste e Sul perderam participação na exportação total, indicando o crescimento do dinamismo exportador de outras regiões brasileiras. No mesmo interregno nota-se a elevação desse índice nas regiões Norte e Centro-Oeste. Nesses termos, pode-se indicar a existência de uma

certa mudança da configuração do espaço exportador, mas não é a Região Nordeste que participa efetivamente desse processo (Gráfico 17)

**Gráfico 17 - Participação relativa das exportações regionais (em%) no total das exportações nacionais**



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)//Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (SECEX/MDIC). Retirado de CARLEIAL, CORRÊA & SOUZA (2019).

O nosso destaque vai para o fato de que a ampliação das exportações de *commodities* reforçou estruturas produtivas regionais previamente existentes e desencadeou um processo de captura de novos espaços, intensificando sua articulação com o exterior. O crescimento da participação das Regiões Norte e Centro Oeste nas exportações brasileiras está especialmente relacionado com a articulação do país nas vendas de *commodities*.

No caso da Região Norte, citamos a intensificação da indústria extrativa na região (minério de ferro) via operações da Vale do Rio Doce, o que reduziu a participação relativa da extração mineral do Estado de Minas Gerais nas exportações nacionais. De outra parte, a performance da Região Centro Oeste está ligada à continuidade da expansão da fronteira agropecuária, que permitiu uma resposta rápida ao aumento da demanda mundial. Essa dinâmica foi tão pujante que se adentrou na região Norte com a soja e o gado e, também, para o Nordeste, no caso da Soja, bem como para os estados do Paraná e de Minas.

Na região Nordeste, a expansão das exportações também ocorreu, mas em ritmo menos intenso do que a expansão nas duas regiões anteriormente descritas. Também houve um processo de primarização, na medida em que o peso dos produtos básicos cresceu na pauta entre 2004 e 2012, permanecendo na mesma dinâmica após isso.

**Tabela 5 - Participação relativa de produtos básicos e industrializados no total de exportações das macrorregiões, 2000 a 2015 (em %)**

	Norte		Nordeste		Centro Oeste		Sudeste		Sul	
	Básicos	Ind.	Básicos	Ind.	Básicos	Ind.	Básicos	Ind.	Básicos	Ind.
2000	33,6	66,2	18,3	79,9	80,8	19,2	16,1	81,7	30,3	68,6
2001	34,9	64,9	19,2	79,0	83,4	16,6	17,2	80,2	37,3	61,9
2002	32,3	67,6	20,4	78,4	81,4	18,6	20,6	77,2	35,8	63,1
2003	30,9	68,9	23,5	75,6	81,5	18,5	20,4	77,4	36,9	62,2
2004	36,7	63,2	25,3	73,7	80,9	19,1	20,5	77,6	36,8	62,4
2005	36,7	63,2	24,2	74,5	82,7	17,3	23,0	74,7	32,1	66,9
2006	40,8	59,2	17,8	81,1	82,7	17,3	24,5	73,2	31,2	67,4
2007	45,4	54,4	19,9	78,7	83,7	16,3	26,0	71,7	36,4	62,7
2008	54,7	45,1	22,3	76,1	86,4	13,6	30,5	66,5	38,9	59,8
2009	61,3	38,5	25,3	73,3	85,6	14,4	31,7	66,0	44,7	54,3
2010	68,7	31,1	28,1	70,3	83,4	16,6	39,9	58,1	43,4	55,5
2011	75,7	23,9	27,1	71,2	82,0	18,0	43,0	55,0	46,6	52,2
2012	74,6	24,9	27,0	71,2	83,0	17,0	39,0	57,9	47,5	51,2
2013	79,1	20,5	20,6	78,0	84,3	15,7	37,9	58,8	45,7	53,3
2014	74,0	25,4	25,1	73,3	84,5	15,5	40,3	56,4	50,7	48,2
2015	69,0	30,6	28,8	70,2	83,9	16,1	34,8	62,7	50,8	48,3

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)/MIDIC. Retirado de CARLEIAL, CORRÊA & SOUZA (2019).

O peso dos produtos básicos em sua pauta de exportação chegou a 25% do total exportado em 2014 e, nessa região, o comércio de produtos básicos se relacionou à expansão da cultura de soja para o oeste da Bahia, sul do Maranhão e sudeste do Piauí. Nos Estados da Bahia e do Maranhão também se destacou a exportação de produtos provenientes da extração de minerais não metálicos e da indústria metalúrgica. Como se nota, então, a primarização da pauta exportadora foi menos intensa nessa região, e isso, conforme veremos, está relacionado com o perfil da Região Metropolitana de Salvador, com destaque para as exportações de Camaçari.

#### 4.2.2 Exportações de Camaçari e Salvador

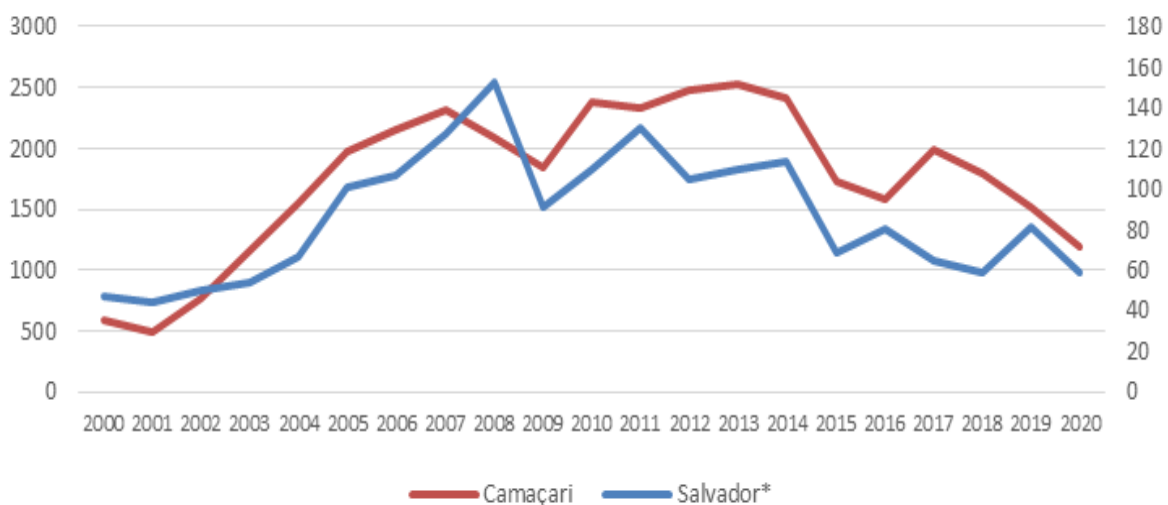
Quando se analisa o movimento da exportação em ambos os municípios, constata-se a contínua expansão da mesma, tanto para Camaçari quanto para Salvador, no interregno 2000-2010 (Gráfico 18). No entanto, quando se observa o segundo interregno (2011-2019), configura-se que há um movimento mais efetivo de queda depois de 2015, ainda que em 2017 tenha ocorrido uma expansão em Camaçari e, em 2019, em Salvador. Mesmo levando em conta essas expansões nesses anos

específicos, os montantes exportados nos mesmos apresentam volumes muito menores do que os observados até 2013.

Camaçari destaca-se pelo elevado valor exportado nos anos 2000-2020, sendo que esse município representou, em média, 26,40% das exportações do Estado da Bahia, enquanto que as exportações de Salvador eram responsáveis por 1,37%.

No que se refere aos principais produtos exportados, em Camaçari citamos: “Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis”; “Pasta química de madeira, para dissolução”, “hidrocarbonetos cíclicos; hidrocarbonetos acíclicos, polímeros de estileno” em forma primária. Destaque-se também o “Grupos electrogéneos e conversores rotativos, elétricos” (que só começou a ser exportado em 2017). Considerando o período 2003-2020, e levando em conta a classificação por grandes categorias, a maioria das exportações refere-se a “insumos industriais elaborados” (66,1%) e “peças para equipamentos de transporte” (5,35%)

**Gráfico 18-** Exportações de Salvador e Camaçari – em US\$ milhões



Fonte: Ministério da Economia. Elaboração: CEPES/IERI/UFU  
\*valores de Salvador no eixo à direita

Como observamos, há, essencialmente, uma expansão das exportações até 2010 e, no segundo período (2011-2019), o movimento arrefece. Se tomarmos o segundo período, a queda das exportações pós 2015 pode ser visualizada pelo comportamento dos três principais produtos exportados, que correspondem, em média, a 45% das exportações tomando o período 2002-2019. A “pasta química de madeira”, exportada essencialmente para a China, apresenta, basicamente, um movimento de expansão em quantidades, mas em termos de valor o movimento geral é de queda,



depois de 2015. Paralelamente, considerando os hidrocarbonetos cíclicos, vendidos para os Estados Unidos, ocorre um movimento de queda de volumes e de valores exportados. No caso dos “automóveis de passageiros e veículos” (vendidos para a Argentina), seu movimento é volátil até 2017, mas depois daí observa-se uma queda profunda, indicando o encerramento de atividades da Ford que ocorre em 2021. A melhora pontual das exportações em 2017 tem a ver também com os três produtos acima, pois nesse ano, “hidrocarbonetos cíclicos” e “pasta química de madeira” apresentam uma leve melhora. O que se expande, de fato, em 2017 é a exportação de veículos, mas depois disso ela cai sensivelmente. Então, o comportamento desses três produtos explica, basicamente, o movimento das exportações de Camaçari, sendo que a queda que se vem observando se tornará mais grave com o encerramento das atividades da FORD, e se a queda dos “hidrocarbonetos cíclicos” continuar ocorrendo.

Quanto às exportações de Salvador, “Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)” foram responsáveis, em média, por 28% das exportações. Depois vêm “agentes orgânicos de superfície, preparação para lavagem”, “citrinos frescos ou secos” e “ácidos gordos monocarboxílicos”. Esses produtos correspondem, em média, a 42% das exportações da capital da Bahia no período total.

Também no caso de Salvador, ocorre uma expansão das exportações até 2010 e, no segundo período da análise, se observa uma queda profunda depois de 2015. Depois desse ano, chama atenção a queda das exportações de “consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)”, que eram o principal produto exportado por Salvador. O principal produto em 2020 passa a ser “citrinos frescos ou secos” e, depois, passam a vir “tubos e seus acessórios de plástico”.

Dessa forma, analisando os dois municípios constata-se o destaque de Camaçari para as exportações do estado, sendo que o volume dessas exportações e os produtos vinculados refletem, claramente, o perfil do município de Camaçari enquanto lócus de um processo de industrialização voltado basicamente para a venda de seus produtos para a exportação e para fora do estado, lembrando o alto peso da indústria química e de material de transporte na produção e emprego do município. Já Salvador não se destaca na exportação estadual, ainda que sua principal exportação esteja integrada à dinâmica da industrialização da Região Metropolitana de Salvador, uma vez que se refere a combustíveis e lubrificantes.

Essa dinâmica das exportações gera renda e emprego para o estado, além de trazer divisas para o país. No entanto, também é importante destacar que os municípios importam bens, sendo importante considerar o movimento das importações e o resultado da Balança Comercial. Para termos noção da magnitude da importação vis a vis o perfil do município, é interessante relacioná-la com o PIB do mesmo. Considerando o interregno 2002-2018<sup>14</sup>, Camaçari importou produtos com valor equivalente a 47,36% de seu PIB, enquanto que Salvador importou um valor correspondente a 3,4%. Camaçari foi responsável, em quase todos os anos, por mais do que 40% das importações do Estado da Bahia. Ainda assim, tendo em vista o vigor das exportações, Camaçari teve saldo comercial positivo entre 2003 e 2007. Já Salvador apresentou um saldo negativo nos anos 2000.

#### 4.2.3 Exportações de Feira de Santana e Vitória da Conquista

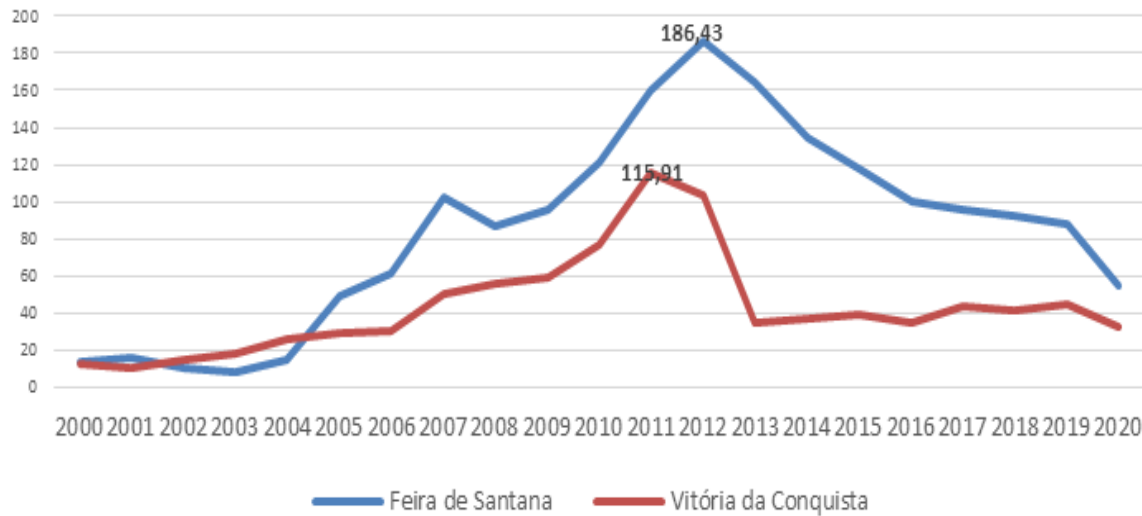
Tanto para o caso de Feira de Santana quanto de Vitória da Conquista, o Gráfico 19 mostra o grande salto das exportações de ambos os municípios, que ocorreu nos anos 2000. Observa-se que as exportações saem de um patamar de US\$ 10 milhões para o nível de US\$115 milhões (em 2011) em Vitória da Conquista e, paralelamente, em Feira de Santana o maior valor é de US\$186 milhões (em 2012).

Como se observa, essa forte expansão ocorre essencialmente na primeira fase de nossa análise (2002-2010) e permanece basicamente até 2012. Depois disso, passa a cair. No caso de Feira de Santana, essa queda é contínua, o que não ocorre em Vitória da Conquista. Nesse último município há uma queda abrupta entre 2012 e 2013 e, depois disso, as exportações do município mantêm-se no mesmo nível, mas baixo. Então, para ambos os municípios o nível das exportações volta para patamares menores em 2020: US\$ 54 milhões para Feira de Santana e US\$ 32 milhões para Vitória da Conquista.

---

<sup>14</sup> No Volume 6, do Relatório de Pesquisa, referente ao detalhamento dos dados de exportação e importação, e de onde foram retirados os dados que estamos usando da presente análise, está informado que a consideração desse interregno menor se dá pela falta de dados do PIB municipal para o cálculo exportação/PIB.

**Gráfico 19 – Exportações em Feira de Santana e Vitória da Conquista  
(em US\$ milhões)**



Fonte: Ministério da Economia. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Assim, considerando-se as exportações, verifica-se a sua desaceleração desde 2012, período que, como vimos na apresentação anterior dos modelos de crescimento da economia brasileira, isso já vinha ocorrendo, tendo em vista o perfil do comércio mundial e do preço das *commodities*. A partir daí, é importante analisar a composição dessas exportações e, também, destacar o comportamento da Balança Comercial como um todo dos dois municípios.

No caso de Feira de Santana as exportações concentram-se, essencialmente, em “pneumáticos novos de borracha”. Para se ter ideia, entre 2010 e 2020 esses produtos erram responsáveis por cerca de 85% das exportações do município. Eram seguidos por: “pneumáticos recauchutados” (7,03%), “borracha sintética e borracha artificial” (2,18%), “telas para pneumáticos” (1,28%). Ou seja, somando-se todos esses produtos ligados à borracha, o peso do conjunto atinge, em média, 95,47% das exportações do município no interregno indicado acima.

A venda de “pneumáticos novos de borracha” se dirige, principalmente, para os Estados Unidos (em média 63% da produção), sendo que ocorre uma expansão expressiva até 2012, mas, depois daí, há uma queda profunda. Ocorre, é verdade, uma recuperação entre 2018 e 2019, porém ela arrefece com a pandemia.

Dessa forma, constata-se uma fortíssima concentração das exportações em um único tipo de produto e em suas articulações. Destaca-se que o perfil exportador é

de “média e baixa tecnologia” e que grande parte das indústrias existentes em Feira de Santana não está dirigindo seus produtos para a exportação.

Quanto a Vitória da Conquista, quando são analisadas as suas exportações, constata-se o seu crescimento contínuo do início dos anos 2000 até 2011. Em 2012, já se observa uma desaceleração, e, entre esse ano e 2013, há uma queda profunda das exportações do município e, depois disso, as exportações se estabilizam.

Quando vamos analisar o perfil dos produtos exportados, nota-se que ele é completamente diferente dos três municípios que analisamos até aqui. De fato, a concentração da exportação de Vitória da Conquista, nos anos 2000, está essencialmente no café. É esse produto que puxa as exportações do município ao longo dos anos 2000 e até 2011. Os principais destinos dessas exportações são a Alemanha, os Estados Unidos e a Bélgica, e são esses destinos que passam a comprar um volume menor em 2012 e muito menor em 2013. O valor exportado cai do patamar de US\$ 100 milhões para US\$30 milhões e, depois, cai um pouco mais até 2017. Entre esse ano e 2019 há uma retomada, mas apenas se recupera o patamar de US\$ 29,38 milhões. Outro comentário importante é o de que a queda de exportação de café ocorreu para a economia brasileira como um todo, mas, no ano de 2020, a análise mostra que a participação da exportação de café por Vitória da Conquista é menor do que fora no em 2012.

Outros produtos exportados pelo município são: “partes de calçado...” e “Outro calçado com sola exterior e parte superior de borracha ou plástico”. O destino deles é a Argentina. Especialmente no caso de “partes de calçado” houve uma continuidade e forte aumento da exportação até 2017, ano em que o seu valor chega a US\$ 29 milhões, sendo superior às exportações de café. No entanto, em seguida há uma queda abrupta dessas exportações. Já a tendência de “outros calçados..” foi de queda a partir de 2011, com um episódico aumento em 2019.

De qualquer forma, o que se enfatiza é a concentração da expansão das exportações no café. Foi essa exportação que atingiu o patamar de mais de US\$ 90 milhões. Mesmo considerando o período em que a sua exportação cai, se tomarmos o interregno 2010-2020, esse produto é o responsável por 80% da exportação do município na somatória desses anos, o que mostra a concentração das exportações nesse produto, ainda que essa participação varie a cada ano.

Assim, a exportação de Vitória da Conquista se vincula a esse produto agrícola e a produtos de baixa intensidade tecnológica, como os do setor de calçados, além das exportações de vestuário (lingerie, *t-shirts* e roupas de malha) e de algodão.

Analisado o perfil exportador dos dois municípios, passemos agora à análise das importações e da Balança Comercial. Os dados referentes à relação entre importação e PIB, entre 2002 e 2018, nos mostram que Feira de Santana importou nesse interregno um valor equivalente a 2,62% de seu PIB e Vitória da Conquista, apenas 0,38%. Feira de Santana apresentou um alto crescimento das suas exportações ao longo dos anos 2000, enquanto o volume importado só aumenta mais expressivamente a partir de 2014.

O vigor das exportações de Feira de Santana foi tão forte que superou o crescimento das importações e a balança comercial do município foi positiva até 2013. A queda do volume das exportações, no entanto, reverte esse movimento e, a partir de 2014, a balança comercial passa a ser negativa.

Já no caso de Vitória da Conquista, o resultado foi continuamente positivo nos anos 2000. De fato, as exportações do município não se expandiram muito até 2014 e aí dão um salto. O produto responsável por esse salto foi “Polímeros de etileno, em formas primárias”, que se expandiu continuamente entre 2014 e 2018, seguido por “Polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas primárias”, com expansão também contínua entre 2016 e 2019. A partir dessa expansão, esses dois produtos passam ter um importante peso na pauta importadora do município: considerando o interregno 2010 a 2020, o primeiro foi responsável por 30,27% do valor importado e o segundo, por 8,68%. Ambos são produtos que se referem a “plásticos”<sup>15</sup> e, provavelmente, a expansão da importação está relacionada à importante produção e exportação de calçados observada no município até 2017/2018.

Quanto a Feira de Santana, a “Borracha sintética e borracha artificial derivada dos óleos, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras (...)” (20,07% das importações totais) é o principal produto importado no período e em 2020. “Borracha natural, balata, guta-percha, guaiúle, chicle .....”(9,55%); “Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico....”(7,82%). “Chapas, folhas, tiras, fitas, películas e

---

<sup>15</sup>A especificação é a de que se considera “plástico” as matérias que, submetidas a uma influência exterior (em geral o calor e a pressão com, eventualmente, a intervenção de um solvente ou de um plastificante), são suscetíveis ou foram suscetíveis, no momento da polimerização ou numa fase posterior, de adquirir por moldagem, vazamento, perfilagem, laminagem ou por qualquer outro processo, uma forma que conservam quando essa influência deixa de se exercer.

outras formas planas, autoadesivas, de plástico...”(5,81%). Isso perfaz 43,25% das importações entre 2010 e 2019. Ora, esses produtos são insumos para a fabricação de pneumáticos, e “telas para pneumáticos”, que serão exportados.

Ou seja; o perfil das importações, mais uma vez nos mostra o perigo do processo de desindustrialização do país, na medida em que notamos que elas estão fortemente ligadas a insumos da indústria local.

## 5. Observações finais

No que se refere ao interregno 2003-2010, uma das questões importantes diz respeito à expansão da própria economia e do emprego na Economia Brasileira, na Região Nordeste, na Bahia. Mas, mais do que isso, a compreensão da dinâmica da Bahia e dos municípios analisados nesse interregno está também conjugada à política distributiva implantada e à ação do Estado no Investimento, fatos comentados no item referente à caracterização dos modelos de crescimento da Economia Brasileira nos anos 2000.

De fato, a política distributiva implantada (especialmente as transferências de assistência e previdência TAPs), o aumento real do salário mínimo e a formalização do emprego melhoraram a distribuição de renda, e o Bolsa Família reduziu a pobreza absoluta. Isso teve impactos profundos sobre todos os municípios estudados.

Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, ao longo de sua história, viram aumentar a concentração populacional, e iniciavam os anos 2000 com um grande volume de população carente residente, com baixo nível de escolaridade e em péssimas condições de vida e foram fortemente impactados pelo perfil das políticas implementadas pelo Estado brasileiro entre 2003 e 2010, e permanecendo até 2014, como também pelo próprio crescimento do setor privado. Paralelamente, a descoordenação do crescimento que começa a ocorrer a partir de 2013, e que se aprofunda depois de 2015, também se faz sentir sobre a Bahia, aprofundando suas vulnerabilidades e contradições.

Isso posto, abaixo pontuamos alguns dos aspectos que consideramos centrais levantados pela pesquisa. Iniciamos com considerações sobre a produção e o perfil das ocupações e, em seguida, comentamos a dinâmica do emprego.

- (i) Quanto ao perfil da produção e das ocupações por setores de atividade econômica em Camaçari e Salvador

Quando vamos analisar a dinâmica de crescimento do Estado da Bahia e dos municípios seleccionados observamos a colagem do comportamento do que ocorreu e está acontecendo no Brasil. De fato, para os quatro municípios ocorre um movimento de crescimento entre 2003 e 2010, que é o primeiro período analisado na presente pesquisa. No segundo período foi possível observar um arrefecimento do crescimento depois de 2013, mas, mais profundamente, entre 2015 e 2016, havendo uma recuperação débil entre 2017-2019 (Salvador apenas em 2017), quando ocorre a crise vinculada à COVID-19.

Seguindo a estratégia adotada até aqui, primeiro teceremos considerações sobre os municípios da RMS: Salvador e Camaçari.

A análise do Valor Adicionado Bruto nos mostra o perfil da dinâmica econômica do município e os dados da RAIS nos mostram o perfil do emprego formal. Os dados evidenciaram que:

- Camaçari permanece concentrando seu VAB na indústria, mesmo havendo um pequeno aumento da participação do setor serviços. A forte dinâmica industrial desse município aparece também na distribuição dos empregos formais, já que a indústria de transformação é responsável por 37,1% dos mesmos. Ademais, as indústrias química e de material de transporte concentram fortemente esses empregos (sozinhas chegam a mais de 20% do total dos empregos formais), mostrando o porte dessas empresas, que direcionam sua produção para a exportação e para atender às demandas das indústrias das regiões Sudeste/Sul do país. O perfil do polo Industrial de Camaçari também aparece nas Exportações, centradas fortemente em três produtos: “Automóveis e outros veículos locomotores...”; “pasta química de madeira e hidrocarbonetos cíclicos”, sendo que a queda das exportações da FORD foi impactante;
- No caso de Salvador, continua se destacando a concentração em Serviços, cabendo também destaque o peso da Administração Pública, por conta de sua posição de capital e para a Indústria. Paralelamente, a análise dos empregos formais fornecidas pela RAIS nos mostra que Salvador concentra grande parte de seus empregos no setor serviços (41% em média), seguida

pelo comércio (16% em média). O emprego industrial tem baixa participação (1,3% em média), o que é uma especificidade vis a vis os outros três municípios analisados. Mesmo considerando o baixo peso nos empregos, as exportações indicam a importância da indústria na estrutura produtiva da capital, pois a exportação de “consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcação em aeronaves)” concentrou, em média, 28% das exportações). Também aqui, poucos produtos (quatro) concentraram 42% das exportações, havendo pouca diversificação;

- O peso da construção civil na geração de emprego não pode ser desconsiderado nesse interregno, sendo que o mesmo está ligado à expansão dos Programas direcionados pelo Estado via bancos públicos, especialmente o programa Minha Casa Minha Vida, que apresentou forte expansão de 2009 e até 2015.

Observados esses movimentos, uma questão fundamental que a análise nos mostra é a de que não há mudança estrutural mais profunda, quando analisamos o movimento da produção no interregno 2003-2010 em ambos os municípios.

É claro que a diversificação implantada no Polo Petroquímico de Camaçari, que se transformou em Polo industrial de Camaçari, através do instrumento da Guerra Fiscal, com a implantação da FORD, foi uma mudança importante à época, mas o avanço na direção da implantação da indústria de bens finais não vingou, não ocorrendo, ao longo dos anos 2000, uma mudança estrutural.

Mais recentemente modificações importantes estão ocorrendo, no setor de petróleo, tão importante para o estado e no Polo Industrial de Camaçari.

A primeira dessas modificações diz respeito à mudança da atuação da Petrobrás. Por um lado, conforme já salientamos na análise dos modelos de crescimento, há uma queda de novos investimentos, nos anos mais recentes, fato provocado não só pela desaceleração do país, como também por uma mudança na operação da empresa, que está investindo menos e tendo efeitos encadeadores sobre a economia brasileira muito menores dos que ocorriam antes, o que afetará o Polo Petroquímico de Camaçari. Ainda na linha dessa mudança de atuação, há a questão das estratégias quanto à questão do Refino. De fato, houve a privatização da refinaria de Landulpho Alves (RLAM) e das instalações logísticas a ela dedicadas: terminais de recebimento de petróleo (Terminal de Madre de Deus e outros três terminais portuários



em Candeias, Itabuna e Jequié), além de 669 km de dutos de movimentação de óleo e combustíveis.

A Refinaria é a segunda em capacidade de produção no Brasil e representa 14% da capacidade total de processamento de petróleo do país. Tendo em vista seu porte, a mudança da direção gerará impactos para o município de São Francisco do Conde, onde ela se situa, e também em seu entorno, impactando também sobre a RMS.

Das 13 refinarias da Petrobrás, a intenção é de que a empresa permaneça apenas com 5, concentradas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Um dos argumentos para essa mudança seria a de que a saída do monopólio da Petrobrás poderia gerar o ingresso de estrangeiros no setor, atraindo novos investimentos.

Outra perspectiva de análise é a que critica essa mudança, indicando que a privatização deve levar a uma queda de flexibilidade do sistema como um todo, com consequências negativas sobre o atendimento do mercado interno e tendo impactos sobre a estrutura produtiva na Bahia. A RLAM tem capacidade para processar 323 mil barris de petróleo por dia, transformados em 31 produtos, dentre eles, gasolina, diesel, gás de cozinha e lubrificantes. O óleo combustível gerado é responsável pelo abastecimento de grande parte da Região Nordeste.

Trata-se da maior produtora brasileira de óleo combustível, responsável pelo abastecimento de grande parte da região Nordeste. Com a venda, o fundo Árabe Mubadala ficou com a refinaria, instalando um monopólio privado na produção regional de combustíveis e GLP, com grande poder de colocar preços, o que pode ter importantes impactos de custos sobre as empresas domésticas e sobre as importações. Além disso, um dos perigos que se coloca é o da criação de monopólios regionais com a venda das plantas da Petrobrás.

A esse respeito, a venda da Refinaria Landulpho Alves é um fator adicional negativo na medida em que o Estado está abrindo mão do controle do refino. O que se observa é que o país está cada vez mais dependente de importação, sendo que aumentaram enormemente as importações de derivados de petróleo depois de 2016, colocando o mercado brasileiro mais e mais sujeito ao mercado internacional. A estratégia de privatizar a refinaria, abrindo mão do controle da empresa parece ir em movimento contrário ao que está ocorrendo em nível internacional na área do Petróleo.

Está havendo uma redefinição da geografia do refino mundial, com um aumento significativo da capacidade de refino dos países do Oriente Médio. De fato, está ocorrendo um aumento da integração das empresas produtoras de petróleo, com o

refino nos países produtores de petróleo e um aumento estratégico do refino no interior dos grandes consumidores de petróleo. A Índia e a China, que são grandes consumidores de petróleo, estão montando parques de refino para processar nacionalmente o refino e produzir nacionalmente os derivados necessários. Exportar petróleo cru e importar derivados é para onde estamos indo, e isso tem consequências importantes sobre a dinâmica da economia baiana.

O Sindicato dos Petroleiros estima que a perda de empregos pode chegar a 30% dos atuais postos de trabalhos existentes na RLAM, sendo que as perdas envolvem concursados, mas, especialmente, envolvem os trabalhadores terceirizados, em empresas que prestam serviços para a refinaria através da Petrobrás. Isso, mais uma vez, gera impactos sobre a RMS.

A segunda questão refere-se ao fechamento da FORD, o que acarreta impactos importantes sobre o polo industrial, uma vez que sua instalação veio junto com uma fábrica de motores e atraiu empresas fornecedoras de insumos à produção automobilística, empresas de pneus e outras.

A sua saída reduz a diversificação industrial no polo industrial de Camaçari, tem impactos sobre outras empresas, sobre a produção e sobre o emprego. Para se ter ideia do peso do Complexo Industrial no estado, antes da saída da FORD, esse complexo respondia por cerca de 22% do PIB da Indústria de Transformação da Bahia e por cerca de 30% das exportações, de acordo com dados do Cofic (Comitê de Fomento Industrial de Camaçari). A saída da FORD tem impactos importantes sobre esses números. Ademais, a indicação é a de perda de cerca de 12.000 empregos vinculados à própria FORD e às indústrias relacionadas a ela, e isso sem contar os impactos sobre o comércio e os serviços.

Outra consequência importante diz respeito à perda de arrecadação, sendo que a estimativa é a de que haja uma perda que corresponde a cerca de 10% das receitas totais do município.

Assim, o destaque vai para o fato de que está havendo uma mudança nas indústrias que envolvem a RMS, mas essas mudanças não vão na direção da maior diversificação.

Mesmo sem uma mudança estrutural mais profunda, ainda assim é importante destacar que a estrutura do Polo industrial de Camaçari permanece central ao estado, tendo havido a implantação de novos setores industriais, como, por exemplo, a

produção de matérias-primas para fármacos e a inauguração do Complexo acrílico a partir da fábrica da Basf em 2015.

Na verdade, o caminho da maior diversificação industrial se mantém como uma estratégia essencial para a RMS. O segmento eólico, por exemplo, tem grande poder de crescimento, além do próprio complexo acrílico da Basf.

Além dessas mudanças que estão se processando, outro comentário relativo à não existência de mudança estrutural desde 2003 refere-se à inserção externa dos municípios estudados, notando-se a questão do aprofundamento da importação de bens intermediários, e isso ficou claro na análise da Balança Comercial de Camaçari, que foi continuamente negativa depois de 2007. Também no caso de Salvador, a Balança Comercial se manteve negativa. De fato, os casos de Camaçari e de Salvador mostram o impacto que o não avanço da política industrial tem sobre a Balança Comercial,

Por um lado, a concentração em poucos produtos indica a baixa diversificação, sendo que o fechamento da FORD tem um impacto profundo sobre as exportações de Camaçari. Um dos comentários ainda quanto às exportações refere-se ao crescimento da parceria com a China, e a exportação de “pasta química de madeira” mostra a estabilidade dessas compras, mesmo em períodos que outros produtos apresentavam desaceleração.

Ainda quanto à análise da produção e da distribuição das ocupações nos diferentes setores da economia, agora passamos a efetuar os comentários quanto a Feira de Santana e Vitória da Conquista.

- (ii) Quanto ao perfil da produção e das ocupações por setores em Feira de Santana e Vitória da Conquista

Com respeito a ambos os municípios destacamos que:

- apresentam taxas de crescimento superiores a Camaçari e a Salvador, tanto entre 2002-2010 quanto entre 2011-2018. Outra constatação é a de que os níveis de crescimento em ambos os municípios são semelhantes nos dois períodos estudados;
- o Valor Adicionado Bruto está fortemente concentrado em Serviços, sendo que o Quociente Locacional de Serviços apresenta valor maior do que 1,

mostrando que o peso dele nesses municípios é maior do que o peso desse setor para o estado como um todo;

- no segundo período (2011-2018), considerando ainda o VAB, o setor industrial ficou praticamente estagnado nos dois municípios, enquanto que o setor serviços cresceu bem menos que no interregno anterior, mas manteve taxas médias positivas;
- o emprego formal se concentra em Comércio e Serviços, sendo que em Feira de Santana esse setor emprega, em média, 60% do pessoal com carteira assinada e em Vitória da Conquista esse valor, em média, é de 62%;
- a indústria de transformação tem maior peso na geração de empregos em Feira de Santana (em média 19%) do que em Vitória da Conquista (em média 14%). Ademais, em Feira de Santana destaca-se a indústria de produtos de materiais não metálicos, a indústria metalúrgica, a indústria de borracha, a indústria de material elétrico, que tem níveis de intensidade tecnológica maiores do que os das indústrias de Vitória da Conquista, ainda que a indústria química esteja presente nesse último município;
- as exportações de Feira de Santana e de Vitória da Conquista apresentam perfis bem distintos refletindo, em parte, os diferentes perfis das indústrias dos dois municípios e as diferentes dinâmicas dos espaços do entorno dos dois. No caso de Feira de Santana, as exportações são fortemente industriais e estiveram concentradas durante muito tempo em um único produto: “pneumáticos novos de borracha” (85% das exportações em média), direcionado para os Estados Unidos. Já Vitória da Conquista exporta, também de forma concentrada, café e, secundariamente, “partes de calçados...”.
- o setor de construção civil teve importância considerável na geração de empregos entre 2003 e até 2015 (chegando a cerca de 10% em ambos os municípios);
- em ambos os municípios não há nenhuma indústria que gere grande concentração de emprego formal;
- no município, as empresas de micro e pequeno porte são as que dominam a geração de empregos (cerca de 60% do emprego formal).

Então, o que a análise de Feira de Santana e Vitória da Conquista nos mostra é que há similitudes em ambos os municípios, decorrentes de seu perfil comercial e de serviços, como também o fato de serem espaços privilegiados de passagem. Essas características engendram uma forte relação de polarização com o seu entorno, que tem desenvolvimentos precários de comércio e de serviços. Dentre esses últimos, merecem destaque as áreas de saúde e educação, com ênfase nos ensinos fundamental (fortemente concentrado em escolas públicas municipais) e médio (concentrado em escolas públicas estaduais). Mas também se destaca o avanço da área de Ensino Superior, especialmente em Vitória da Conquista. A área de saúde é outra área de atração de pessoas, tendo em vista a forte atuação do SUS nos municípios de porte médio. Outro comentário que merece destaque são os empregos gerados em construção civil, que foram impactados pelo Programa Minha Casa Minha vida, a partir de 2009, e que recentemente perderam fortemente o dinamismo.

As maiores taxas de crescimento desses dois municípios vis a vis Camaçari e Salvador refere-se ao fato de que o perfil do modelo de crescimento brasileiro, entre 2003 e 2014, gerou condições especialmente favoráveis para municípios com esse perfil. Por um lado, ocorreu uma melhora generalizada da produção e do emprego e um aumento real do salário mínimo, o que veio junto com a expansão das Transferências de Assistência e Previdência (TAPs), promovendo um aumento real da renda e forte impacto sobre Consumo e Serviços. Ora, isso impactava também os municípios de menor porte, que recebiam, ademais, vultosas transferências públicas. Esses municípios, por sua vez, efetuavam parte de seus gastos em polos de comércio e serviços, como são os casos de Feira de Santana e Vitória da Conquista. O fato de serem rotas de passagem magnifica esse movimento, que foi observado em várias cidades de porte médio no Brasil.

De outra parte, as diferenças entre ambos os municípios têm a ver com a sua localização no Estado da Bahia e com sua própria história. No caso de Feira de Santana, há forte articulação com a Região Metropolitana de Salvador, sendo que o município fez parte do grande avanço do processo industrial durante as décadas de 1960 e 1970, estando nos espaços de maior dinamismo do estado. Isso explica a maior complexidade de sua indústria, por exemplo, quando comparada àquela de Vitória da Conquista. No caso desse último município, por outro lado, a localização envolve um espaço do Estado da Bahia que não participou ativamente do processo inicial de industrialização e que se inseriu de forma mais dinâmica com o avanço da

agroindustrialização. A relação de Vitória da Conquista com os municípios de seu entorno reflete isso, sendo que a indústria aí apresenta um menor nível de avanço tecnológico, quando comparada à Região Metropolitana de Salvador e à Região Metropolitana de Feira de Santana. É isso que explica, também, a concentração das exportações no café, por exemplo. O dinamismo das exportações agroindustriais em tempo de crescimento do preço de alimentos pode ser um fator de expansão das exportações do município, em detrimento das exportações de Camaçari, de Vitória da Conquista e de Salvador, que têm deslançado menos.

(iii) Quanto ao Emprego e perfil dos empregados

Os dados referentes ao Emprego no Estado da Bahia nos permitem destacar que as taxas de desemprego caíram de forma significativa entre 2003 e 2010, e continuaram caindo até 2014. Depois disso, aumentaram substancialmente entre 2015 e 2016, havendo uma pequena recuperação entre 2017 e 2019.

Então, durante o primeiro interregno da pesquisa que estamos analisando (2003-2010) destaca-se que:

- (a) houve forte queda do desemprego, com um aumento da População Economicamente Ativa (PEA);
- (b) ocorreu forte aumento da PEA feminina, havendo crescimento da participação de mulheres na força de trabalho;
- (c) houve uma forte incorporação de trabalhadores com baixos rendimentos, mas também de rendimentos mais altos;
- (d) ocorreu uma redução absoluta dos ocupados sem rendimentos ou ganhando aquém do salário mínimo;
- (e) observou-se uma importante expansão do assalariamento, com crescimento do contingente de empregados com carteira assinada e queda do trabalho “informal” (visualizado pela queda da participação do trabalho por conta própria, núcleo do trabalho informal, sendo que esse se mostrou bem volátil);
- (f) o mercado formal de trabalho cresceu mais na Bahia do que no resto do país.

Analisando-se mais especificamente o Emprego nos municípios selecionados, vimos que os dados da RAIS destacam essas tendências para os quatro municípios estudados.

Para o período 2003-2010 temos que:

- ocorre forte movimento de expansão do emprego entre 2003 e 2010, permanecendo até 2014. Também se destaca o crescimento do emprego formal e a maior participação feminina e de jovens;
- destaca-se o crescimento do emprego formal, que ocorreu em todas as faixas de escolaridade, mas a expansão mais forte foi para quem tinha o nível “fundamental completo” e “médio incompleto”;

Para o período 2011-2019 temos que:

- há uma queda importante do emprego formal, sendo que a queda se concentrou mais fortemente entre 2015 e 2016. Deve-se comentar, adicionalmente, que o número de empregos formais em 2019 era ainda substancialmente inferior ao de 2014. Isso mostra o menor dinamismo do emprego nesse segundo interregno, com impactos negativos profundos para os municípios que concentram grandes contingentes populacionais, com destaque especial para Salvador;
- a maior queda de empregos se dá justamente entre mulheres e jovens;
- no que se refere ao grau de escolaridade, a maior queda ocorre entre aqueles que têm fundamental completo e médio incompleto, havendo uma concentração do emprego formal em quem tem ensino médio completo, ainda que tenha havido, também, um crescimento da participação de quem tem nível superior completo.

Ou seja; observamos uma mudança profunda no emprego entre 2002 e 2010, o que se manteve ainda até 2014. No entanto, alguns comentários devem ser destacados, no sentido de indicar que as mudanças estavam se iniciando, mas permanecia ainda uma forte vulnerabilidade. A esse respeito, cabe destacar que:

- A taxa de desemprego da RMS era ainda maior do que a da média nacional, o que já revela a fragilidade do mercado de trabalho da Bahia. Fora do Núcleo da RMS e de alguns municípios que também apresentaram dinamismo, como Vitória da Conquista e Feira de Santana, o Estado da Bahia ainda apresentava um desemprego persistente para alguns grupos, como o de mulheres e de jovens, especialmente os de menor nível de educação;
- Apesar da melhoria do emprego e da formalização do mercado de trabalho, o percentual de trabalhadores em posições vulneráveis e desprotegidos mantinham-se dentre os mais elevados do país, indicando que as

transformações, embora positivas, ainda eram insuficientes para atenuar significativamente o principal traço do mercado de trabalho da Bahia, e especialmente da RMS: sua precariedade<sup>16</sup>

- Ademais, deve-se também salientar a característica de que grande parte dos postos de trabalho abertos envolviam baixa qualificação e remuneração.

Ou seja, a melhora do emprego na Bahia, na RMS e em Feira de Santana e Vitória da Conquista foi um traço distintivo, importante e não desprezível do interregno 2002-2010, permanecendo até 2014, mas esse resultado não deixa de lado, efetivamente, as vulnerabilidades da população do Estado da Bahia e dos municípios estudados, destacando-se a possibilidade de reversão desse movimento tão logo houvesse um movimento de queda do crescimento, que passou a ocorrer mais profundamente após 2015.

Para se ter ideia dessa questão, em Salvador habitam 75% dos moradores da RMS, sendo que, considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o ano de 2010, Salvador ocupa a posição 383ª do Brasil.

Feira de Santana é o segundo município do estado em termos de concentração populacional e Vitória da Conquista também é um importante concentrador de população. Para esses municípios, a expansão do emprego foi muito rápida, sendo que vimos que, nos três, há grande concentração em Comércio e Serviços e em empregos de baixa remuneração e sem grande exigência de qualificação mais complexa. Se, por um lado, isso ocorre muito rapidamente, a reversão do crescimento e a redução da atuação do Estado segurando o crescimento (via investimentos) e a redução da política distributiva (pela própria queda do crescimento e pela não manutenção dos aumentos reais do salário mínimo), também tem impactos rápidos e profundos sobre as mesmas populações que foram rapidamente incorporadas ao mercado de trabalho: as mulheres, os jovens, os menos escolarizados.

Essa questão piora ainda mais com a vinda da pandemia, no início de 2020, quando a economia ainda estava crescendo muito pouco. A ajuda emergencial auxilia as populações carentes e consegue dinamizar, minimamente, o comércio e os serviços.

---

<sup>16</sup> Para além dos dados levantados pela presente pesquisa, é também interessante destacar que Borges e Carvalho (2014) levantam essa precariedade. Destacam que, apesar de o comércio e outras atividades que historicamente atuavam com postos de trabalho precário terem aumentado a formalização do emprego, ainda persistia, em 2010, uma importante proporção de trabalhadores nesses ramos, sem vínculo empregatício. Ademais, destacam ainda que um setor de alto nível de informalidade que ainda persistia era o de empregadas domésticas.



Ainda assim, o perfil de vulnerabilidade que destacava a Bahia como um espaço de altos níveis de trabalhadores precários, mesmo nas fases de crescimento durante os anos 2000, volta a apresentar uma maior gravidade, rapidamente, com o baixo nível de crescimento.

Note-se que Camaçari também sofre com esses mesmos impactos, mas sua dinâmica é distinta. Se, por um lado, também tem um setor de serviços e comércio que é impactado pelos movimentos acima, e também a sua população recebe os mesmos impactos, cabe o destaque para o fato de que ele é um município fortemente industrial, em que se concentram indústrias de maior porte, com grande concentração de produção, sendo que a desaceleração é fortemente puxada pela desaceleração das indústrias das regiões Sudeste/Sul para as quais se direciona grande parte da produção, além da desaceleração das exportações. Aliás, um dos destaques importantes é que a indústria vem perdendo ritmo de crescimento em um nível mais rápido do que outros setores, caindo a sua participação na geração de valor adicionado do PIB, se levamos em conta o Brasil e o próprio Estado da Bahia.

A desaceleração do país e a menor atuação do Estado em suas políticas de Transferência de Renda e Assistência Social impactam negativamente sobre o Estado da Bahia, havendo forte reversão que se dá sobre os empregos de baixa qualificação que haviam sido criados, sendo que essa população retorna, rapidamente, à pobreza e exacerba a vulnerabilidade dos municípios que congregam grandes populações – em especial Salvador –, sendo que as políticas de proteção social ficaram reduzidas.

A menor arrecadação que ocorre em períodos de desaceleração impacta também os estados da federação e os municípios, diminuindo a margem de manobra dos mesmos.

O que se observa é que o período de crescimento observado entre 2003 e 2014 gerou melhoras temporárias de emprego e renda, que não se consolidaram. Se é verdade que o Nordeste e a Bahia apresentaram taxas de crescimento consideráveis, se comparadas com as da década de 1990, também é verdade que não houve políticas mais explícitas de redução das diversidades regionais e implantação de uma política industrial com esse intuito e visando à diversificação produtiva, num momento em que o mercado consumidor estava crescendo.

Um dos encaminhamentos que tem ocorrido em nível do estado é o do fortalecimento das exportações, observando os principais parceiros e indicando possibilidades, sendo que, dentre os principais parceiros, destacam-se a China, os

Estados Unidos, a Alemanha, a Argentina. A China é um desses parceiros e a exportação de “pasta química de madeira” via Camaçari e, também, a Soja são os principais produtos exportados pelo Estado da Bahia para esse país. Então, uma das proposições é a diversificação das exportações, observando as potencialidades (APEX BRASIL, 2021). No caso da China, dentre os produtos que têm potencial, foram destacados: “minérios de cobre e seus concentrados “ e “polietileno de densidade 0,94 em forma primária”; além da soja (APEX BRASIL, 2021).

Quando à análise dos investimentos em andamento para o Estado da Bahia, segundo PESSOTI & PESSOTI (2019), os investimentos privados industriais previstos para 2020/2023, estimados para o estado, envolviam R\$ 14,89 bilhões, sendo que a maioria dos recursos está destinada para os setores Eletricidade e gás (R\$ 9,98 bilhões), Minerais não metálicos (R\$ 1,50 bilhões) e Mineração (R\$ 1,0 bilhão).

Um fato a destacar é que parte desses investimentos está sendo direcionada para o interior do estado. Um comentário refere-se ao avanço dos investimentos em energia eólica e solar, que se mostra uma área muito promissora, bem como o setor de minerais não metálicos (cimento no Nordeste do Estado da Bahia), sendo esses últimos produtos dirigidos à construção civil. Cabe destaque também o setor de minério de ferro, no sertão do São Francisco. Para além desses estão ainda previstos investimentos para plásticos e borracha, químico e petroquímico, alimentos, derivados de petróleo e biocombustíveis, têxteis, bebidas, metal mecânico, calçados e couro, moveleiro, informática.

Então, o que se percebe é a necessidade de buscar novos caminhos, mas a indicação continua sendo a da necessidade da diversificação e avanço de indústrias de bens finais. No entanto, um fator que destacamos é a importância de fortalecer a economia interna, com um mercado consumidor no estado.

O que os dados parecem indicar é que a saída para o setor exportador, ainda que se apresente como “caminho natural” em uma economia com baixo direcionamento do Estado, será fonte de concentração de renda, de exacerbação da concentração da população ainda mais forte e de avanço da fragilidade da população. De fato, essa dinâmica não incorporará a população com maiores fragilidades, se concentrará em poucos produtos e não gerará, espontaneamente, a diversificação produtiva.

As cidades de porte médio, como Feira de Santana e Vitória da Conquista, por outro lado, podem ter um papel fundamental, como polos de grandes entornos, no sentido de construir um mercado interno que incorpore novos espaços e novas

atividades, mas isso envolve planejamento e políticas públicas que tenham essa intenção de desconcentração e diversificação.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Henrique de.(2008). A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: Carvalho, Inaiá M. M. de; Pereira, Gilberto Corso (Orgs.). **Como Anda Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2008.

ALVES, R. C. O. L. (2014). **A influência de uma cidade média do sudoeste da Bahia: o caso de Vitória da Conquista**. Tese (doutorado) – Universitat de Barcelona, Facultad de Geografia i Historia, Barcelona, Espanha, 2014.

AMITRANO, C.R. (2010). O regime de crescimento econômico brasileiro: uma apreciação sobre o período 1995-2009. In: IPEA (Org.), **Brasil em Desenvolvimento : Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ed IPEA , v. 1.

AMITRANO, C. R.; PIRES, M. C. C.; CARVALHO, S. C.; FERREIRA, E.; ESTEVES, F. H. d. A.; YANNICK, K. Z. J. & LIMA, L. d. S. (2016). A natureza da inflação de serviços no Brasil: 1999–2014, **Textos para discussão do IPEA**, vol. 2169 APEX BRASIL, 2021. **Bahia perfil e oportunidades de exportações e investimentos**. Brasília: APEX.

ARAÚJO, Tania Bacelar de.(1984). Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, Sílvio (Org.). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 71- 82.

AVANCINI, D., FREITAS, F. & BRAGA, J. (2015), Investimento e Crescimento Liderado pela Demanda: Um Estudo para o Caso Brasileiro com Base no Modelo do Supermultiplicador Sraffiano, **Anais do 43º Encontro Nacional de Economia**, ANPEC, Florianópolis.

BASTOS, C. P. & AIDAR, G. F. (2018). O Brasil bateu no piso?, **Brazilian Keynesian Review**, 3(2).

BASTOS, C.P. & AIDAR (2019). Brazil's Economy: Recent Trends and Perspectives, **Texto Para Discussão IE/UFRJ**, número 15/2019.

BORGES, A. M. C.; CARVALHO, I. M. M.(2014). A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Eds.). **Salvador: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2014.

BRAGA, J. M. (2018). Investment rate, growth and accelerator effect in the Supermultiplier Model: The case of Brazil, **Texto para Discussão Faculdade de Economia/UFF**.

CARVALHO, C. P. O.(2014). O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Ceará, v. 45, n.3, p. 160-184, jul.set., 2014.

CARVALHO, I.M.M & BORGES, A. M. C (2014).A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho in CARVALHO, I.M.M & PEREIRA, G.C. (orgs).**Salvador: Transformações na ordem Urbana** . Rio de Janeiro: LETRA CAPITAL EDITORA.

CARVALHO, L. B., & RUGITSKY, F. (2015). Growth and distribution in Brazil the 21st century: revisiting the wage-led versus profit-led debate. **Texto para discussão, FEA/USP**.

CARVALHO, L. (2018). **Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Ed.Todavia.

CORRÊA, V. P. & XAVIER, C. L. (2013). Modelo de crescimento, dinâmica do balanço de pagamentos e fragilidades. In CORRÊA, V.P. (Org), **Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

CORRÊA, V. P. & LOURAL, M. S. (2020) Regimes de crescimento da economia brasileira entre 2004 e 2018: não transformações e limites in CASTRO, J. A. & e POCHMAN, M. (ORGS), **Brasil – Estado Social contra a barbárie**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

CORRÊA, V.P. & SANTOS C. H.M. (2013). Modelo de crescimento brasileiro e mudança estrutural – avanços e limites. In CORRÊA, V.P. (Org), **Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

CRUZ, R.C. (1999). **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 333p.

DIAS, P. C.; ARAUJO, M. M.S.(2013). Notas sobre cidades médias: uma proposta para a Bahia. *Geo UERJ* (Cessou em 2004). Cont. ISSN 1981-9021 **Geo UERJ (2007)**, v. 1, p. 285-311, 2013.

DWECK, ESTHER ; ROSSI, P.(2019a) . Desmonte neoliberal e alternativas para o Brasil. In: Esther Solano. (Org.), **Brasil em Colapso**. São Paulo: Editora Unifesp.

DWECK, ESTHER ; ROSSI, P.(2019b) . Políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural. In: Leite, M.V.(Org.), **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro - Novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade**. Santiago: Publicação das Nações Unidas – CEPAL.

FERREIRA M.G.T. & FREITAS, M.F.V. (2014) O Sentido das Propostas de Regiões Metropolitanas na Bahia. In: Dias P.C, LOPES D.M.F. (Orgs) **Cidades Médias e**

**Pequenas: Desafios e Possibilidades de Planejamento e Gestão.** Salvador: SEI. Série Estudos e Pesquisas, 95).

FREITAS, N.B. (1998). **Urbanização em Feira de Santana: Influência da Industrialização. 1970-1996.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 182p.

GOBETTI, S. W. & ORAIR, R. (2015). Política fiscal em perspectiva: o ciclo de 16 anos (1999– 2014), **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 19, no. 3.

HOFFMAN, R. (2013). Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995–2011). In CAMPELLI, T & NERI, M. (Orgs), **Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA.

IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vários anos.

IBGE. Pesquisa Industrial Anual. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vários anos.

JESUS FILHO, J. C.(2017). **Pobreza urbana em Feira de Santana – Uma análise Multidimensional.** Dissertação de Mestrado Profissional, Universidade Estadual de Feira de Santana o Programa de Pós Graduação e Planejamento Territorial.

LOURAL, M. S.; SILVA, C. G. R. S.; MORTARI, V. S. A Petrobras como agente do desenvolvimento produtivo no Brasil: importância e esvaziamento. In: Anais do IV Encontro Nacional de Economia Industrial e da Inovação. Campinas, 2019.

LOURAL, Marcelo Sartorio. Investimentos Industriais no Brasil: uma análise setorial do período 1999-2013. Campinas: IE/Unicamp, 2016 (Tese de Doutorado).

LUPORINI, V., & ALVES, J. (2010). Investimento privado: uma análise empírica para o Brasil, **Economia e Sociedade**, 19(3).

MIGUEZ, T. H. L. (2016). **Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo na Economia Brasileira 2000-2013- Uma análise multissetorial a partir das matrizes de Absorção do Investimento (MAIs).** Tese de doutorado defendida junto ao IE/UFRJ.

MILTÃO, M. S. R.; ARAÚJO, P. C.; SANTOS, D. S. S. (2008). O papel do município de Feira de Santana frente ao desenvolvimento baiano e possíveis ações da UEFS . Salvador: Bahia Análise de dados, v.18, n.2, jul./set. 2008.

MORCEIRO, P. C. (2018). **A Indústria brasileira no limiar do Século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica,** Tese de doutorado defendida junto à FEA/USP.

MORCEIRO, Paulo César. A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica. Tese de doutorado. USP: São Paulo, 2018.

NASSIF, A., FEIJO, C. A. and ARAUJO, E. C. (2015). Structural change and economic development: is Brazil catching up or falling behind?, **Cambridge Journal of Economics**, vol. 39, no. 5.

ORAIR, R. O., & GOBETTI, S. W. (2015). **O Gasto Público e o Ciclo da Política Fiscal-1999/2014**. Monografia Premio SOF 1º Lugar, Tema.

ORAIR, R. (2016). Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal, **Textos para discussão do IPEA**, vol. 2215.

PESSOTI, F.C.C.L. & PESSOTI, G.C.(2019). Panorama Econômico da Bahia no século XXI. Fortaleza: **BNB Conjuntura Econômica**, número 390.

PETROBRÁS. Relatório anual, 2016.

QUEIROZ, F.A.; SOUZA, L.N.; & REIS, R.B. (2019). A Bahia não é só Salvador: Uma análise do desenvolvimento econômico desigual no Estado. **Anais do XVI SARU** (Semana de análise Regional e Urbana – Unifacs).

[ROSSI, P.](#) (2016). Construção e desconstrução do modelo distributivo. In: Gustavo Teixeira Ramos; José Eymard Loguercio; Hugo Cavalcanti Melho Filho; Wilson Ramos Filho. (Org.). A classe trabalhadora e a resistencia ao golpe de 2016. 1ed.Bauru: **Praxis**, 2016, v. 1.

RUGITSKY, F. (2017). 'The Rise and Fall of the Brazilian Economy (2004–2015): The Economic Antimirage', **FEA/USP Working Paper Series**, vol. 2017, no. 29.

SANTOS, C. H. M. (2013). Notas sobre as dinâmicas relacionadas do Consumo das famílias, formação bruta de capital fixo e das finanças públicas brasileiras no período 2004-2012. In CORRÊA, V.P. (ORG) **Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, J.(2012) Ações do Estado e o papel das cidades médias baianas nos planos da urbanização capitalista. In: DIAS, P. C.; SANTOS, J. (orgs.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador(BA) - **SEI (Série estudos e pesquisas)**, número 94, 2012.

SANTOS, C. H. M., MODENESI, A. D. M., SQUEFF, G., VASCONCELOS, M. MORA, L., FERNANDES, T., MORAES, T., SUMMA, R. & BRAGA, J. (2016). Revisitando a dinâmica trimestral do investimento no Brasil: 1996–2012, **Revista de Economia Política**, vol. 36, no. 1.

SARTI, F.; HIRATUKA, C.(2018) Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Ed.). **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

SERRANO, F & SUMMA R. (2012). Macroeconomic policy, growth and income distribution in the Brazilian economy in the 2000s. **Investigación económica**, 55-92.

SERRANO, F., & SUMMA, R. (2015). Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. **Nova Economia**, vol. 25, no. especial.

SERRANO, F., & SUMMA, R. (2018). Conflito Distributivo e o Fim da “Breve Era de Ouro” da Economia Brasileira. **Novos Estudos-Cebrap** (111).

SINGER, A. (2015). Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos-Cebrap**, 102, 3967.

SOARES, R. A (2013). **Construção de cidades no Brasil: capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940-2010)**. Tese (doutorado) – Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Historia, Barcelona, Espanha, 2013.

SOUZA FILHO, J.F.; MIRANDA, K.C.; FONSECA, E.S.; CAIRES, F.O.C. (2019). Mudança estrutural do emprego na Bahia: dinâmica econômica e transformações produtivas a partir dos anos 2000, in WANDERLEY, L. A.; CERQUEIRA, A. C. e PESSOTI, G. C. (orgs). **REFLEXÕES DE ECONOMISTAS BAIANOS - 2019 Planejamento e Desenvolvimento Econômico: Teoria, Brasil e Bahia**. Salvador: CORECON.

TELES, A.O. (2020). **Feira de Santana e a Região Metropolitana CONTRIBUIÇÕES DO COMÉRCIO DE RUA**. Nova Xavantina Mato Grosso: Pantanal Editora.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O.(2.000). Cinquenta anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Análise e Dados, SEI**, Salvador-BA, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul., 2.

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES  
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J – Salas 1J 121 / 130 / 132  
Campus Santa Mônica CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.  
Fone: (34) 3239-4328 / (34) 3239-4527

**Site:** <http://www.ieri.ufu.br/cepes>    **e-mail:** [cepes@ufu.br](mailto:cepes@ufu.br)